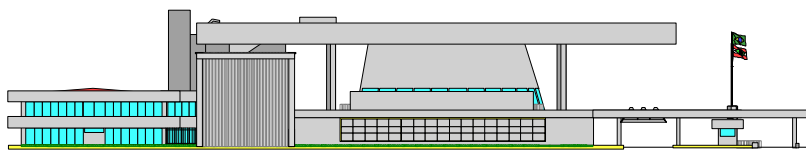


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 17 DE JULHO DE 1998

NÚMERO 4.555

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE
Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE
Vanderlei Olívio Rosso
2º VICE-PRESIDENTE
Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO
Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO
Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO
Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: João Henrique Blasi

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Norberto Stroisch Filho

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gelson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 949**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 079ª Sessão Ordinária
realizada em 24/06/1998..... 2
Ata da 003ª Sessão
Extraordinária realizada em
24/06/1998..... 12
Ata da 080ª Sessão Ordinária
realizada em 25/06/1998..... 12
Ata da 081ª Sessão Ordinária
realizada em 29/06/1998..... 17

Publicações Diversas

Atas da Procuradoria..... 25
Decretos Legislativos..... 26
Redação Final..... 26
Mensagens Governamentais
..... 27
Portarias 32

P L E N Á R I O

ATA DA 079ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 24 DE JUNHO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - Não há expediente a ser lido, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Não havendo expediente a ser lido, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o senhor Deputado Idelvino Furlanetto, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente, senhores Deputados, nos dias 25 e 26 será realizado um seminário no Hotel Cambirela sobre produtos transgênicos, organizado pelas seguintes entidades: Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina/Centro de Ciências Agrárias, Centro de Estudo de Promoção de Agricultura em Grupo - Cepagro, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação - Contac, Epagri, Escola Sul/Central Única dos Trabalhadores; Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação em Agricultura e Saúde - Gipas, Ministério de Agricultura e Uita.

Em síntese, este seminário tratará do seguinte:

(Passa a ler)

"Os produtos vegetais e animais resultantes da engenharia genética já fazem parte do cotidiano da humanidade neste final de século.

Para uns, esse admirável mundo novo é a grande possibilidade de produzir alimentos com qualidade para uma população mundial crescente; para outros, a nova tecnologia traz consigo o risco ao ser humano e ao ambiente, colocando em xeque a biodiversidade do planeta.

Com o objetivo de ampliar o debate sobre o tema, tanto para os profissionais que direta ou indiretamente trabalham nessa área (professores e estudantes, pesquisadores e profissionais da área, trabalhadores urbanos e rurais, empresários e consumidores), como para organismos governamentais, sindicatos de trabalhadores e de empregadores, organizações não-governamentais e a sociedade em geral, nós, da Assembleia Legislativa, estamos promovendo um seminário no qual se buscará olhar de forma multidisciplinar para a produção de organismos geneticamente modificados e sua repercussão no mercado consumidor e nos diversos segmentos da sociedade."

Então, a Comissão de Agricultura, a Comissão de Saúde e a Assembleia Legislativa estão promovendo, juntamente com entidades sindicais de trabalhadores, com órgãos estaduais e federais, um grande seminário, que vai procurar colocar no cenário estadual e federal

um debate, porque nós, no nosso cotidiano, no nosso dia-a-dia, muitas vezes não nos damos conta da transformação dos produtos que consumimos, nem imaginamos que a semente do soja, a semente do milho ou a semente do feijão possam ter sofrido alteração genética. E muitas dessas transformações vêm para melhorar a saúde, mas a grande maioria coloca em risco a saúde da população.

Por isso foi solicitado ao Presidente da Assembleia, Deputado Neodi Saretta, e ao Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Volnei Morastoni, que se fizesse esse debate em Santa Catarina. A Contac, tendo essa preocupação, realizou um seminário com aproximadamente quinhentos participantes no Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre; e a Assembleia Legislativa colocou toda a sua estrutura para possibilitar fazer acontecer este seminário, que é de uma importância muito grande.

Portanto, acredito que amanhã, dia 25 ou 26, irá iniciar em Santa Catarina um novo debate sobre o que está acontecendo na produção; nós, que também nos alimentamos e sabemos o que pode ser transformado. E a partir deste seminário, Deputado Volnei Morastoni, a Comissão de Agricultura irá, no ano que vem, dar continuidade a estes debates.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Ouvindo um relato há poucos dias sobre produtos transgênicos, chamou-me atenção um exemplo do que pode acontecer em nível mundial e em nível nosso, individual, da nossa cidade, do nosso cotidiano também, pois através da engenharia genética pode-se transferir material genético do núcleo de bactérias, de fungos, de vírus, de qualquer animal para o interior de células, de plantas e de vegetais, originando novas plantas, cujo processo nós não dominamos e não sabemos das consequências.

Um dos exemplos citados foi o caso do pé de café. Os pesquisadores retiram material genético do vaga-lume e implantam esse material no interior de células do pé de café, cujas sementes dão origem depois a um pé de café que emite luzes como os vaga-lumes. Quer dizer, pode até ser uma nova modalidade de pinheiros para a época de Natal!

Mas isto é apenas um exemplo do que pode ser feito. Agora, a semente do soja é a que mais está sofrendo com as alterações da engenharia genética na questão dos transgênicos. E o soja está presente em grande parte dos alimentos, inclusive é base da ração para frangos e suínos, que depois são consumidos pelos seres humanos. E quais são as consequências disso? Quais são os impactos na saúde humana?

Portanto, eu quero parabenizar esta extraordinária iniciativa da Assembleia Legislativa, através do nosso Presidente, Deputado Neodi Saretta, que deu todo respaldo, desde quando aqui foram mantidos os contatos, para realizarmos este seminário estadual, que contou com o suporte das Comissões de Agricultura e de Saúde da Casa, da Epagri, da Universidade Federal de Santa Catarina, da Escola Sul, da Ceprago etc.

Seria muito importante contarmos com a participação dos senhores Deputados, apesar de sabermos que todos estão caminhando contra o relógio e têm muitos encargos, mas é importante para todos se informarem mais sobre um assunto que está em discussão em nível mundial.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - E este convite, Deputado Volnei Morastoni, quero estender também para o sindicato dos servidores e para o sindicato da Assembleia Legislativa, para a partir deste debate desenvolverem mais debates.

Até fiz questão de entregar em todos os gabinetes o folder, para incentivar a participação neste grande seminário sobre a transformação, o avanço da tecnologia nos alimentos, porque estamos nos alimentando sem saber com o quê.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, sobre este assunto dos produtos transgênicos, nós voltaremos a nos manifestar aqui na próxima semana, depois da realização deste seminário. Ai então teremos novidades e mais informações para podermos continuar este debate, que reputo da maior importância, nesta Casa.

Antecipando-me, quero neste momento comentar o requerimento que dei entrada nesta Casa no dia de hoje, e até solicito à Presidência para incluí-lo nesta sessão. É um requerimento que propõe ao Secretário Estadual da Saúde a criação de uma unidade para tratamento de queimados na Grande Florianópolis, pois, por incrível que pareça, nós não temos uma unidade para tratar os pacientes que sofrem de queimaduras.

É lamentável que o Secretário Estadual da Saúde tenha se manifestado de uma forma equivocada a respeito desta matéria, já veiculada pela imprensa durante alguns dias, através da qual diz que esta unidade não é prioridade da Secretaria, que ela tem outras prioridades, dentre elas a questão da Aids, da dengue, dos cardíacos etc.

Eu quero dizer que das prioridades que temos na saúde, uma não exclui a outra, principalmente neste caso, até porque hoje, por incrível que pareça, a maioria dos casos de pacientes com queimaduras de médio a alto grau são encaminhados de imediato para tratamento em Porto Alegre ou Curitiba.

Isso é lamentável, porque de alguma forma depõe contra a saúde pública do nosso Estado, depõe contra a qualidade dos serviços de saúde do nosso Estado, pois embora tenhamos pessoal capacitado tecnicamente, excelentes médicos e outros profissionais devidamente habilitados para este tratamento, não temos condições adequadas num ambiente hospitalar para esta finalidade.

Todos nós sabemos, senhor Presidente e senhores Deputados, que muitas vezes os pacientes com queimaduras graves podem ter seu quadro agravado durante a transferência, porque todo paciente queimado está com grande parte do seu corpo em exposição, quer dizer, a pele perdeu a sua integridade, o organismo está perdendo proteínas, deixando uma grande porta aberta nesta área queimada para contaminações e infecções através de vírus, de bactérias e de fungos oportunistas.

Então, não se justifica, sob nenhuma hipótese, até porque a criação de uma unidade para tratamento de queimados requer pouco investimento do ponto de vista financeiro. O que precisamos é determinar que em um dos hospitais da Grande Florianópolis, em um dos hospitais públicos do Estado, o pode ser o Hospital Regional São José, o Hospital Celso

Ramos, o Hospital Universitário, o Hospital Florianópolis -, enfim, que em um destes seja designada uma área para esta finalidade. Tenho informações de que temos vários hospitais com alas fechadas, literalmente fechadas, sem nenhum uso, e que poderão perfeitamente serem colocadas à disposição. Esta ala, então, teria que sofrer um preparo, uma adequação de isolamento, porque os pacientes queimados têm que ser tratados em isolamento, justamente por esta condição que acabei de explicar, a de que eles têm uma grande exposição ao meio ambiente, uma grande porta de entrada para possíveis infecções. E como podem contrair graves infecções, não podem ser tratados nas enfermarias comuns dos hospitais.

Então, precisam de uma área reservada, isolada, e tem que ter neste local banheiras, pois estes pacientes têm que ter seus banhos de imersão durante determinados períodos, até para a hidratação do corpo. Esses banhos não podem ser de chuveiro, como normalmente acontece a pacientes internados aqui, na Capital, em leitos de clínicas em geral.

Precisamos, também, de uma equipe multidisciplinar, com cirurgião plástico, clínico geral, enfermagem e auxiliares de enfermagem, psicólogos, assistentes sociais. E fiz questão de colocar nas considerações do requerimento, para justificá-lo, que o paciente queimado passa por uma situação de muito sofrimento, com seqüelas que muitas vezes perduram pelo resto da vida, sofrendo o paciente, a família, a equipe de profissionais que o tratam.

Por isso, então, ele necessita de um espaço adequado de tratamento, que pode ser uma ala exclusiva de um dos hospitais gerais da Capital, com leitos para esta finalidade, com banheira, com equipe multiprofissional treinada.

Então, isto não é nada de extraordinário, nada que exija grandes investimentos. É perfeitamente possível, depende somente de vontade política.

Além destas considerações, quando o Secretário Estadual disse que, estatisticamente, pelas informações disponíveis sobre o número de casos de queimados neste ano e no ano passado não justifica uma unidade, este é um outro equívoco por parte do Secretário, porque mesmo que não houvesse nenhum queimado, teríamos que ter a prevenção necessária.

Aliás, um outro ponto que teríamos que estar aqui tratando é a veiculação de mensagens preventivas nos meios de comunicação, em todos os materiais passíveis de explosões (materiais inflamáveis, combustíveis etc.). E quem dera pudessemos chegar num ponto em que não houvesse a necessidade de tratamento de queimados, porque a prevenção estaria funcionando 100%. Mas, infelizmente, esta não é a realidade!

Então, as estatísticas que nós temos não servem como base, até porque a maioria desses pacientes - principalmente os médios e os grandes queimados - não entram nas nossas estatísticas, porque são encaminhados previamente para outros centros.

Mesmo assim, tenho mantido diálogo com vários médicos da Capital que se dedicam a esse tratamento, e eles têm me passado a informação de que toda semana, no mínimo, um paciente com médio ou grande queimado dá entrada nos hospitais da Capital, sendo tratado sem nenhuma condição ideal.

Ainda poderíamos justificar também que, do ponto de vista das exigências de normas internacionais, da legislação internacional da aeronáutica, da aviação civil (isso faz parte inclusive do plano de emergência do aeroporto internacional de Florianópolis), há necessidade de equipes de saúde para situações de emergência, com retaguarda para o atendimento de pacientes queimados, até porque geralmente os acidentes aéreos apresentam vítimas com graves queimaduras, e uma das exigências para a internacionalização do Aeroporto Hercílio Luz, de Florianópolis, foi um compromisso do Governo do Estado de que em dois anos haveria de instalar, criar ou colocar à disposição uma unidade de tratamento para queimados.

Então, se não fôssemos aqui argumentar por razões humanitárias, questionar por razões de direito dos pacientes, nós teríamos as questões de exigências, inclusive de normas, em função do próprio aeroporto internacional e também para a qualificação mínima dos nossos serviços de saúde.

Tenho certeza, então, de que os senhores Deputados haverão de hipotecar apoio a este requerimento, elaborado em nome da Comissão de Saúde desta Casa, que será enviado ao Secretário da Saúde, esperando uma iniciativa urgente para dispormos dessa unidade de tratamento para queimados. E, se porventura não houver manifestação de interesse por parte do Secretário Estadual, a Comissão de Saúde usará a prerrogativa de convocá-lo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Carlito Merss, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente e senhores Deputados, tinha separado desde o dia 16 de junho um texto que li e achei importante registrar nos Anais desta Casa, de autoria do jornalista Carlos Chagas, publicado no jornal Indústria e Comércio.

Vejam os senhores que o jornalista Carlos Chagas não é aquilo que poderíamos chamar de um jornalista petista ou socialista, ao contrário. E faço questão de ler este texto porque acho que algumas reflexões temos que fazer de forma mais objetiva.

(Passa a ler)

"Estão desnacionalizando as nações

De vez em quando é bom tentar descer ao fundo do poço. Assistimos, hoje, a um processo de desmonte do Estado, que começou e continua através da tática de desmoralização de tudo o que é público. Não confundir com aquele sentimento de inferioridade que cultivamos faz décadas, senão séculos, a respeito de que tudo o que é estrangeiro sempre será melhor do que aquilo que se produz aqui.

Desse complexo, conseguimos livrar-nos lentamente. A música popular brasileira e o futebol funcionaram como arietes que abriram espaço senão para o orgulho nacional, ao menos para fazer prevalecer a natureza das coisas. Na indústria, no comércio, na literatura, na medicina, na pesquisa e em diversas outras atividades, não ficamos devendo nada ao estrangeiro.

O desmonte do Estado é outra coisa. Começou no Governo Collor, quando primeiro se tentou denegrir o que era público. O funcionalismo foi o primeiro a ser atacado. Por conta de exceções à regra - execráveis, mas exceções -, generalizou-se que todo servidor

público era marajá. Ao mesmo tempo, atingiu-se os altos funcionários, também tomando-se a exceção como regra.

Não custa lembrar a humilhação imposta até a Ministros que, ganhando pouco, como todo o funcionalismo, perderam as residências oficiais que tinham à disposição. Claro que havia exagero quando até o uísque e o caviar eram pagos pelos cofres públicos, além de dezenas de empregados domésticos. Mas passou-se ao excesso oposto, ou seja, Ministro rico ou amigo de empreiteiros ricos continuou podendo morar em casas à beira do Lago Paranoá, mas a maioria precisava, como ainda precisa, amontoar-se em apartamentos onde dificilmente têm condições de receber convidados nacionais e estrangeiros, dentro das suas obrigações funcionais. Retiraram-se automóveis de serviço dos altos funcionários, até dos secretários executivos, obrigando-se todos a pagar até os telefonemas dados de casa, inclusive aqueles de serviço.

Foi o começo, maliciosamente confundido com as privatizações, estabelecendo-se cruel dicotomia: na empresa privatizada passou a valer tudo, desde a prática de novos donos alojarem os seus e os pimpolhos alheios em funções para as quais não estavam preparados até o custeio de todas as despesas privadas das diretorias.

Tome-se apenas um exemplo: no Rio, os dirigentes da Light habitam luxuosos apartamentos na Zona Sul, onde são instalados geradores especiais, para que não sintam os efeitos dos apagões. Recebem por duas folhas, uma ostensiva, a outra secreta, e movimentam-se em seus carrões monumentais. Quem paga? De um lado, o funcionário humilde da empresa. De outro, o consumidor de sempre, através de aumentos obrigatórios e contratuais de tarifas.

Mas estamos apenas nos primeiros passos. Bem que Itamar Franco tentou frear os exageros, mas, com o Governo social-democrata de Fernando Henrique, retomou-se o processo de desmoralização completa da coisa pública, veladamente confundida com propriedade governamental. À universidade pública negou-se tudo, de aumento ou reposição do salário dos professores e funcionários ao corte radical de verbas.

Nos transportes públicos, a mesma coisa. Os metrô estão sendo privatizados, só no que dá lucro: bilheterias e catracas, com o canhestro compromisso de aumento de tarifas. Para comprar novas composições ou investir em novas linhas, os recursos continuarão sendo dos tesouros nacional, estadual ou municipal. Multiplique-se o modelo pelas hidrelétricas, calculando-se o que acontecerá quando as telecomunicações estiverem privatizadas.

Mas essa estratégia vai além de conceder lucro fácil a grupos privados, pois pretende, basicamente, a alienação da soberania dos Estados em desenvolvimento. O seu progressivo enfraquecimento para que não possam insurgir-se contra a transformação das nações em amplo pasto para as vacas multinacionais. Nada existe contra o fato de a iniciativa privada investir, lucrar e prestar serviços ao consumidor. O problema é que ao invés de a iniciativa privada construir uma nova Embratel, novas Furnas, para não falar de outra Petrobrás, a ela são oferecidas - a preço de banana podre - estruturas que já existem e produzem a contento. E se há falhas por parte delas, que sejam suprimidas. O tema comporta investidas posteriores, mas, por enquanto, vale ficar na constatação: tudo segue no rumo de uma conspiração para desnacionalizar não só as empresas públicas, mas as próprias

nações. Tudo isso se chama globalização."

Até foi importante ler este texto, Deputados Onofre Santo Agostini e João Henrique Blasi, que sei que têm uma postura muito clara em relação a isso, porque hoje os jornais estampam uma mentira deslavada do Ministro "sei lá o quê" tentando justificar a roubalheira na questão da venda da Telebrás, tentando pegar exemplos, como uma Prefeitura de Londrina que o PDT administrava e uma Prefeitura de Ribeirão Preto que o PT administrava. Mas nada do que ele falou aconteceu.

Nestas duas Prefeituras foram vendidas ações, os controles acionários tanto da empresa de Ribeirão Preto como da de Londrina continuam sobre o domínio dos respectivos Municípios. E este Governo, através de mentiras deslavadas, que infelizmente acabam ocupando parte de todos os grandes jornais brasileiros, tenta justificar uma roubalheira que é, sim, a tentativa de vender o patrimônio da Telebrás. E qualquer cálculo, por mais baixo que se tenha feito, coloca um valor mínimo de 40 bilhões de dólares, mas fala-se hoje, de forma escandalosa, que todo este patrimônio poderá ser vendido por cerca de 13 bilhões de dólares!

Nós continuaremos a lutar e a denunciar essas mentiras, sim, e não vamos aceitar o jogo fácil da mentira deslavada. Tenho, inclusive, em meu gabinete, todo o contrato da imprensa de Ribeirão Preto (porque na época chamou-me atenção aquela venda), o qual coloca com muita clareza que aquela venda possibilitou o saneamento básico em 98% da cidade de Ribeirão Preto, sem que o Município tenha perdido o controle inflacionário.

Então, nós não vamos deixar passar em brancas nuvens essas mentiras de um Governo que está tentando vender a preço de banana podre, como diz aqui o jornalista Carlos Chagas, todo um patrimônio construído com o suor de todos os brasileiros durante muitos anos. Continuaremos nesta tribuna, ocupando os poucos espaços que temos, para desmistificar isto, porque sabemos que durante o período eleitoral esta será a grande discussão.

Ou temos um Estado nacional ou vamos virar, sim, uma colônia muito pior do que quando fomos colônia de Portugal. Porque hoje o processo se dá no conhecimento, o processo se dá na estrutura inclusive do Estado, através dessa campanha difamatória de tudo que é público. Não vamos permitir isso, e tenho certeza que pautaremos esta discussão durante todo o processo eleitoral, tanto para Presidente, como para Governador, lutando para eleger o companheiro Milton Mendes para Governador do Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje quarta-feira, os primeiros minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o Deputado João Henrique Blasi, por quinze minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, senhores Deputados, ocupo a tribuna nesta oportunidade para antecipar que darei entrada hoje ou amanhã a um requerimento cujo teor diz respeito ao que tomamos conhecimento dias atrás: que já se encontra em adiantado estado de articulação no Paraná uma campanha, que partiu da Assembléia Legislativa daquele Estado, no sentido de fazer com que Curitiba venha a transformar-se em cidade-sede do Mercosul.

E penso que se Curitiba tem esta intenção, Florianópolis também deve tê-la. É claro que as dimensões da Capital do Paraná e a sua infra-estrutura são, sem dúvida nenhuma, superiores se comparadas com as de Florianópolis. No entanto, há uma série de fatores que nos colocam numa situação bastante mais privilegiada para levar à frente esta pretensão. Em primeiro lugar, a convivência constante e permanente que há em Florianópolis com pessoas providas dos países que compõem o Mercosul, notadamente da Argentina e do Uruguai, o que faz com que já haja essa cultura, essa miscigenação na nossa Capital.

Por esta razão, como disse ao início, estou apresentando este requerimento, e gostaria de contar com a possível compreensão, colaboração e apoio dos meus eminentes Pares para que também Santa Catarina - a sua Assembléia Legislativa, toda a representação parlamentar estadual - venha a irmanar-se no sentido de fazermos com que Florianópolis, a sua Capital, venha a ingressar nessa disputa com condições, para que aqui nós possamos sediar organismos e eventos do Mercosul, que, sabidamente, nos tempos atuais é um bloco em expansão e, com certeza, haverá de ter um grande desenvolvimento nos próximos anos.

Não é uma questão que diga respeito apenas e tão-somente a políticos com assento ou com representatividade nesta região, porque entendo que, ao dizer respeito à Capital, deve, por extensão, dizer respeito ao interesse de todos os Parlamentares de Santa Catarina.

Então, pela minha concepção, pelo meu requerimento, a idéia é constituirmos, no âmbito desta Assembléia, uma comissão especial, uma comissão representativa de alto nível, englobando um Parlamentar de cada um dos Partidos com assento nesta Casa, englobando os três Senadores da República, os ex-Governadores, o Governador do Estado, a Prefeita da Capital, o Presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, entidades empresariais, como Fiesc, Fecomércio, Facisc, FCDL e outras tantas que congregam as classes trabalhadoras, entidades da área comunitária, enfim, a congregação e o somatório de esforços de interesses e de inteligências, para que possamos, também neste campo, levar à frente e promover a Capital do nosso Estado e toda Santa Catarina.

Portanto, senhor Presidente, se concluído ainda nesta tarde, darei entrada a este requerimento hoje, senão amanhã, mas desde logo desejo antecipá-lo, para poder levar à reflexão e, no momento oportuno, contar com a participação e com o engajamento desta Casa Legislativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, restam nove minutos ao PMDB.

Esta Presidência consulta se algum Parlamentar deseja fazer uso da palavra.

(Pausa)

Não havendo interesse de outros Parlamentares do PMDB em fazer uso da palavra, os próximos nove minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu estava lendo no Diário Catarinense que hoje é o Dia de São João, quando se comemora uma das nossas festas

populares, e a agricultura catarinense recebe também neste dia algumas informações do Ministro da Agricultura, Francisco Turra.

A nossa grande preocupação com relação a esse Ministro, assim como em relação ao Presidente Fernando Henrique, é que tem mais uma safra para ser iniciada, e o desespero dos agricultores já está identificado, uma vez que existe um endividamento agrícola generalizado.

A Comissão de Agricultura realizou várias audiências públicas, fazendo um pré-levantamento, e nós encerramos na Câmara Setorial do Crédito, na quarta-feira da semana que passou, na sede da Secretaria da Agricultura de Santa Catarina, identificando que o endividamento agrícola do nosso Estado chegou a R\$1.295.467,00.

Eu tenho observado que aquilo que o Ministro da Agricultura está anunciando não deixa uma perspectiva para a agricultura familiar em Santa Catarina. Ele já vem anunciando no sentido de baratear as máquinas, para que o grande latifundiário possa, então, renovar o seu parque de máquinas.

Ele vai trabalhar com uma perspectiva de reduzir 20% na questão dos insumos agrícolas, mas não trata da questão de assistência técnica e extensão. Volta, segundo ele afirma, a política de preços mínimos, mas não coloca segurança para quem vai plantar.

As questões do fenômeno El Niño, do seguro agrícola para a agricultura brasileira... Porque da agricultura familiar sai 65% do leite, 70% da mandioca, 62% do feijão, 60% do milho, 52% de aves, 41% da soja e 33% dos bovinos. E eles são obrigados a plantar, produzir, criar sem um mínimo de estabilidade!

Se o trabalhador urbano lutou historicamente por estabilidade no emprego, o agricultor luta por estabilidade na agricultura, que significa seguro agrícola, preço justo nos produtos, assistência técnica e extensão, crédito subsidiado, taxa de juro zero. Mas isto não aparece no plano colocado pelo Ministro da Agricultura.

Amanhã ou depois ninguém mais vai aturar essa política do Fernando Henrique! A política brasileira vai aturar esses pacotes tecnológicos para vender agrotóxicos? Eu fico indignado!

Fazendo um levantamento do endividamento agrícola, vemos que a produção bruta de Santa Catarina chega aproximadamente a 3 bilhões, e compromete 1.300 milhão de dívidas. E aí tem o financiamento de custeio da lavoura, de investimento na propriedade, envolvendo financiamento de emergência. Esta é a grande preocupação!

Nesta semana os agricultores voltaram ao Ministério da Fazenda e fizeram um dia e meio de jejum, esperando qual pacote ia aparecer hoje. Retornaram ontem ao meio-dia.

Nós, como Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, como Deputado, como agricultor, temos a preocupação se esse êxodo rural vai continuar, porque de 85 a 97 saíram 32 mil famílias, consequentemente, 32 mil estabelecimentos agrícolas da pequena propriedade foram fechados, abandonados. Fecharam as portas, desligaram a luz e foram para outras cidades buscar um melhor jeito de vida.

E aí eu vejo o Governador Paulo Afonso, em Santa Catarina, fazendo programas, como o Viva Luz, só que esquece de colocar junto ao Viva Luz um programa de incentivo ao agricultor familiar, esquece de subsidiar o agricultor para que ele continue

morando na propriedade. E depois vai ter que apagar a luz, porque não vai conseguir pagar a conta!

O Estado de Santa Catarina vai ter que pagar a conta da parte do Viva Luz, da parte do Viva Telefone, enfim, de todos os Vivas! E eu não vejo num Viva destes a possibilidade do agricultor continuar na propriedade; não tem maquiagem para fazer nestes pacotes agrícolas.

Existem três coisas para fazer acontecer, porque crédito subsidiado com taxa de juro zero não tem como cobrar; e com a inflação que está aí, nem juro do agricultor familiar.

Há necessidade de uma assistência técnica para ajudar o agricultor a fazer a gestão da sua propriedade. Há necessidade de discutir novas alternativas de produção, de fazer com que as micro e pequenas agroindústrias, as micro e pequenas usinas sejam a alavanca de perspectiva para o agricultor familiar. No modelo que está aí as grandes agroindústrias colocam abaixo o produtor integrado na suinocultura, na avicultura, na produção de leite.

Não há condições de continuarem financiando, porque vários aviários, pocilgas, chiqueiros fecharam. Quem vai pagar a conta do agricultor endividado? Irão tomar a terra? Questionam as cooperativas.

Também sou filiado a uma, mas o grande questionamento é que as direções das cooperativas não estão conseguindo pensar qual será a estratégia para manter o agricultor familiar com estabilidade na roça. Eles somente questionam seus salários e não discutem mais as perspectivas de manter o agricultor trabalhando.

Hoje nas cooperativas há um grande volume de agrotóxicos, adubos e elas têm que procurar juntamente com o agricultor fazer uma gestão da sua propriedade, procurar recursos naturais, fazer o plantio direto, o cultivo mínimo, fazer pastagens, coberturas de inverno e evitar o trator.

Na análise que fiz sobre o pacote que o Presidente Fernando Henrique Cardoso irá anunciar na sexta-feira, com todos os dados duros do seu Ministro, se continuar a mesma coisa quero ver quem vai aceitar. Vejo que o agricultor não admite ser mais enganado, porque acho que o pacote foi elaborado para enganar.

Senhores Deputados, o agricultor precisa de crédito subsidiado, de juros zero, de um novo serviço público para o agricultor familiar, de um preço justo nos seus produtos.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PDT por seis minutos.

Com a palavra o Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOLO - Senhor Presidente e senhores Deputados, desejo registrar com muita satisfação a presença neste Plenário do Prefeito de Anchieta.

Neste breve espaço de tempo e na esteira do que colocava o Colega Idelvino Furlanetto, desejo fazer uma reflexão sobre o pacote agrícola que o Governo irá anunciar.

Há algumas coisas pendentes que, no nosso entender, estão muito aquém do que hoje necessita a nossa agricultura.

Já discurremos ontem sobre este assunto. Muito mais do que um pacote agrícola, senhores Parlamentares, alocar recursos para a próxima safra, para o próximo plantio até

com juros um pouquinho mais baratos do que os do ano anterior não resolve mais o problema do nosso agricultor.

Já disse na semana passada, na Comissão da Agricultura, e reafirmo aqui, que a única saída é fazer a rolagem da dívida dos agricultores por um prazo de dez, doze anos para que o nosso pequeno agricultor consiga novamente respirar, reestruturar-se e reorganizar-se. E ao mesmo tempo fazendo prorrogando, jogando lá para a frente todo o tipo de dívida, seja custeio de emergência, custeio agrícola, custeio pecuário, Pronaf, investimentos. Se houver vontade política, tecnicamente, tudo isto é possível, mesmo que a origem dos recursos seja do FAT, seja do BNDS, seja do Tesouro Nacional.

Ora, senhores Deputados, no início deste ano aqui aprovamos a rolagem da dívida do Estado de Santa Catarina na ordem de R\$1.350.000.000,00 aproximadamente, e o Governo Federal assumiu o montante desta dívida em nosso Estado a ser pago em trinta anos. Então, por que não pode o Governo Federal assumir as dívidas, principalmente, dos nossos agricultores?

Este é o nosso grito de alerta, a nossa proposta. Já fizemos até uma minuta, um esboço de um anteprojeto neste sentido. Já encaminhamos esta minuta do anteprojeto propondo a rolagem da dívida ao Banco Central, ao Presidente da República, ao Ministro da Agricultura, para que eles implementem em nível nacional, principalmente para atender a nossa agricultura do Sul do País.

Não tem mais outra solução, não adianta vir com outro pacote, com mais dinheiro alocado com juros se não dermos primeiro um tratamento, uma solução às dívidas hoje existentes dos nossos pequenos agricultores.

Concomitantemente a esta medida necessária, indispensável de rolarmos, prorrogarmos a dívida dos pequenos agricultores - e aparteava-me ontem o Deputado Onofre Santo Agostini - há que se injetar também um dinheiro novo, com juros baixos e fixos.

Já que nos países de Primeiro Mundo se subsidia a agricultura, e para a pequena agricultura em alguns casos até 50% daquilo que é investido na agricultura, por que aqui não podemos emprestar dinheiro também para os nossos agricultores, sem indexador, sem nenhum tipo de correção, apenas com um juro fixo, para realmente voltarmos a ter uma perspectiva para os agricultores?

Queremos levar essa proposta sempre com mais convicção nos Municípios, em todos os debates em que for possível apresentá-la, e se pudermos, neste período, vamos ampliar este debate com os demais Estados: Rio Grande do Sul e Paraná. Vamos tentar fazer uma reunião com os Deputados ligados à agricultura destes Estados para juntarmos forças a fim de que o Governo Federal se sensibilize desta necessidade de prorrogarmos a dívida agrícola dos nossos pequenos agricultores.

Mais uma vez deixo consignada esta proposta, porque vislumbro que esta é a única saída: a rolagem da dívida agrícola do nosso Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelcor Vieira) - Com a palavra o Deputado Odacir Zonta.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente, nobres Parlamentares, funcionários e funcionárias desta Casa, ocupo este horário para poder dar continuidade à discussão que se iniciou pela manhã e adentrou, agora, pela tarde com os pronunciamentos anteriores em relação à situação da nossa agricultura, à expectativa do pacote agrícola, às medidas baixadas pelo Governo Federal e à recuperação do País, que todos nós temos interesse; mas essa recuperação certamente passa prioritariamente pelas mãos calejadas do nosso agricultor.

Dizíamos pela manhã que o pacote não é um pacote pronto, completo. Ele teve algumas medidas relacionadas com o crédito, e nós fizemos um comentário dos aspectos positivos e negativos, assim como hoje também surgiram algumas outras medidas em relação à redução do custo das máquinas e equipamentos.

Gostaríamos de dizer que é necessário, sim, renovar o parque das patrulhas agrícolas mecanizadas, dos equipamentos agrícolas, porque estão sucateados, até porque há mais de dez anos o nosso agricultor não tem mais capacidade de renda para investimentos na propriedade, muito menos para substituir máquinas.

Quanto àqueles que fizeram investimento, foi através de uma linha do Finame, há dois, três anos, e têm hoje o valor do custo desse financiamento impagável, pois não acompanhou o preço dos produtos. E na atribuição dos investimentos a taxa menor, hoje, é de 17%.

Essas medidas de redução de impostos para minimizar o custo da máquina podem ser medidas sensíveis, mas são apenas algumas medidas. É necessário se completar esse pacote agrícola e essas medidas para estimular o plantio com questões fundamentais. Além do dinheiro, a nosso ver, essas duas questões seguintes são as decisivas para estimular ou não o plantio, Deputado Afonso Spaniol!

Aquiescendo e concordando plenamente com V.Exa., para se estimular o plantio precisamos repactuar as contas dos nossos agricultores, estabelecer um refinanciamento de longo prazo, com a redução dos encargos financeiros, inclusive, com expurgo desses encargos financeiros embutidos em muitos financiamentos até agora, dar a oportunidade de carência, porque sem carência o agricultor não vai conseguir pagar, e dar prazo longo para resgatar esses financiamentos, porque no nosso entendimento a melhor moeda é o próprio produto para o agricultor poder pagar.

Esse é um ponto fundamental para que a nossa agricultura comece a olhar para a frente, com perspectivas de plantar e até com a perspectiva de buscar um financiamento. Neste caso, ouvíamos na última sexta-feira em Águas Mornas, onde estavam reunidas as cooperativas filiadas à Cooperativa Central Oeste, com a presença do Dr. Ricardo Teixeira, Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, a afirmação que infelizmente o Banco do Brasil não poderá repassar os recursos que são de custeio se estiver inadimplente o agricultor ou a cooperativa.

Ora, qual o agricultor hoje que com a renda da propriedade e ainda tendo havido a quebra da safra teve dinheiro para pagar o seu financiamento? Só por um milagre.

Portanto, a grande maioria dos agricultores, por pequeno que seja o seu financiamento, e até os que estão no crédito de emergência, se isso ocorrer, estará inadimplente,

porque a maioria dos financiamentos está vendendo agora e os agricultores não têm fluxo de caixa para pagar. Estando inadimplentes, se os bancos tomarem essa postura que o Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil colocou, não terão a quem repassar o dinheiro. Portanto, o volume de dinheiro anunciado, que é suficiente, não terá destinatário, porque lá atrás, e mesmo agora o pouco financiamento que o agricultor tem não consegue resgatar.

Daí a máxima de que é necessário repactuar, urgentemente, os financiamentos agrícolas de qualquer espécie, tanto de investimento quanto de custeio de emergência ou de custeio pecuário, para permitir, habilitar o agricultor a um novo financiamento e à perspectiva de um resgate futuro.

Nenhum agricultor do nosso Estado, mesmo que a maioria seja pequenos agricultores, é caloteiro. Ninguém quer deixar de pagar, só que precisa ter oportunidade para pagar, precisa ter fôlego, precisa ter renda, precisa ter prazo para pagar.

É isso que queremos, é isso que consta do documento já entregue ao Ministro Francisco Turra por duas vezes que esteve em Santa Catarina, Ministro em quem, ao contrário do que disse aqui o Deputado Idelvino Furlanetto, nós, por enquanto, estamos depositando um voto de crédito pelo conhecimento que ele tem das questões agrícolas, por ser um homem identificado com o Sul do Brasil, ex-Prefeito de Marau.

Então, vamos depositar um voto de crédito por enquanto. Nós, pessoalmente, já dissemos para ele que é um curto prazo de tempo que tem para provar que veio com a caneta e com a tinta para poder ter peso nas decisões em favor da agricultura. Ele está fazendo um esforço, vamos ver se consegue avançar nisso.

Então, é necessário nessas medidas, Deputado Afonso Spaniol, repactuar as contas. Vamos buscar incessantemente esse repactuação e não apenas uma prorrogação até o final do ano, até daqui um ano, não. Vamos buscar uma prorrogação que seja, efetivamente, possível de ser resgatada a médio e longo prazo e sofra revisão das taxas de juros, como é o caso do financiamento da suinocultura.

Na nossa região temos muitos suinocultores que pegaram o financiamento, quer para dejetos suínos, quer para expansão da suinocultura, e hoje têm uma dívida impagável diante dos bancos e precisam recuperar isto, precisam repactuar para poder tanto o banco receber quanto o agricultor ou o suinocultor continuar a atividade.

O segundo aspecto que precisamos buscar para o nosso agricultor é a visualização da renda! Sem renda o agricultor não tem estímulo! É preciso que os custos financeiros sejam mais baixos, que as dívidas não sejam um amontoado de consequências para aumentar os custos. Precisa haver um controle no preço dos insumos, sim. É preciso que sejam permitidas diversas alternativas. É necessário portanto, que o Governo garanta pelo menos o custo de produção. Que possa garantir o custo de produção! E garantindo o custo de produção ele automaticamente estará estimulando o agricultor a ter renda.

Daí para a frente, oferecidas as condições, cabe ao agricultor, através da tecnologia, através da produtividade, da qualidade, buscar espaço. Além do que é necessário colocar as condições para o programa de aumento de valores no produto, ou seja, a agregação de valores no produto do agricultor.

Consta do pacote agrícola duzentos milhões de reais para pequenas iniciativas que

visem agregar valor ao produto agrícola. Então, precisamos captar isso, precisamos sentir que eles cheguem à disposição do agricultor. E aí, sim, poderemos ter um pacote que estimule a nossa agricultura, porque não existe nenhum setor de atividade, vamos repetir aqui, que possa multiplicar tanto em tão curto espaço de tempo quanto a agricultura!

Não adianta nós ficarmos lamentando, por exemplo, a perda da instalação de uma General Motors aqui em Santa Catarina, que implica em milhões de incentivos, criando (muito importante) dois, três mil empregos, se nós não tivermos na agricultura o estímulo, que pode perder 10, 15, 20 mil empregos em cinco ou seis meses; como também pode recuperar 10, 15, 20 mil empregos nesse mesmo cinco ou seis meses com a décima parte dos custos que custa trazer uma General Motors para cá. Não que nós sejamos contra a vinda de uma grande montadora, mas primeiro vamos tratar daquilo que é uma vocação natural que se está esvaindo, a vocação do catarinense, a vocação do País, que é a nossa agricultura, pelo seus espaços, pelo seus terrenos, pela nossa gente e pelo seu clima.

É dentro desse particular que nós queremos aqui registrar essa preocupação, dizendo que precisamos de todos para buscar alternativas para nossa agricultura.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos nove minutos pertencem ao PFL.

Com a palavra o Deputado Adelor Vieira.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, quero nesta tarde me valer da matéria que o Diário Catarinense trás hoje para todos nós, catarinenses: a triste notícia da desistência da General Motors, a nossa GM, de instalar a sua fábrica no Estado.

É evidente que esta notícia entristece a todos nós, catarinenses, até porque o Rio Grande do Sul já tem o seu parque praticamente instalado. As ações que o Governo do Rio Grande do Sul, a sociedade gaúcha, desenvolveu fez com que esta conceituada empresa, a GM, agilizasse a sua instalação naquele Estado.

Lamentavelmente a direção da GM anunciou oficialmente que o investimento em Santa Catarina, que teve as suas tratativas iniciadas no dia 02 de dezembro de 1996, portanto já há um ano e meio, junto às autoridades estaduais, junto aos órgãos federais em Brasília, agora definitivamente fica suspenso.

Atribuir a responsabilidade a "a" ou a "b" poderia ser fácil, mas também poderia ser um ato de irresponsabilidade. Eu quero atribuir essa responsabilidade a todos nós. Todos nós temos parte nesta ação que a GM tomou e que deixou todos tristes.

Diz a nota que o principal entrave foi a falta de recursos do Governo do Estado para bancar os investimentos em infra-estrutura exigidos pela GM, como a ampliação do Porto de São Francisco do Sul.

Deputado Carlito Merss, uma nota como esta deveria vir com uma tarja preta, deveria ser uma nota fúnebre, no momento em que todo o País trabalha na direção de conseguir novos empregos, de viabilizar novos empregos. E o descrédito momentâneo pelo qual passa o nosso Estado, sem dúvida, é responsável por grande parte dessa decisão lamentável que nós acabamos de tomar conhecendo pela imprensa. Se não fossem

as tantas outras decisões equivocadas do nosso Governo, tantas ações equivocadas, não estaríamos hoje a lamentar.

O SR. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Deputado Adelor Vieira, eu acompanho esta questão da GM desde 1993, quando ainda era Vereador na cidade de Joinville. Inclusive criamos uma comissão de Vereadores, fomos até a matriz e participamos de uma reunião do conselho da GM.

A discussão é muito complexa porque, na verdade, há uma lógica, no meu entendimento, perversa que tem sido imposta por essas grandes multinacionais. E os Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, no meu entendimento, de forma equivocada, aceitaram esse jogo. No Rio Grande do Sul foi uma vergonha! O Governo do Estado depositou 257 milhões, em dinheiro vivo, na conta da GM, que só em aplicação durante um ano conseguiu quase 90 milhões em termos de juros.

Eu acho que não é dessa forma que trazemos empresas!

Essas empresas têm interesse, sim, de se instalar nessa região por causa do Mercosul, porque tem mercado. Nós sabemos que os investimentos capitalistas se dão em função do mercado.

As justificativas dadas pela empresa não me sensibilizam, porque aquela região do eixo Joinville, Jaraguá e Itajaí, com certeza, do ponto de vista da infra-estrutura, e infra-estrutura que está sendo construída, principalmente a duplicação da BR-101, assim como as próprias melhorias no aeroporto, no porto de São Francisco e no de Itajaí, possibilita essa instalação. E é a região de Joinville, hoje, que tem a melhor mão-de-obra qualificada!

Não é à toa que empresas instaladas em Curitiba e mesmo em Gravataí, no Rio Grande do Sul, estão buscando mão-de-obra em nossa região, que tem, em função da produção metal-mecânica, qualificação para esses setores.

A sensação que me passa é que essa empresa está procurando barganhar mais vantagens. E dessa forma não podemos aceitar porque, com certeza, Santa Catarina, principalmente aquele eixo - Jaraguá do Sul, Joinville e Itajaí - oferece, do ponto de vista geoeconômico, a melhor estrutura para empresas que queiram atender o Mercosul (Buenos Aires, Montevideu e outras cidades).

Então, eu espero que essa suspensão, tornada pública dessa forma, não seja uma tática de barganhar mais subsídios, mais benefícios públicos, porque nesse sentido eu acho que não é justo.

Como disseram há pouco (parece-me que foi o Deputado Odacir Zonta), enquanto alguns Governos, como o do Rio Grande do Sul e o do Paraná, cometem esses crimes, estão quebrando a agricultura; estão quebrando empresas dos setores têxtil, metal-mecânico e agroindustrial em função de benefícios escandalosos dados a essas empresas que, na verdade, trazem poucos empregos e, inclusive, pouca arrecadação, porque na maioria dos casos existem isenções durante 10, 15 anos.

Eu acho que essa lógica não podemos aceitar passivamente! Elas querem se instalar porque vão vender carros e aqui tem mão-de-obra qualificada! Nós temos que oferecer infra-estrutura, mas principalmente valorizar a nossa mão-de-obra é não aceitar esse jogo imposto por essas grandes multinacionais.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Por isso, Deputado Carlito Merss, que eu disse que todos nós temos culpa! Seria um irresponsável se quisesse culpar apenas um segmento. Eu entendo que precisamos saber qual o espírito dessa negatividade.

Agora, existe uma inércia, uma apatia, isso sim, dos órgãos governamentais em não oferecer uma alternativa, de não lhes dar a infra-estrutura necessária. E isso, sim, pode ser dado pelo Governo de Santa Catarina.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Eu tenho ainda dois minutos, que lhe concedo.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Deputado Adelor Vieira, eu só gostaria, nestes dois minutos, de relembrar alguns fatos.

A confirmação da GM se deu no início de dezembro de 1996...

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - De 96, as iniciativas das tratativas.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Na CPI das Letras pudemos apurar a coincidência de datas e pessoas tratando da venda das Letras e ao mesmo tempo tratando de construir a engenharia econômica para trazer a GM.

Como houve a CPI, como houve todo o desmonte da dita engenharia econômica - e todos nós sabemos que do dinheiro da venda das Letras estavam reservados, aproximadamente, 300 milhões para a instalação da GM aqui no nosso Estado...

Eu quero apenas não perder a oportunidade de fazer essas ligações. Como agora está tudo detonado mesmo, os títulos estão anulados, não tem mais como vender, a GM coloca a violinha no saco e vai embora, porque o que ela quer é que se faça tudo, a infra-estrutura, o financiamento, todas as instalações de água, de luz, de estrada, enfim, quer tudo pronto.

A GM, como outras multinacionais, só quer vir apenas com a etiqueta. Na realidade não é mais uma instalação de fábrica, é uma verdadeira *franchising*; nós instalamos tudo, nós damos tudo, nós oferecemos tudo e eles trazem a etiqueta da GM para Santa Catarina.

Acho que temos que fazer um debate muito profundo sobre essa negativa, porque é uma negativa de um modelo que não cria, do meu ponto de vista, emprego, o que cria é uma absorção de recursos públicos que poderiam estar investidos em áreas e em setores que geram empregos, como é o caso da agricultura, da micro e média empresa.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Perfeitamente, Deputada Ideli Salvatti! Quem sabe não estaria agora em função dessas interrogações a solução ou uma abertura para se saber o por que dessa desistência? Quais as razões? O que o Governo estava realmente oferecendo e por que a GM está batendo em retirada?

Eu penso que se nós não temos essas respostas hoje logo a sociedade catarinense saberá porque a GM está desistindo de instalar a sua fábrica em Santa Catarina, porque ninguém engana por muito tempo.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência dos senhores Deputados Eni Voltolini, Gervásio Maciel e Pedro Uczai.

O senhor Secretário procederá à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 23 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

Esta Presidência comunica que:

A Comissão de Justiça apresentou parecer pelo arquivamento ao Projeto de Lei nº 029/95, de autoria do senhor Deputado Reno Caramori;

A Comissão de Justiça apresentou parecer pela rejeição ao Projeto de Lei nº 032/98, de autoria do senhor Deputado Hans Fritsche;

A Comissão de Justiça apresentou parecer pelo arquivamento ao Projeto de Lei nº 412/97, de autoria do Deputado Sergio Silva;

A Comissão de Fiscalização e Controle apresentou parecer favorável ao Ofício nº 005/98, de procedência da Procuradoria-Geral de Justiça;

A Comissão de Fiscalização e Controle apresentou parecer favorável ao Ofício nº 029/98, de procedência do Tribunal de Justiça;

De acordo com o § 1º do art. 89 do Regimento Interno, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário que foi aprovada nas Comissões Permanentes, e que não havendo recurso no prazo de duas sessões será elaborado o respectivo autógrafa da seguinte matéria:

Projeto de Lei nº 113/98, de autoria do Deputado Adelor Vieira.

Conta com parecer favorável das Comissões de Justiça e de Trabalho.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 009/98, de procedência da Comissão de Justiça, que aprova os convênios de ICMS.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 110/98, de procedência governamental, que autoriza a abertura de crédito especial.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 184/98, de procedência governamental, que estabelece linha de correlação no âmbito da Fundação do Meio Ambiente - Fatma.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Senhor Presidente, a próxima matéria será o Projeto de Lei Complementar nº 004/97. Gostaria que V.Exa. consultasse as Lideranças no sentido de reverter a pauta, porque é preciso quórum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Deputados, há uma proposta no sentido de colocar por último o Projeto de Lei nº 004/97.

Consulto os senhores Líderes para saber se há concordância.

(As Lideranças aquiescem.)

Com a concordância dos senhores Líderes, colocaremos por último esta matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 087/98, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de São Miguel da Boa Vista.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 092/98, de procedência governamental, que autoriza doação de imóvel no Município de Formosa do Sul.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 119/98, de procedência governamental, que concede pensão especial à Fátima Moreira, do Município de São José.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 55/98, de procedência do Deputado João Henrique Blasi, que torna obrigatória a veiculação de propaganda educativa ou preventiva em festas, festivais, competições e eventos promovidos, patrocinados ou apoiados pelo Poder Público Estadual.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Senhores Deputados, há um pedido de diversos senhores Deputados para que seja incluído na pauta da Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei nº

194.0/98, de procedência Governamental, que acrescenta parágrafo único ao art. 6º da Lei nº 9483, que institui a gratificação de produtividade para os servidores da Fatma.

Consulto os senhores Líderes para saber da possibilidade de incluímos na pauta a presente matéria.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, a minha intervenção é justamente para fazer esta postulação, tendo em vista que esta matéria demanda uma certa pressa, em razão de que o advento do calendário eleitoral trará restrições à implementação da gratificação se não for viabilizado em curto espaço de tempo.

De sorte que pela Bancada do PMDB, eu que já subscrevi aquele documento requerendo a urgência, manifesto-me favorável a que o debate, a discussão e a deliberação ocorram nesta sessão.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, também tive a oportunidade de assinar o requerimento e portanto, solicito a V.Exa. a inclusão na pauta em nome da Bancada do PPB.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Senhor Presidente, em nome da Bancada do PFL também subscrevemos o requerimento em regime de urgência. Portanto, acompanhamos as demais Lideranças.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Em nome da Bancada do PSDB quero dizer que votarei favoravelmente. Este é o encaminhamento que dá o meu Partido.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Creio que o requerimento apresentado a V.Exa., para apreciação e deliberação do Plenário, além de pedir a inclusão na presente Ordem do Dia, com base no Regimento Interno, se não estou equivocado art.184, também solicita que a redação final possa ser realizada no dia de hoje.

Então, eu gostaria que V.Exa., dentro do possível, também deliberasse a respeito desta segunda solicitação contida no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Há um pedido de regime de urgência, apenas uma questão. Sendo aprovadas emendas deverá haver uma outra sessão, e nós podemos convocar uma extraordinária.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Este é o pedido que está previsto no requerimento. A Comissão de Justiça poderia se reunir extraordinariamente, fazer a redação e, na sequência, com meia hora no máximo de intervalo entre uma e outra, haver a sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Está incluída, com a concordância dos senhores Líderes, a matéria na pauta.

Antes, porém, vamos apreciar o requerimento de pedido de regime de urgência apresentado pelo Deputado Pedro Bittencourt e outros senhores Deputados.

Em discussão o requerimento de pedido de regime de urgência.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei nº 194/98.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Inicialmente faremos a votação das emendas.

Há uma submenda à Emenda Aditiva nº 01, de autoria do senhor Deputado Júlio Teixeira, que foi aprovada nas Comissões, que diz o seguinte:

"Acrescente-se ao Projeto de Lei 194/98 o seguinte art. 2º, renumerando-se o existente e os subsequentes:

Art. 2º A aplicação do disposto no art. 1º da Lei nº 6.414, de 17 de setembro de 1994, com as alterações da Lei nº 6.521, de 8 de junho de 1985, fica estendida aos ocupantes dos cargos de Nível Superior e Nível Médio das ocupações qualificadas como de responsabilidade técnica, com registro em órgão de classe para o desempenho de atividade profissional, no Departamento de Estradas de Rodagem - DER, mantidas as demais disposições da Lei nº 8.065, de 13 de setembro de 1990."

Em votação a emenda.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação a emenda redacional, cujo teor é o seguinte:

"Acrescente-se à ementa do Projeto de Lei nº 194/98 a expressão:

'e dá outras providências'."

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas aprovadas.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Gostaria de fazer um rápido comentário em respeito às pessoas que nos assistem.

Enquanto V.Exa. anunciava a matéria para discussão e votação aparentemente os senhores Deputados estavam discutindo outra coisa, mas é porque a matéria já foi exaustivamente discutida no âmbito das Comissões Técnicas e, conseqüentemente, é de conhecimento pleno de todos os senhores Deputados - para que não paire nenhuma dúvida com relação a um certo desinteresse em torno da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado Francisco Küster, é muito oportuno este seu esclarecimento.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 004/97, de procedência governamental, em regime de urgência, que altera o anexo único da Lei Complementar nº 136, de 30 de fevereiro de 1995.

Em discussão.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Eu gostaria de fazer uma retificação: não pode ser 30 de fevereiro, porque fevereiro não tem 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - De fato, é 3 de fevereiro.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Eu gostaria, a exemplo do que fizemos na votação em primeiro turno, de encaminhar favoravelmente a este projeto de lei, uma vez que os motivos são os mesmos alegados na votação em primeiro turno: as coordenadorias foram criadas e agora tem que haver o funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - V.Exa. já deu seu encaminhamento, e eu pergunto se algum Deputado ainda quer discutir antes dos encaminhamentos.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, em nome da Bancada do PMDB, o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, o PMDB é favorável à aprovação do projeto em razão da longa discussão que já foi feita e das vantagens que trará à administração pública estadual.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Autorizado por meu Líder, Deputado Norberto Stroisch.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Aliás, senhores Deputados, registramos a ascensão do Deputado Norberto Stroisch ao cargo de Líder da Bancada do PFL, a quem nós cumprimentamos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Em nome da Liderança do PFL, na votação anterior, já apresentamos as razões e justificativas do Partido ser favorável, já que a matéria prevê a extinção de algumas funções e a criação desses quatro cargos, equiparando a isonomia entre todas as Coordenadorias Regionais de Educação. Por isso, o voto do PFL é favorável para esta matéria.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Em nome do meu Partido encaminho favoravelmente, a exemplo do que já fizemos em votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Em votação.

Os senhores Deputados que desejarem aprovar a matéria deverão votar "sim" e os senhores Deputados que desejarem rejeitar deverão votar "não".

Trata-se, portanto, de votação nominal.

Solicito ao senhor Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação nominal.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Adelor Vieira) -
DEPUTADO ADELOR VIEIRA sim
DEPUTADO AFONSO SPANIOLO não
DEPUTADO CARLITO MERSS não

DEPUTADO CESAR SOUZA ausente
DEPUTADO CIRO ROZA sim
DEPUTADO ENI VOLTOLINI ausente
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim
DEPUTADO GELSON SORGATO sim
DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL ausente
DEPUTADO GILMAR KNAESEL ausente
DEPUTADO GILSON DOS SANTOS sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim
DEPUTADA IDELI SALVATTI não
DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO não
DEPUTADO IVAN RANZOLIN ausente
DEPUTADO IVO KONELL ausente
DEPUTADO JAIME MANTELLI sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO ausente
DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA sim
DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA sim
DEPUTADO LUIZ HERBST sim
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO MIGUEL XIMENES sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO NEODI SARETTA Presidente
DEPUTADO NORBERTO STROISCH sim
DEPUTADO ODACIR ZONTA sim
DEPUTADO OLICES SANTINI ausente
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim
DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI ausente
DEPUTADO RENO CARAMORI ausente
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SERGIO SILVA ausente
DEPUTADO UDO WAGNER sim
DEPUTADO VANDERLEI ROSSO sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI não
DEPUTADO WILSON WANDALL sim

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Temos 24 votos "sim" e cinco votos "não".

Está aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor-Presidente do jornal O Estado, manifestando estranheza pelo lamentável corte da matéria central da coluna de Moacir Pereira, intitulada "Privatização Suicida", conforme edição do dia 10.06.98.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da República e ao Ministro da Agricultura, pedindo a rolagem de todas as dívidas agrícolas, seja em forma de custeio, crédito de emergência, Pronaf, securitização ou investimento, em uma conta só por uma prazo mínimo de 10 anos e com juros baixos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Secretária de Estado da Educação e do Desporto, encaminhando pleito da comunidade de Guaraciaba, que solicita a construção de uma sala de aula anexa à Escola Básica Ouro Verde, destinada ao pré-escolar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Carlito Merss, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e ao Reitor da Udesc, solicitando urgência na conclusão das obras do futuro prédio do Centro de Ciências da Educação da Udesc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria dos Membros da Comissão de Agricultura, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente Câmara dos Deputados e aos integrantes da Bancada Catarinense junto àquela Casa, manifestando apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 4.501/98, que concede anistia das dívidas de produtores rurais decorrentes de contratos de financiamentos celebrados para a safra 1997/1998.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria de vários senhores Deputados, pedindo que seja submetido à deliberação do Plenário a solicitação de regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 0206/97, de autoria do Deputado Cesar Souza, que institui o Sistema Estadual de Financiamento às atividades culturais, e dá outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Ivan Ranzolin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Celesc, com cópia ao Gerente Regional em Lages e ao Chefe do Escritório da Empresa em Campo Belo do Sul, pedindo imediatas providências no sentido de equacionar o problema de constantes quedas de energia no Município de Campo Belo do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, pedindo providências no sentido de implantar um

programa de ajustamento de valores com o propósito de reduzir desproporção acentuada nos imóveis do Conjunto Habitacional Jardim das Hortências, em Concórdia, assim como em outros conjuntos habitacionais que se encontram na mesma faixa de valor.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimentos nºs 370 e 371/98, de autoria de vários senhores Deputados, que solicitam regime tramitacional de urgência para o Projeto de Lei nº 136/98, que institui o Programa Estadual de Renovação Acelerada de Frota de Ônibus de Transporte Rodoviário Intermunicipal de passageiros, e para o Projeto de Lei nº 189/98, que dispõe sobre a estrutura e organização do Sistema Financeiro do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Requerimento de autoria do Deputado Volnei Morastoni, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário Estadual de Saúde, pedindo providências urgentes para a criação de uma unidade hospitalar especializada para o tratamento de pacientes queimados em hospital do Estado, na Capital, servindo também como referência estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Jorginho Mello, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando providências no sentido de viabilizar que seja aplicada a alíquota de 12% - ICMS - quando de operações feitas pelos atacadistas dentro do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Afonso Spaniol, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário-Adjunto do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, solicitando a rolagem de todas as dívidas agrícolas de Santa Catarina, seja em forma de custeio, crédito de emergência, Pronaf, securitização ou investimento, em uma conta só, por um prazo mínimo de 10 anos e com juros baixos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Olices Santini, a ser enviada à Fatma, solicitando que sejam tomadas providências no sentido de suspender a cobrança de taxa para expedição de licença ambiental dos produtores de suínos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Presidente da Cohab, solicitando que estude a possibilidade de providenciar a realização de refinanciamento dos mutuários da Cohab residentes no bairro Adolfo Corrêa da Silva, no Município de Santa Cecília.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando concessão de pensão especial para Marcelo Rodrigues, portador de paralisia cerebral.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação do senhor Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando concessão de pensão especial para Lucas Roberto do Nascimento Oliveira, portador de deficiência física e mental.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Comandante Geral da Polícia Militar, solicitando a instalação de um batalhão da Polícia Militar em Caçador.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação de autoria do Deputado Gervásio Maciel, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando dados acerca de convênio firmado entre a Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí e o Governo do Estado para a compra de equipamentos hospitalares para o Hospital Regional do Alto Vale.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do Deputado Eni Voltolini, a ser enviado ao Presidente da Cohab, solicitando dados acerca da Ação nº 1060/93, que tramita na 5ª Vara de Conciliação e Julgamento de Florianópolis, que tem como exequente Hermes Costa e executada a Cohab.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Eni Voltolini, a ser enviado ao Presidente da Cidasc, através do Governador do Estado, solicitando dados acerca dos montantes atualizados que são demandados na ação CPE 7459/97, que tramita na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Florianópolis, que tem como exequentes Bernardino Cardoso Patrício e Fazenda Nacional e executada a Cidasc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Mesa Diretora, que solicita a importância repassada à Furb desde 1996 em relação aos recursos constantes no art. 170 da Constituição Estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, esta Presidência consulta os Deputados sobre a possibilidade da realização da sessão extraordinária.

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Júlio Teixeira.

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - Após o término dessa sessão, este Deputado, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Justiça, convoca os Membros da referida Comissão para uma reunião extraordinária para a elaboração do texto de redação final do projeto aprovado, para que V.Exa., aí, sim, possa materializar a intenção já expressa no requerimento aprovado.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Às 16h25min acho que V.Exa. já tem condição de convocar uma sessão extraordinária, se assim o desejar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Obrigado, Deputado Gilson dos Santos.

Esta Presidência consulta os Deputados Wilson Wan-Dall e Reno Caramori se desejam manter as suas inscrições em Explicação Pessoal.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Eu gostaria de usar de três a cinco minutos para fazer, pelo menos, um registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - A sugestão é, Deputado Júlio Teixeira, que V.Exa., se for possível, elabore a redação final enquanto o Deputado Wilson Wan-Dall faz o seu registro da tribuna.

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - Vamos fazer a realização *pro forma*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos, então, à Explicação Pessoal.

Com a palavra o Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente e senhores Deputados, tenho dois assuntos importantes, mas, logicamente, em função de uma sessão logo em seguida ficam um pouco prejudicados.

No dia de ontem foi realizada aqui em Florianópolis a 11ª Exposuper, exposição de supermercadistas, na qual o ex-Deputado Nereu Guidi deixou a presidência da Associação Catarinense dos Supermercadistas, assumindo aquele posto um grande companheiro, conhecido praticamente por todos os Deputados, o empresário João Batista Lohn, de apenas 35 anos, sócio-proprietário da rede de Supermercados Imperatriz.

Então, o nosso abraço, o nosso apreço à ex-diretoria, ao ex-Deputado Nereu Guidi.

Nossos cumprimentos pela belíssima 11ª Exposul e pela transmissão de cargos importantes na noite de ontem, na qual este Deputado e o Deputado Gilmar Knaesel estiveram presentes.

Nossos cumprimentos também aos ex-Presidentes Egídio Alberto Locks, Zeferino Giassi, Antônio Ceron, que já foi Deputado, Inácio Passos Pereira, Osvaldo Moritz, Osvaldo D'Agostini, Érico Antonio Contensini, Ivan Arino Kwitschal e Pedro Bencz.

O outro assunto que me traz à tribuna, senhor Presidente, diz respeito a um artigo publicado no jornal A Notícia sobre o aterro sanitário/industrial de Blumenau.

O Prefeito Mário Sasse, do Município de Massaranduba, faz um comentário muito pesado em relação ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau.

Quero cumprimentar os empresários de Blumenau por terem colocado à disposição a construção de um lixo industrial, que tem um investimento praticamente de 4 milhões.

O Prefeito de Massaranduba, através de um artigo que não vale nem a pena ler desta tribuna, machucou muito os empresários.

A cidade de Blumenau é administrada pelo PT. Eu não quero fazer politicagem, estou até parabenizando, porque esse aterro industrial de Blumenau tem um termo de ajustamento de conduta assinado pelo Ministério Público Estadual, pelo Ministério Público Federal, pela Fatma, pelo Ibama, pela Faema, que é um órgão de meio ambiente de Blumenau, enfim, é um projeto de primeiro mundo.

Foram muito infelizes ao publicarem esse artigo, que machuca, sem dúvida, Hans Prayon, que é uma pessoa gabaritada, uma

pessoa competente, que tem a sua responsabilidade na Associação Comercial e Industrial de Blumenau e é diretor da Cia Hering de Blumenau, que recebeu o ISSO-14.000, que é um atestado de qualidade ambiental, como na Europa tem o selo verde.

A Cia Hering foi a única empresa do ramo têxtil do País que recebeu o ISO-14.000, pois desde o processo de fabricação até o processo de saída do produto tudo é feito com qualidade, sempre cuidando e respeitando o meio ambiente. As pessoas na Europa hoje vão em qualquer ambiente, em supermercados, lojas, e a prioridade da compra é a mercadoria que tem o selo verde.

O Diretor da Cia Hering está preocupado com o lixo industrial de Blumenau, que é um exemplo para Santa Catarina, porque hoje a maioria dos Municípios tem o lixão.

Na hora que os empresários querem colaborar, vem um Prefeito fazer um artigo que não vale nem a pena ler. Se eu lesse esse artigo neste Plenário, senhores Deputados, V.Exas. iriam ver que as palavras contidas nele não merecem ser divulgadas neste ambiente, que representa o Poder Legislativo catarinense.

Por outro lado, tenho aqui um artigo de um dos maiores ambientalistas de Santa Catarina, que foi Secretário do Meio Ambiente da cidade de Blumenau, numa das primeiras Secretarias implantadas no Brasil para defender o meio ambiente. No artigo ele elogia a atitude dos senhores Deputados, que oportunizaram as audiências públicas em Blumenau e em Florianópolis e ouviram a comunidade sobre o aterro industrial de lá.

Talvez não seja aquele o local apropriado, mas, com certeza, é um aterro sanitário de primeira qualidade, um projeto de primeiro mundo, que vai servir de exemplo para Santa Catarina.

Tenho também um artigo do engenheiro Lauro Viana (vou deixar uma cópia a todos os senhores Deputados) que fala sobre a busca de tecnologias em outros países de primeiro mundo para a implantação de um aterro sanitário/industrial na cidade de Blumenau.

Por isso, aqui vai o meu protesto ao Prefeito de Massaranduba que, com certeza, vai se arrepender de ter falado essas palavras contra o nosso Presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau.

Eu quero dizer aos senhores Deputados o seguinte: ele se preocupa muito com os outros Municípios, mas não se preocupa com o dele. Aqui eu tenho as fotografias.

Deputado Ivo Konell, V.Exa. acompanhou e lutou para que não se instalasse lá o lixo, mas não é contra a Associação Comercial e Industrial de Blumenau.

Este artigo diz mentiras para a sociedade. Hans Prayon sempre colocou a sua preocupação em relação ao meio ambiente e em relação às empresas de Blumenau que querem fazer concorrência com outras empresas em outros países, e para isso têm que ter um aterro industrial sanitário de primeiro mundo, senão irão perder a competitividade. Essa é a preocupação.

O Sr. Deputado Ivo Konell - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

O Sr. Deputado Ivo Konell - Caro Colega, este Deputado e o Prefeito de Massaranduba não são e jamais serão contra um projeto correto como este. Somos contra o local que foi escolhido, e isso não é culpa dos empresários.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Mas ele culpa no artigo!

O Sr. Deputado Ivo Konell - Não conheço o artigo, irei me inteirar posteriormente.

Senhor Deputado, a liberação do local foi dada pelas entidades ambientais, pela Fatma, pelo Ibama e, posteriormente, pelo Ministério Público.

Não podemos, de forma nenhuma, culpar os empresários, porque eles estão fazendo o melhor. E o Prefeito de Massaranduba, pelo que acompanhei, jamais se manifestou contra os empresários. Ele apenas quis defender a sua comunidade, porque o local escolhido realmente é impróprio, já que será instalado sobre as nascentes dos rios que abastecem a cidade de Massaranduba.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhores Deputados, talvez alguém tenha feito este artigo e o Prefeito apenas assinado. Mas tem a sua assinatura, tem a sua responsabilidade.

V.Exa., ao ler o artigo, certamente irá sentir na pele que Hans Prayon não merece

injustiça tão grande como esta publicada no jornal A Notícia da semana passada.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Desejo ratificar aqui que também considero um equívoco o artigo subscrito como de autoria do Prefeito de Massaranduba.

Temos debatido esta questão na Comissão de Saúde e Meio Ambiente deste Poder. Já foram realizadas duas audiências públicas, e estamos conduzindo esse processo de forma imparcial, com a finalidade de encontrarmos a melhor solução para o problema.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Acho que o Prefeito teria que dar uma olhada no lixo do seu próprio Município. Ele tem até prejudicado a economia de Massaranduba, porque tem dado declarações na imprensa que o arroz do Município está sendo contaminado,

prejudicando os agricultores. Vejam só: o lixo nem está funcionando e o Prefeito já deu informações de que o arroz está contaminado. Quer dizer, colocou o carro na frente dos bois!

Realmente a economia de Massaranduba já está sendo prejudicada pela informações que o Prefeito está dando sem estar funcionando o aterro sanitário industrial, apenas está no projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, logo após o término desta sessão, com a finalidade de votar a redação final do Projeto de Lei nº 0194.0/98.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 003ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 24 DE JUNHO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às dezesseis horas e trinta minutos, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Comunicamos aos senhores Deputados que a ata da sessão anterior será lida na próxima sessão, tendo em vista a necessidade da sua elaboração pela assessoria.

Não havendo expediente a ser lido, passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0194.0/98.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Senhor Presidente, amanhã haverá no Município de Esmeralda um encontro que tratará sobre a realização da Construção da Barragem da Barra Grande no Município de

Anita Garibaldi, e como represento Santa Catarina neste evento quero justificar minha ausência na sessão de amanhã.

Naturalmente, Deputado Gilson dos Santos, tenho que buscar votos em Esmeralda, no Rio Grande do Sul, porque aqui tenho muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua livre a palavra a todos os senhores Deputados em Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 13/98; do Projeto de Lei nº 157/98; do Projeto de Resolução nº 007/98 e dos Requerimentos nºs 373, 374 e 375.

Esta Presidência convida os Membros da Mesa para uma reunião.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 080ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 25 DE JUNHO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Jaime Mantelli - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Odacir Zonta - Olives Santini - Pedro Uczai - Romildo Luiz Titon - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que

proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública a entidade Abrigo Luz do Amanhã, com sede e foro no Município de Itajaí-SC.

Era o que constava do expediente,

senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o senhor Deputado Odacir Zonta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente, nobres Deputados, funcionários e funcionárias desta Casa, apesar da minguada presença, mas sempre qualificada, nós gostaríamos de utilizar este espaço para continuar a discussão em torno de procedimentos, de medidas e de ações que se desenvolvem em torno do nosso agricultor e das suas organizações, bem como da busca da superação das graves dificuldades que vivemos nos setores produtivos, especialmente na agricultura e suas organizações.

É sabido que nós possuímos em Santa Catarina o melhor sistema cooperativo do Brasil, o qual tem a sua base e a sua origem voltadas especialmente ao pequeno agricultor na sua organização, assim como ao consumidor e a outras atividades, que também já estão se organizando, como é o caso do crédito da saúde, da educação, e agora, mais precisamente, do trabalho.

As cooperativas têm sido sempre o pêndulo, o suporte para os momentos de maior dificuldade dos nossos agricultores; têm sido as intermediárias - por que não? - na busca de solução para esses problemas que surgem ao agricultor, funcionando como a forma mais democrática que se pode encontrar como organização para juntar quem tem problemas iguais e tentar encontrar soluções comuns, e se não conseguem superar tudo, ao menos tentam amenizar.

Só que os reflexos que ocorrem na vida, na família e na propriedade do agricultor, que é o dono da cooperativa, também se transferem automaticamente para a empresa do agricultor, que é a cooperativa.

Isso criou, através dos últimos anos, reflexos negativos, descapitalizando cooperativas, retirando o capital de giro, fazendo com que o esforço para buscar uma atenção ao agricultor fosse redobrado, além de não poder transferir os custos para o produto final.

Mas, sempre ativas, as cooperativas não desistiram nem fraquejaram no momento do apoio, e viram a necessidade de buscar um programa que pudesse revitalizar o sistema cooperativo, especialmente o voltado para a área de produção agropecuária e agroindustrial.

E revitalizar não quer dizer apenas sanear, mas principalmente permitir fortalecer as entidades que são do agricultor, para que estes possam fazer novos investimentos, possam sanear ou repactuar as suas contas, possam produzir capital de giro e possam, como reflexo, ter estímulo para permanecerem no campo, produzindo com melhor produtividade, tendo capacidade técnica melhor, enfim, fazendo com que a qualidade do produto seja colocada à sua disposição e, ainda, adicionando valores ao produto, tão importantes.

Em novembro de 1977, no Congresso Brasileiro do Cooperativismo, a Frente Parlamentar do Cooperativismo da Câmara Federal, tendo como Presidente o Deputado Carlos Merles, e a Comissão de Agricultura da Câmara Federal, tendo como Presidente o Deputado Hugo Biehl, num contexto de vários Deputados e Senadores, conseguiram colocar para o Governo Federal a necessidade de ser criado esse programa de revitalização.

Contaram com a pressão da Organização das Cooperativas Brasileiras, no caso de Santa Catarina com a Ocesc; com as centrais, tanto a Central Oeste, quanto a

Central Leite, a Agromilk; e com as federações - e cito a Federação da Agricultura, a Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina - Fecoagro - e as cooperativas filiadas. Portanto, através de um verdadeiro mutirão em nível nacional, conseguiu colocar-se como premissa junto ao Presidente da República a necessidade de se criar esse programa de revitalização.

O Presidente, naquele congresso, assumiu publicamente o compromisso de, através dos Ministérios da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento, produzir esse programa, que foi denominado de Recoop - Programa de Revitalização das Cooperativas Brasileiras.

Feitos os projetos e os encaminhamentos, chegou-se a um montante de 3,8 bilhões de reais como necessidade para sanear e fortalecer o sistema cooperativo. Parece até uma montanha de dinheiro - e é, se olharmos para os aspectos pessoais, locais e até para os do meio rural -, mas quando comparamos com o programa de revitalização dos bancos, vemos que para salvar a agricultura e suas organizações é infinitamente menor o valor que está sendo necessário para o programa Recoop.

Senhores Deputados, esse programa foi pautado para que até 30 de abril pudessem ser examinadas todas as cartas-propostas de todas as cooperativas e que agora, no mês de maio, pudessem ser acionados e buscados os recursos, tanto para o saneamento, quanto para o capital de giro e investimentos.

Infelizmente, o programa está com um atraso de 60 dias, mas graças à ação do trabalho da Ocesc, da Comissão Técnica da UCB e, por que não dizer, da Frente Parlamentar do Cooperativismo da Câmara Federal, além de algumas ações através da nossa Frencoop e da Frencoop do Rio Grande, de Minas, de Goiás e do Paraná (que já existe), nos últimos dias saiu a listagem da carta de enquadramento da grande maioria dos pedidos das cooperativas catarinenses. É uma boa notícia!

Essa carta de enquadramento, senhores Deputados, não quer dizer a liberação automática dos recursos. É a habilitação que a cooperativa tem para, junto ao estabelecimento bancário em que opera, repactuar o financiamento e também adicionar recursos, tanto para custeio quanto para investimentos. São estes os passos que estão sendo dados, lamentavelmente de uma forma lenta.

E agora vem um grande trabalho que nós temos que desenvolver. Temos a nossa Frencoop, e vamos encaminhar nos próximos dias, reunindo a Frencoop, uma ação forte de pressão em cima dos estabelecimentos bancários, através da sua direção, independente de serem bancos privados ou públicos, pressionando para que eles aceitem bem o Recoop, porque houve algumas restrições.

Deu para sentir na última sexta-feira em Águas Mornas, com a presença do Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, Dr. Ricardo Conceição, que o próprio Banco do Brasil não vê com bons olhos esse programa. Por quê? Ele quer ficar dono! E nós não vamos permitir que voltemos ao passado, quando a ingerência do banco na propriedade agrícola e na cooperativa era realmente algo assustador.

É necessário, sim, que a cooperativa que recebe recursos pactue a sua reformulação, busque agilizar os seus procedimentos, altere até suas direções se for necessário, acople cooperativas se for necessário, trabalhe em parceria, mude procedimentos, enfim; mas não vamos aceitar

que dentro do sistema cooperativo haja uma intervenção do Governo ou dos estabelecimentos bancários, não vamos aceitar isso numa empresa que é do agricultor.

O Recoop não quer dizer intervenção, é um programa de apoio e principalmente de revitalização. É neste sentido que trouxemos este assunto, para mais uma vez pedir o apoio desta Casa à agilização dos procedimentos para a consumação final desse grande projeto, que é a salvação das cooperativas, que é, além de tudo, um dos pontos de salvação do nosso pequeno agricultor, que busca nas cooperativas o suporte para se manter.

Muito obrigado!

(Sem REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Não há mais oradores inscritos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos pertencem ao PT.

(Pausa)

Não havendo Deputado do PT que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Senhor Presidente e senhores Deputados, mesmo com um fraco número de Deputados em Plenário, não poderia deixar de registrar, mesmo que seja simbólico, que hoje o PSDB completa dez anos de fundação.

O PSDB nasceu no dia 25 de junho de 1988, e hoje é um Partido com seis Governadores e quatorze Senadores, com a segunda maior Bancada em nível nacional (102 Deputados) e, ainda, o Presidente da República.

Santa Catarina também faz parte da história do PSDB desde a sua fundação. O Deputado Francisco Küster, o ex-Senador Dirceu Carneiro, o ex-Deputado Federal Vilson de Souza tiveram a coragem de, naquela época, junto com Franco Montoro, Tarso Jereissati, Euclides Scalco, José Richa, fundar o PSDB neste Estado.

Vejam que em Santa Catarina o PSDB tem 307 Vereadores, 28 Vice-Prefeitos, 13 Prefeitos, 10 Deputados Estaduais e 260 diretórios montados.

Portanto, senhor Presidente e senhores Deputados, faço este registro porque é uma data muito importante para nós, e mesmo sendo um dos Partidos mais novos do Brasil, o PSDB vem se afirmando. Em que pese todas as dificuldades, está conseguindo cumprir o seu papel e aquilo que pensavam na época Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, José Richa e todos os outros companheiros que tiveram a coragem de fazer uma dissidência.

Muita gente tem dito que o PSDB é um Partido que muitas vezes não se decide, que o tucano fica em cima do muro, mas o Partido está encontrando o seu rumo e está tentando fazer as reformas que este Brasil precisa com muita dificuldade, por isso precisa da ajuda e do apoio de todos os brasileiros.

Deputado Francisco Küster, V.Exa. foi um dos que, naquela época, junto com Mário Covas, Franco Montoro e outros, tiveram a coragem de reiniciar o PSDB aqui em Santa Catarina. Portanto, quero cumprimentar V.Exa. e todos os companheiros da primeira hora pela coragem de sair de um Partido no qual não se achavam mais à vontade, porque não realizava as aspirações desejadas.

O Sr. Deputado Odacir Zonta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Pois não!

O Sr. Deputado Odacir Zonta - Nobre Deputado, quero aqui cumprimentar o PSDB pelo evento dos dez anos, bem como V.Exa., o Presidente da Casa em exercício e também Presidente do PSDB em Santa Catarina, Deputado Francisco Küster, e registrar que efetivamente a presença do PSDB no contexto democrático dos Partidos Políticos no Brasil tem importância fundamental no fortalecimento da democracia, da social democracia.

Quero registrar, também, que faz exatamente dez anos que foi feita a primeira coligação em Santa Catarina entre o PSDB e o PSD na época para as eleições municipais em Concórdia. Quando fui candidato a Prefeito, tivemos a primeira coligação entre o atual PPB e o PSDB para as eleições municipais, através da qual vencemos as eleições e administramos por quatro anos, com harmonia, juntos, o Município de Concórdia.

Então, ao cumprimentar o PSDB queria aditar este registro da primeira coligação na história de Santa Catarina entre o PSDB e o PPB, realizada no Município de Concórdia, que deu certo. E temos certeza de que dará certo também nestas novas iniciativas daqui para a frente.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Agradeço o aparte de V.Exa. e incorporo-o ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Pois não!

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Nobre Deputado, em nome da Bancada do PDT quero congratular-me com V.Exa. pelos dez anos do PSDB no Estado de Santa Catarina.

Gostaria de dizer duas coisas: primeiro, que a democracia se faz com Partidos diferentes. Nós, às vezes, divergimos e isto é salutar e próprio da democracia. Segundo, que nós, do PDT, temos tido uma aproximação; principalmente eu tenho tido uma afinidade muito grande, e quero que isto permaneça tanto com o Líder, o Deputado Jorginho Mello, como com o Presidente, o Deputado Francisco Küster.

Sem desmerecer nenhum Deputado, registro apenas que foram eles os Deputados com que eu mais me afinei, mais conversei e troquei idéias nesta Casa.

Parabéns, Deputado Jorginho Mello!

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Agradeço o seu aparte, Deputado Afonso Spaniol, e quero dizer a V.Exa. que lhe tenho admiração também, até pelas condições com que nós iniciamos o fortalecimento do Bloco Social Democrata aqui nesta Casa.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Pois não!

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Eminentíssimo Deputado Jorginho Mello, nesta data em que o PSDB comemora o primeiro decênio, em nome do PFL também desejo congratular-me com este Partido, que tem dado já, neste curto espaço de tempo, provas de que é um Partido que veio para buscar as soluções que o País está necessitando.

Por esta razão, nós, do PFL, estamos juntos na tentativa de solucionar os graves problemas do Brasil. Convivemos durante esses 4 anos na condição de Vice-Presidente. O nosso Partido emprestou o nome e novamente o coloca para mais um período.

Eu creio que o PSDB vem se consolidando cada vez mais aqui, no Estado, e desejo que assim continue. Que o PSDB continue crescendo e fazendo aquilo que prega, como tem demonstrado até aqui. Parabéns e muito sucesso!

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Agradeço por suas palavras, Deputado Adelor Vieira.

Era este o registro que queria fazer, como Líder da Bancada do PSDB nesta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Despindo-me da condição de Presidente em exercício neste momento, quero, na condição de Presidente do PSDB, agradecer pelas manifestações de simpatia, de solidariedade e de cumprimentos ao Partido pelos 10 anos.

Há dez anos nascia uma esperança para este País. Um nome identificado na sigla da Social Democracia Brasileira. Portanto, os nossos agradecimentos ao eminente Líder pelo registro que fez.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente e senhores Deputados, inicialmente gostaria de cumprimentar o Líder da Bancada do PSDB, bem como o seu Presidente, que coincidentemente está presidindo esta sessão, pelo registro que foi feito pelo Deputado Jorginho Mello.

A minha vinda à tribuna é para fazer dois registros que considero importantes - um para Santa Catarina e outro para Florianópolis. O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem recebido muitas críticas, o seu Governo passa por algumas dificuldades, especialmente no que diz respeito à geração de empregos.

Porém, é bom que nesta oportunidade façamos um registro positivo, e amanhã o Presidente estará em Santa Catarina para vistoriar a obra mais importante para Santa Catarina, obra que busca a integração do nosso Estado com os demais Estados da Federação e que busca integrar Santa Catarina ao Mercosul. Trata-se da BR-101 que está sendo duplicada pelo atual Governo e que tem servido até para que o Governo Estadual diga que está fazendo esta obra. Estabeleceu-se no Estado uma confusão, evidentemente provocada pelo Governo que aí está, dizendo que o Governo catarinense é o responsável por essa obra.

Eu queria registrar esse fato, principalmente porque a duplicação da BR-101 é um sonho de todos os catarinenses. Ninguém pode esquecer que essa obra recebeu desta Casa inúmeros pronunciamentos e que a RBS fez um trabalho coletando mais de um milhão de assinaturas para sensibilizar o Governo Federal no sentido da sua duplicação.

Agora, com cronogramas definidos e cumpridos pelo Governo Federal, teremos a oportunidade de, até meados do ano que vem, recebermos a parte norte dessa duplicação, de Palhoça a Curitiba, devidamente duplicada, e uma outra notícia ainda melhor, que é o restante da duplicação de Palhoça ao Rio Grande do Sul.

Portanto, é importante que também aqueles que criticam em determinadas oportunidades reconheçam que o Governo Federal, neste particular, está fazendo um investimento de grande vulto e numa obra que, efetivamente, era uma grande aspiração para Santa Catarina.

Quero, agora, senhor Presidente, voltar-me à Capital do Estado, que está sendo administrada pela senhora Ângela Amin, que foi eleita nas eleições de 1996 e que tinha um programa de Governo no qual se destacavam algumas importantes obras para a Capital do Estado. Inclusive, ano passado, aqui, até ela foi muito criticada, ou seja, que não estava fazendo uma boa administração. Houve até

comparações com outras administrações municipais.

Ela foi superando todas as dificuldades e hoje já se vê uma Florianópolis com uma nova cara. Florianópolis está uma cidade limpa, está uma cidade bonita e uma cidade que está sendo asfaltada. Este mês, ainda, são mais de quarenta e cinco ruas do centro e do Estreito que estão sendo pavimentadas.

No seu programa de Governo ela tinha uma proposta, que era a proposta do famoso elevado do CIC e do elevado do Diplomata. Muita gente dizia que isso não iria ocorrer. Pois eu quero, neste momento, ao levar os meus cumprimentos à Prefeita Municipal de Florianópolis, à Câmara Municipal de Vereadores, dizer que esta obra do elevado do CIC vai ser lançada na próxima segunda-feira, com contrato já definido, com licitações já feitas, e vai ser assinado o contrato da obra. Vai ser dada a ordem de serviço para o início dessas obras na próxima segunda-feira.

Como todos sabemos, a Prefeitura Municipal de Florianópolis não tem os recursos para a realização de uma obra de tamanha envergadura. Assim é que a Prefeitura assinou um empréstimo com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social - no valor de dezoito milhões de reais, cujo contrato já foi assinado no Rio de Janeiro.

A obra está orçada em vinte e cinco milhões, dos quais sete milhões serão de recursos próprios da Prefeitura.

Eu queria, nesta oportunidade, senhor Presidente, também informar que serão construídas cinco alças de acesso aos viadutos, somando mil metros de extensão.

A empresa vencedora é a Empresa Roca Ltda., paranaense, que vai trabalhar no alargamento das pistas e das pontes da Avenida da Saudade e na construção de duas passarelas de pedestres, uma na Avenida Silva Fontes e a outra na Avenida da Saudade.

O fluxo de veículos que hoje circulam, cerca de cento e dez mil veículos, terão, sem dúvida nenhuma, muito melhores condições do que ocorre atualmente.

Então, é o meu registro de congratulações e, acima de tudo, de pertinência da Prefeita Municipal, que em momento nenhum desanimou, que em momento nenhum se abateu com as dificuldades financeiras que herdou, procurando resolver os problemas sem muitos alardes.

Hoje, a Prefeitura Municipal de Florianópolis é uma Prefeitura que tem condições de administração; todas as suas contas estão sendo pagas dentro de um cronograma previamente estabelecido; os servidores públicos de Florianópolis estão com as suas remunerações em dia, o 13º salário em 50% relativo ao ano de 1998 (não é 1997), já foram pagos agora no mês de junho, mais precisamente no dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente. Já foram pagos esses 50% do 13º salário, e muitas outras obras ainda serão realizadas pela atual administração.

Tudo que era tido como coisas impossíveis de serem definidas foram resolvidas pela Prefeita Municipal, que tem recebido a colaboração do Governo Federal, dos organismos de financiamentos, mas é bom que se frise aqui que para fazer determinado financiamento tem que estar com as contas, com as prestações de contas e com os projetos devidamente em dia.

Portanto, senhor Presidente e senhores Deputados, quero neste momento, ao cumprimentar a Prefeita Ângela Amin, também cumprimentar o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que vem a Santa Catarina no dia de amanhã.

Gostaria de dizer que a nossa Prefeita dentro de muito pouco tempo - e isso afirmo no ano passado, aqui, àqueles que queriam muita pressa na resolução dos compromissos da campanha eleitoral da dona Ângela - haveria, até o final do seu mandato, de cumprir integralmente com todos os seus projetos colocados à apreciação e que receberam o apoio do povo da Capital do Estado, fazendo com que ela vencesse uma eleição renhida.

Efetivamente, tudo aquilo que ela se comprometeu com a população catarinense ao final de seu mandato estará integralmente cumprido.

É só acompanhar, ver, constatar, pois isso que estou afirmando neste momento, ou seja, ela haverá de fazer cumprir tudo aquilo que afirmou ao povo florianopolitano.

Portanto, o meu abraço, parabéns à Prefeita Ângela Amin pelo trabalho que está realizando e a certeza de que ela haverá de cumprir todos os compromissos com o povo da Capital do Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Presidente (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PFL.

Com a palavra o senhor Deputado Adelor Vieira, por apenas nove minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, inicialmente eu gostaria de registrar a presença nesta Casa do empresário José Carlos Francellino, da TV Brasil Esperança e da Fundação Educacional de Itajaí, que vem a esta Capital com o objetivo de buscar a solução para alguns problemas que dizem respeito àquelas comunidades de Foz do Itajaí.

Sinta-se bem entre nós, senhor José Carlos.

Eu quero, nesta manhã, fazer algumas considerações a respeito do Poder Judiciário, mais precisamente na questão relacionada a Joinville, uma das maiores Comarcas do nosso Estado e que vem sofrendo com as deficiências de pessoal, de espaço físico e de estrutura organizacional.

As conseqüências econômicas e sociais dos últimos planos governamentais geraram e continuam gerando uma avalanche de novas ações. Tais circunstâncias, apesar da operosidade dos Magistrados da Comarca, compromete a entrega da prestação jurisdicional.

Há necessidade do Poder Judiciário de Joinville se adequar à nova realidade, haja vista que o Município conta com uma população de mais de 400 mil habitantes, dentre os quais 374 mil estão na zona urbana, com uma área de influência de mais ou menos um milhão de habitantes e aproximadamente 260 mil eleitores.

Senhores Deputados, na Vara da Família, só para se ter um exemplo, tramitam mais de seis mil processos. A cada mês que passa o drama é ainda maior, pois os dois juizes que lá trabalham não conseguem atender a demanda de novas ações, que, numa média geral, ultrapassa a 300 ou 400 processos.

Na referida Vara o problema é tão delicado que, há mais de quatro anos, funciona em regime de exceção, sem que haja um resultado prático na solução dos processos. Os mandados são expedidos com dois, quatro, seis meses de atraso, quando não chega a um ano, por falta de infraestrutura de pessoal.

Na Comarca da Capital, para a execução do mesmo serviço, serão criadas duas Varas, além das duas outras já existentes. Na área criminal, em virtude do elevado número de processos, existe a necessidade de se criar a 3ª Vara Criminal, com competência para processar os delitos de trânsito, que seria a resposta adequada às cobranças da mídia e da própria sociedade quanto à impunidade que propagam grassar pelo Brasil.

O funcionamento da Justiça Penal é o verdadeiro parâmetro utilizado pela comunidade para dizer que o Poder Judiciário não vai bem em nosso País. A idéia amplamente disseminada no tecido social, uma das razões do nosso fracasso como Nação, reside em não haver punição para os autores de crime. Ao lado dessas razões de ordem exclusivamente política para a ampliação da justiça criminal em Joinville, as estatísticas dão bom exemplo de como nossos quadros estão defasados.

Existem hoje mais de 300 processos na Cadeia Pública de Joinville aguardando julgamento ou em transferência para uma das nossas penitenciárias do Estado, o que significa dizer da necessidade de realização de mais de mil audiências. Além disso, na Comarca, os processos de Réu Solto e mais de 160 processos da competência do Tribunal do Júri estão pendentes de julgamento.

Os Juizes que trabalham na área criminal não têm condições de dar a devida atenção no que se refere ao atendimento daqueles processos que diariamente dão entrada no Fórum local, basta lembrar que em Florianópolis teremos seis Varas para atender uma população bem menor.

Na Comarca de Lages, só para exemplificar, existem três Varas para atender a uma população que não atinge 50% da população joinvilense. Em Chapecó nós temos o mesmo número de Varas para atender uma população de 85 mil eleitores, enquanto Joinville, como já dissemos, conta com 260 mil eleitores. É um verdadeiro absurdo o que está ocorrendo com a nossa cidade, com a nossa Comarca.

Na área cível também não é diferente. Existe na Comarca de Joinville quatro Varas Cíveis para atender a nossa população, sendo que mensalmente são distribuídos para cada uma delas mais de 200 processos novos. É sabido que a média de julgamento para cada Juiz não ultrapassa a 100 processos.

Então, estão em tramitação na Comarca uma média de 2.700 processos para cada Juiz, sendo que mensalmente acumula-se uma média de mais 100 novos processos. O mesmo número de Varas existe em Lages, em Blumenau, onde a população, como já demonstramos anteriormente, é bem menor.

Esta, senhor Presidente e senhores Deputados, é a situação caótica que se encontra o Poder Judiciário na maior cidade do Estado de Santa Catarina. Por ser a maior cidade, consequentemente, nós temos também o maior volume de problemas.

Eu quero, nesta oportunidade, trazer estes números e ter a consideração desta augusta Casa.

Gostaria de fazer um apelo a fim de que no momento em que tramitar por aqui o projeto de reformulação, de criação de novas Comarcas, possamos atentar para esses números, Deputado Carlito Merss, porque, caso contrário, novamente Joinville e região estarão sendo preteridas e prejudicadas.

É mister e urgente que se aprove a criação das novas Comarcas de Garuva, de Araquari e agora, como se propalou também, uma comarca para Itapoá.

É bom que se crie estas três novas Comarcas, mas é bom também que se repense a situação que vai ficar a Comarca de Joinville, mesmo desmembrando Itapoá e Garuva, como também a de São Francisco do Sul, desmembrando-se os Municípios de Araquari e Balneário de Barra do Sul.

Não é bom para a sociedade ter uma Justiça inoperante; não é bom para a sociedade ter numa Comarca como a de Joinville um represamento desta ordem, quando mensalmente chegam cem novos processos do qual já temos milhares esperando por julgamento.

Não é bom para a nossa sociedade saber que nós temos muitos processos julgados e que o nosso sistema presidiário...

A nossa cadeia já está superlotada, sem condições de abrigar os que estão sendo punidos pelos atos que praticaram.

Por esta razão, nós queremos mais uma vez aqui desta tribuna reafirmar o que já havíamos dito em outras oportunidades: é necessário e urgente que esta reforma do Judiciário alcance a Comarca de Joinville.

Nós estamos prestes a inaugurar o novo espaço físico do Fórum da Comarca de Joinville. Bonito, majestoso, mais um cartão de visitas para a nossa cidade. Mas é necessário também que se dê as condições necessárias, que se criem as novas Varas, que se abram as vagas para os novos juizes, para os novos desembargadores, para os funcionários que são necessários ao bom funcionamento dessas novas Varas. Que se equipem as Varas hoje existentes, a fim de que a Justiça seja mais eficiente, esteja sempre pronta para que possamos viver dias melhores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo interesse do PMDB em usar o horário, vamos fazer um rateio de tempo iniciando pelo PT, que terá nove minutos.

Com a palavra o senhor Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Agradeço ao Presidente em exercício, Deputado Odacir Zonta, os nove minutos.

Senhores Deputados, chamou-me a atenção um texto publicado no jornal A Notícia, do dia 28 de maio de 1998, de autoria de uma aluna da 5ª fase do Curso de Moda da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc. O nome da aluna é Adriana da Silva Bunn. E o título é interessante: "Não somos santos".

Ela resgata algumas coisas neste texto, principalmente neste ano eleitoral, que faço questão de ler, porque os Anais da Casa merecem o registro.

(Passa a ler)

"Estamos em um ano eleitoral. Para os brasileiros, que viveram por tantos anos sob o véu (ou seria uma lona?) da ditadura, que tanto lutaram por um País democrático no qual eles mesmos pudessem eleger os seus representantes, este seria um ano de alegria, de possibilidade de mudança, enfim, até de um certo orgulho pela grande responsabilidade que está nas mãos de cada cidadão maior de 16 anos.

O clima de um ano eleitoral no Brasil, porém, é totalmente o oposto daquele acima descrito. O brasileiro sente, ao votar, que está cumprindo uma obrigação fatídica, que está apenas escolhendo as novas

'moscas do bolo'. Ano eleitoral é ano de xingamento, de desabafo, de descrédito, e também de talvez conseguir uma 'mãozinha'... bem, cheguei onde queria chegar.

Minha intenção não é a de atacar e muito menos de ofender a classe tão desacreditada dos representantes eleitos por nós para o Poder Executivo e para o Poder Legislativo. Pretendo, sim, questionar as atitudes dos eleitores em geral. Como qualquer cidadão, cumprio com minhas obrigações, procuro sempre agir segundo as leis que regem nosso País e também estou desacreditada com as barbaridades que nossos representantes cometem às claras, com o descaramento, com a falta de ética, com a corrupção com, bem, eu gastaria folhas e folhas descrevendo tudo o que eles fazem de errado.

Olhando bem para a situação caótica da política brasileira, surge um questionamento: será que somente nós somos santos, e, eles, os demônios que devem ser exorcizados? Não temos sequer uma parcela de culpa por tudo o que está acontecendo?

Lembro-me bem de quando eu estudava no primário, quando havia gincanas, nós, crianças, éramos incentivadas a mandar um 'oficininho' para um candidato qualquer, pedindo jogos de camisetas para os times (as camisetas doadas eram geralmente de uma empresa da qual o candidato era o dono), toda a sorte de quinquilharias, e os famosos ônibus para excursões de fim de ano! Alguém aí se lembra disso?

A diretora (que naquele tempo era indicada) chegava na nossa sala e dizia: 'crianças, o candidato fulano de tal cedeu um ônibus para vocês irem a Camboriú (na Citur - todos os passeios eram para a Citur) no final do ano. Não esqueçam de pedir um votinho para seus pais, hein?' E lá íamos nós, pobres, inocentes, pedirmos para o papai votar no fulano, que ele era muito bonzinho porque conseguiu um ônibus para irmos pela enésima vez a Camboriú dar pipoca aos macacos.

As pessoas criticam, reclamam (e com razão) de seus representantes, mas agem como corruptos. Como alguém tem coragem de votar em um candidato que comprou seu voto? No meu entender, quando compramos alguma coisa, temos o direito de fazer com ela o que bem entendermos. Se vendemos nosso voto, estamos dando o aval para o candidato fazer dele o que quiser, e não podemos sequer reclamar.

Vocês podem estar me perguntando agora sobre o candidato que oferece comida para o morto de fome. Essa é a maior das covardias. As pessoas necessitadas são um alvo fácil para candidatos inescrupulosos que são ainda mais 'espertos'.

Você já viu um corrupto burro, com exceção do Magri? (Pena que só um deles até hoje teve um irmão dedo-duro). Para os que vivem na miséria, não adianta mostrar propostas, eles querem é pão na mesa, eles acreditam que se tiverem o que comer antes da eleição, depois da mesma continuarão tendo.

Se afirmei acima que nós somos santos, claro que entre nossos homens públicos há muito menos deles. O fato é que entre pessoas que aceitam favores existem aquelas que são esclarecidas até certo ponto, mas quando o assunto é política, o negócio é sugar os políticos enquanto são candidatos e dar um votinho em troca do favor, porque 'se é para eleger um ladrão de graça, prefere-se eleger o ladrão mas levar alguma coisa em troca'.

Tenho registrada em minha memória, como se fosse uma fotografia, a imagem de uma senhora idosa que foi mostrada numa reportagem de um telejornal antes das últimas eleições. Filmaram a dita senhora entrando no diretório de um candidato, e perguntaram o que ela estava fazendo ali. A senhora disse que ia pedir uma ajudinha. Depois de um certo tempo, sai a mulher do escritório desfiando um rosário de desaforos e dizendo: 'É, é assim que eles querem ganhar as eleições. Não me deram nada, moço, nada!'

Agora eu pergunto se uma pessoa dessas tem o direito de reclamar de alguma coisa. Com certeza ela foi a outro lugar, conseguiu o que queria, votou em quem não devia, e deve estar em pior situação do que a que estava quando foi pedir ajuda. As pessoas sabem quem é o corrupto, mesmo assim votam nele.

O próprio povo faz de seu voto um negócio lucrativo e, aqueles que merecem os votos que tiveram, pagam pela pouca vergonha na cara para certos homens públicos, é a consciência do brasileiro de que ele tem uma enorme parcela de responsabilidade sobre esse mar de lama que aí está há anos, e que ele também pode ser um agente de corrupção à medida em que aceita, ou, pior ainda, corre atrás dos favores (que acabam custando quatro anos de dores de cabeça ou mais) daqueles que ele tanto odeia, tanto xinga e tanto critica."

Este aqui é o texto: "Não somos Santos", de Adriana da Silva Bunn, a quem não conheço. Isto aqui eu guardei desde o dia 29 de maio e separei para numa oportunidade ler. E como hoje temos poucas pessoas na sessão, fiz questão de ler. É uma aluna da 5ª fase, o que significa dois anos e meio de faculdade, mas o que me chamou atenção foi a clareza, a crueza até das palavras dela, mas, como nós estamos iniciando um período efetivamente pré-eleitoral, temos percebido novamente isso.

O que me assusta, Deputado Gilson dos Santos, é que com a miséria que campeia este País com certeza esse tipo de ajudinha, como diz a aluna, e este tipo de troca de favor vai ser muito mais utilizado este ano. Infelizmente nós sabemos que quanto mais miséria, quanto mais dificuldades, mais possibilidades existem do *statu quo* se manter, mais possibilidades existem daqueles políticos de sempre, que têm os esquemas de sempre, reelegerem-se.

Falo isto também, Deputado, com uma certa tristeza. E li nos jornais de ontem que o Deputado Miguel Ximenes está desistindo da sua reeleição por diversos motivos, mas muito também por não concordar com métodos utilizados por este último Governo, ao qual ele mesmo, sendo do Partido, colocou-se contrário.

Disse ao Deputado Miguel Ximenes que espaço se utiliza, espaço se ocupa. Se ele, que tem uma postura firme, uma postura ética não for candidato, não se reeleger, pode ser que no lugar dele nós tenhamos alguns desses políticos que se utilizam disso, que a aluna Adriana da Silva Bunn bem disse. E nós, cada vez mais estaremos desacreditados e teremos menos possibilidade de defender este Parlamento e as instituições democráticas. Acho que devemos fazer esta reflexão e condenar, esclarecer cada vez mais.

Eu penso que esta Casa já fez o seu papel. Está acontecendo agora, neste momento, uma reunião em Tubarão para tratar do Orçamento Regionalizado. É a primeira reunião que não pude ir até por outros compromissos que tenho.

Nós vamos ter que mudar isso, Deputado Gilson dos Santos. V.Exa., que tem uma experiência de quase 20 anos, sabe como funcionam essas coisas e a dificuldade que se tem inclusive de mudar essa lógica, porque é uma cultura que vem se mantendo, porque é assim que a maioria das pessoas que têm o poder neste País mantêm a miséria. Que pelo menos pudéssemos refletir sobre a frase que os orientais utilizam muito: não dê o peixe, ensine a pescar. Infelizmente, na política, não se deve ensinar a pescar, tem que se dar o peixe, de preferência de quatro em quatro anos, para que tudo permaneça como está.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Nobre Deputado, concordo integralmente com as colocações feitas por esta estudante. Como seria bom se fosse diferente. Infelizmente, o que existe nos períodos eleitorais é que quando se entra numa campanha eleitoral ninguém quer perder, e o que acontece é que as armas às vezes são muito desiguais.

Existe até uma cultura, Deputado Carlito Merss, e muitas pessoas até deixam as coisas atrasarem: imposto, água, luz, telefone, porque dizem que na hora da eleição a coisa é resolvida. Infelizmente, e quero aqui caracterizar, eu acho que a política é igual a qualquer outra eleição, até numa eleição estudantil, o candidato que apresenta uma melhor propaganda, uma estética mais bonita, normalmente ganha a eleição. Isto são coisas que efetivamente não correspondem exatamente a proposta da pessoa e, sim, ao momento.

Sem dúvida nenhuma, esse esclarecimento dessa moça é muito importante. Não se pode jogar todo mundo na mesma vala.

Eu acho que existe na política brasileira muita gente boa, e tem uma coisa que as pessoas custam a captar: que o político faz um vestibular de quatro em quatro anos, e dá para ver quem é aquele que efetivamente cumpriu a sua parte e aquele que não cumpriu. Só que infelizmente aquele que cumpriu normalmente está em desigualdade com os demais, porque ele cumpriu a sua parte, quer dizer, ele fez durante os quatro anos aquilo que deveria ter feito. O outro não fez, só que o outro guardou, e aí exatamente num momento certo, e aí pela cultura, lamentavelmente, infelizmente essa moça tem razão.

Sem dúvida nenhuma, já é uma coisa muito importante que deveria ser proliferado por todos os colégios, por todas as universidades e por todos os cantos do País.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Muito obrigado, senhor Presidente e senhores Deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência dos seguintes senhores Deputados: Onofre Santo Agostini, Reno Caramori, Gilmar Knaesel, Ivo Konell, Norberto Stroisch e Vanderlei Rosso.

Gostaríamos de salientar que uma delegação dos senhores Deputados faz parte do trabalho do Orçamento Regionalizado que hoje está operando no Sul do Estado, por isso essas ausências.

Esta Presidência, de acordo com o § 1º do art. 89 do Regimento Interno, dá conhecimento em Plenário que foram

aprovadas nas Comissões Permanentes, e que não havendo recursos no prazo de duas sessões, serão elaborados os respectivos autógrafos das seguintes matérias:

Projeto de Lei de nº 066/98, de autoria do senhor Deputado Adelor Vieira, que declara de utilidade pública a Associação do Menor, com sede e foro na cidade e Comarca de Joinville.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público;

Projeto de Lei nº 125/98, de autoria do senhor Deputado Wilson Wandall, que declara de utilidade pública a Fundação Anjos da Guarda, com sede e foro na cidade e Comarca de Indaial.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público;

Projeto de Lei de nº 144/98, de autoria do senhor Deputado Gilmar Knaesel, que declara de utilidade pública a Ação Social da Paróquia Nossa Senhora da Glória, com sede na cidade de Blumenau e foro na Comarca de Blumenau.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Na ausência de número legal, as matérias constantes da pauta ficam transferidas para a sessão da próxima segunda-

feira, assim como os requerimentos.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, damos conhecimento ao Plenário da pauta da Ordem do Dia da próxima sessão.

Discussão e Votação em turno único da Mensagem de nº 3612/98, que apõe veto total ao Projeto de Lei nº 363/96;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei de nº 37/98, de procedência governamental, que concede pensão especial;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei de nº 040/98, de procedência governamental, que concede pensão especial;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei de nº 76/98, de procedência governamental, que autoriza aquisição de imóvel;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei de nº 77/98, de procedência governamental, que autoriza aquisição de imóvel;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei de nº 083/98, de procedência governamental, que autoriza aquisição de imóvel;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei de nº 084/98, de procedência governamental, que autoriza aquisição de imóvel;

Discussão e votação em turno único

dos Projetos de Lei de nºs 089/98 e 093/98, ambos para aquisição de imóvel;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei de nº 103/98, de procedência governamental, que concede pensão especial;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei de nº 107/98, de procedência governamental, que altera o artigo 1º da Lei nº 10.426;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei de nº 112/98, que cria o Conselho Estadual de Proteção Contra Incêndio;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei de nº 147/98, de procedência governamental, que concede pensão especial;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei de nº 153/98, de procedência governamental, que autoriza aquisição de imóvel;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar de nº 007/98, de procedência do Ministério Público, que ajusta os cargos de carreira do Ministério Público à Divisão e Organização Judiciária do Estado.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 29 DE JUNHO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Afonso Spaniol - Carlito Merss - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Volnei Morastoni - Wilson Wandall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

OFÍCIOS Nºs:

030/98, do senhor Juiz de Direito Paulo Afonso Sandri, da Comarca de Balneário de Camboriú, encaminhando Autos nº

005.87.000247-8, Ação anulatória, de autoria da Prefeitura Municipal de Camboriú, contra a Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú; 060, 061, 062 e 063/98, do senhor Secretário da Casa Civil, encaminhando respostas das Indicações nºs 045, 050 e 060/98, respectivamente;

425/98, do senhor Secretário de Estado dos Transportes e Obras, reportando-se ao Telefax nº 0468.9/98, que solicita providências para a restauração e recapeamento da Rodovia SC-463, que liga a Rodovia BR-153, via Jaborá, à BR-282;

579/98, do senhor Diretor da Secretaria Nacional dos direitos Humanos, do Ministério da Justiça, comunicando convênio nº 055, firmado entre o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, e a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania de Santa Catarina, para a execução do projeto de Formação e Capacitação de Operadores Jurídicos.

CORRESPONDÊNCIA:

- da Associação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Microrregião do Alto Vale do Itajaí, encaminhando abaixo-assinado, solicitando apoio ao Projeto de Lei que trata sobre a prestação de serviços de Despachante de Trânsito junto ao Detran/SC.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Volnei Morastoni, que autoriza a Secretaria de Saúde

a distribuir seringas descartáveis aos usuários de drogas e dá outras providências;

- de autoria do senhor Deputado Lício Mauro da Silveira, que dispõe sobre a apreciação dos convênios, ajustes, acordos e instrumentos congêneres previstos no art. 20 da Constituição Estadual.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Registramos a presença do ex-Deputado Estadual e Federal, Dr. Vasco Furlan, no Plenário desta Assembléia Legislativa, a quem convidamos para, se desejar, tomar assento à mesa.

Com a palavra o primeiro orador inscrito em Breves Comunicações, Deputado Odacir Zonta.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente, nobres colegas Parlamentares, eu cumprimento as funcionárias e os funcionários da Casa, especialmente os visitantes.

Gostaríamos de dizer que estamos tomando a iniciativa de encaminhar para a apreciação dos nobres Pares desta Casa dois requerimentos que refutamos neste momento da maior importância. Os dois são dirigidos ao Secretário da Agricultura em exercício do Estado de Santa Catarina e, por que não dizer, ao Governo do Estado de Santa Catarina.

Os dois requerimentos tratam exatamente de apoios que o Governo do Estado já propiciou no passado, dado o estado de emergência que vive o nosso pequeno agricultor pela falta de renda e, especialmente, pela perda de safra. E para quem quer estimular o plantio, especialmente a produção e a produtividade, tem muito a ver com isso.

Um dos requerimentos trata da solicitação de agilização do Programa de Calcário por parte do Governo do Estado. Já estamos no início do mês de julho, Deputado Idelvino Furlanetto, e até agora não se tem notícia de que o Governo do Estado esteja habilitando a aquisição de calcário - pelo menos esta Casa não tem conhecimento. E sabe-se que para produzir efeito esse corretivo de solo tem que ser aplicado com, no mínimo, 60 ou 90 dias de antecedência.

É necessário que se agilize a aquisição de calcário e que se possa atribuir a essa aquisição o maior volume necessário possível e se desloquem, inclusive (essa é a proposta), para três pontos de distribuição, ficando mais facilitado para o nosso agricultor, especialmente o pequeno agricultor.

Nos programas anteriores o Governo adquiriu o calcário colocado na mina, a maioria localizado em Quilombo, no Estado do Paraná, custando mais caro ao agricultor o frete do que o próprio produto.

O que estamos propondo? Além de que se possa agilizar o programa de calcário, onde o Governo doa esse calcário, o valor pago na mina, ele possa também contribuir com o deslocamento desse produto para três pontos estratégicos, localizados em Lages, em Herval do Oeste e em Chapecó. Essa é a nossa sugestão.

A nosso ver essas três regiões podem contemplar a diminuição do custo, podem permitir o acesso às pequenas quantidades de calcário por parte do nosso agricultor. E se localizados esses terminais em Lages, em Chapecó e em Herval do Oeste, permitirá a muitos Municípios apanhar esses depósitos com os seus próprios veículos, diminuindo cada vez mais o custo para o produtor.

Esse é um dos temas que colocamos em discussão através de requerimento, solicitando ao Governo do Estado que agilize, que determine a licitação e que este calcário venha antes de se iniciar o plantio, se bem que já fica um pouco atropelado para chegar nesse prazo, uma vez que até o final de julho começa a época do plantio, e em muitas regiões a partir de 20 de julho, especialmente na costa do Rio Uruguai, o pessoal começa a plantar.

Então, que esse calcário chegue urgentemente, para que ele não possa depois apenas servir como estoque para os próximos anos.

Precisamos também que, além naturalmente da aquisição do pagamento do custo do calcário em nível de mina, o Governo do Estado providencie o seu deslocamento e armazene-o para a distribuição nas regiões de Lages, do Meio-Oeste, do Vale do Rio do Peixe, em Herval do Oeste e do Grande Oeste, em Chapecó. Essa é uma das solicitações.

Um outro requerimento diz respeito ao troca-troca de sementes de milho e de feijão. É necessário fazer uma campanha assim para que o nosso agricultor tenha estímulo de plantar. Mas para ele ter esse estímulo tem que haver perspectiva de renda, de receita, de lucratividade. E uma das formas é diminuindo custos.

Hoje sabe-se que o preço, por exemplo, da semente de milho está inacessível para uma camada muito grande de pequenos agricultores. Quando eles adquirirem uma saca de vinte quilos de sementes têm que entregar doze, quinze, dezoito sacas de produtos de sessenta quilos. É um absurdo esse preço.

O Governo do Estado pode e deve contribuir com um programa de troca-troca de sementes. Não que deva ser na mesma proporção, Deputado Eni Voltolini, que o elemento apanhe um saco de vinte quilos e depois devolva dez ou doze sacos de produto de sessenta quilos ao Estado.

Lembro bem, quando fui Secretário da Agricultura, que fazíamos o troca-troca de semente de milho de um para três, ou seja, recebiam um saco de vinte quilos e devolviam três sacos de sessenta quilos, o que era razoável. Inclusive, Deputado Idelvino Furlanetto, V.Exa. na época era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em São Miguel d'Oeste e era um dos que sempre trabalharam essa questão. Assim como fazíamos também o troca-troca de um por um no feijão. Dávamos um saco de cinquenta quilos de semente, e eles devolviam um de sessenta quilos para o pagamento.

Era alguma coisa compreensível e possível de ser resgatada. Eu não vejo grandes modificações, a não ser no preço das sementes, porque aí vamos obrigar o Governo a fiscalizar, para que o Governo introduza um novo sistema, retome esse novo sistema, agora, neste momento emergencial.

Se o Estado, efetivamente, quer ajudar o nosso agricultor a estimular a plantar, não teria dificuldade nenhuma em produzir um sistema de troca-troca. Inclusive as cooperativas que estavam reunidas na sexta-feira retrasada, em Águas Mornas, já aquiesceram em colaborar nisso, licitando essas sementes de milho, colocando à disposição a preço de custo, sem qualquer custo para a redistribuição, fazendo os contratos e até recolhendo o produto para ser depois vendido ou utilizado através da Secretaria da Agricultura do Estado.

É uma proposta que estamos apresentando em requerimento ao Secretário da Agricultura para que contemplemos o pequeno produtor com o sistema de troca-troca, no sentido de que possam disponibilizar essas sementes, não apenas aquelas produzidas pela antiga Epasqui, hoje Epagri, mas também adquirindo sementes básicas junto às empresas e até, por que não, fazendo um pacto com essas empresas que têm colocado aqui, com exclusividade, à disposição dos nossos agricultores a semente básica de milho.

Que sejam, então, sementes híbridas de milho, sementes certificadas de milho, para evitar que o agricultor tenha que recolher a semente de paiol, pois esta também é de péssima qualidade, dado o alto grau de umidade em que foi colhida a safra de milho.

Especialmente na questão do feijão, o Estado, temos consciência, terá que buscar junto às cooperativas e estas junto a outros mercados, inclusive do Norte e Nordeste do País, porque, infelizmente, a intempérie do tempo tolheu, tomou a safra de feijão, tanto das águas, quanto da safrinha.

É lógico que se este produto colhido já não foi bom e não é bom para o mercado, para o consumo, imaginem para transformá-lo em semente para reproduzir junto aos nossos agricultores.

Então, são questões fundamentais neste momento de necessidade e neste momento de decisão do agricultor para que ele possa realizar a sua safra.

Essas duas questões o Estado pode, já fez e deverá fazer novamente como incentivo ao nosso agricultor: o programa de calcário e o programa de sementes, tanto de milho quanto de feijão.

Era este o nosso depoimento nesta tarde, senhor Presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - O próximo orador inscrito é o senhor Deputado Gervásio Maciel.

(Pausa)

Na ausência do senhor Deputado Gervásio Maciel, livre a palavra a todos os senhores Deputados no horário de Breves Comunicações.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra em Breves Comunicações, passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Hoje, Segunda-feira, os primeiros minutos pertencem ao PPB.

Com a palavra o senhor Deputado Eni Voltolini por até dezesseis minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, senhores Deputados, catarinenses que visitam a Assembléia Legislativa, eu gostaria de comentar hoje uma questão que certamente deveria ser mais objeto da presença de vários Parlamentares não só na tribuna desta Casa como também de discursos que deveriam ser proferidos, e a partir das nossas manifestações, objetivarem atos consequentes do Poder Executivo. Refiro-me ao aparato de segurança pública do Estado de Santa Catarina.

Os senhores Parlamentares - que fazem parte principalmente das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação - devem ter notado que nos últimos meses vários projetos de origem governamental adentraram nesta Casa notadamente com o interesse de proporcionar a autorização legislativa para que o Poder Executivo possa, em muitos Municípios catarinenses, construir delegacias.

A verdade é que estamos, neste momento, apenas dando autorização legislativa. Mas se a intenção, de fato, do Poder Executivo fosse a de permitir a instalação de um sistema diferenciado de oferta de segurança pública, acoplada à construção de delegacias, certamente começaríamos a seguir a trilha adequada que este Estado precisa.

Eu não quero dizer que este é o Estado mais inseguro do Brasil, pois certamente estaria cometendo um deslize de proporções enormes, porque felizmente ele não o é. Porém, queria alertar que neste momento, quando se fala tanto em privatizações e terceirizações, em muitas oportunidades são necessários e existem alguns deveres inerentes ao Estado, e entre eles certamente a questão da segurança pública está lá colocada.

Falo também das questões ligadas à saúde, à educação, mas hoje o objeto da minha manifestação é a segurança pública não apenas porque ao abrir jornais ou ao ouvir noticiários estamos nos deparando com problemas ligados a assaltos, roubos, assaltos a bancos e seqüestros, não apenas por isso. E quando digo não apenas é porque quero destacar essa expressão, eis que infelizmente - volto a repetir - estamos nos acostumando, de uma forma inadequada, a considerar que isso faz parte da modernidade.

Estamos, infelizmente, nos acostumando a entender que qualquer País, qualquer Estado e qualquer cidade que cresça têm que estar acompanhado por um processo de insegurança. Isso não retrata, absolutamente, a verdade. Está aí o exemplo da cidade de Nova Iorque. Uma cidade que era considerada a mais insegura, ou uma das mais inseguras do planeta, e que através de uma prática de convívio do sistema policial com a comunidade, da chamada repressão zero, tolerância zero, começou a mudar as questões.

Também estamos nos acostumando a entender que se o problema é sério - e aí falávamos dos milhões das Letras, e isso é muito sério, muito importante -, têm que ter uma penalização; se o roubo era menor, ele passava a ser desconsiderado na sua importância.

Quero estabelecer essa mesma correlação com a questão de tolerâncias às infrações das leis. Quando se faz uma grande infringência a um dispositivo legal, estamos todos alerta e preocupados. Quando são pequenas as infrações, aquelas que rotulamos como pequenas, estamos perigosamente nos acostumando a tolerá-las.

Isso faz com que haja um encadeamento de tolerâncias, porque há precedentes que se estabelecem. E a partir de um determinado momento já não sabemos o que podemos tolerar, o que podemos permitir e o que nunca deveríamos ter permitido.

Na questão da segurança pública isto é flagrante, extremamente flagrante. Volto a repetir, a cidade de Nova Iorque, ao definir tolerância zero, começou a mudar as questões.

Somos permissivos nessas questões, e isto, em Santa Catarina, tem afetado um outro componente chamado turismo, e parece não haver correlação. Parece, talvez, para os mais incautos que não há correlação, porque se eu colocar alguns números que aqui estão colocados em um documento que pretendo transcrever em artigo a ser publicado em jornal - quero apresentar os números - de, por exemplo, o que o turismo, no ano passado, representou para alguns países aqui, da América do Sul.

O Brasil recebeu 2 milhões de turistas, o Uruguai, o pequeno Uruguai, o nosso vizinho Uruguai recebeu 2,5 milhões de turistas. A Argentina, 5 milhões de turistas. Saltou de 1,8 milhões para 5 milhões de turistas. O México, o tão falado México das confusões, 23 milhões de turistas.

Sem dúvida nenhuma, isso não deve estar se devendo apenas a recursos naturais. Não se deve apenas a diferenças com relação à hospitalidade de um povo ou de outro povo, porque certamente aqui, no Brasil, temos um povo hospitaleiro, temos ofertas de recursos naturais inigualáveis, mas temos só uma política não agressiva de turismo. E não é isso também!

Não há apenas falta de agressividade na política do turismo deste País. Existe, sim, um componente de agressividade que permeia a insegurança pública que experimentamos. E

quando estamos todos a falar que o grande problema deste País se resume à falta de geração de renda, à falta de geração de oportunidades de trabalho - e quantas vezes isso é dito e será dito nas próximas campanhas eleitorais -, quando estamos dizendo que este é o maior desafio que o Brasil de hoje vive, quando serão apresentadas inúmeras propostas para dar oportunidades a brasileiros que estão neste momento desempregados, certamente um tema será muito destacado: o turismo.

Vamos ouvir isso como proposta de todos os candidatos. Duvido que não haja um candidato que não coloque, na sua proposta de Governo para Santa Catarina, o componente turismo como alavancador de renda e de geração de trabalhos.

Agora, precisamos entender que ao lado desta questão existem dois outros problemas para Santa Catarina e para o Brasil e que têm sido apontados como os grandes dificultadores para que esse pequeno número de pessoas, apenas 2 milhões do ano passado, possa se transformar em números ao menos assemelhados aos do México - vinte três milhões.

O que nos diferencia, Deputado Volnei Morastoni, Brasil-México? Será que não temos componentes históricos arquitetônicos, paisagísticos, belezas naturais, povo hospitaleiro, gastronomia equivalente ao México?

Assim, o que quero mais uma vez reforçar é que se estamos dando tanto valor, e temos que dar valor, ao componente turismo como fator de atratividade, como geração de renda, como gerador de trabalho e de empregos, este País precisa trabalhar de uma forma diferenciada a questão da segurança pública.

Não se vai a nenhum lugar onde o conceito de segurança pública não esteja presente. Santa Catarina precisa investir seriamente não apenas para construir delegacias, ela precisa dar infra-estrutura, porque certamente o turismo precisa disso, e aí os investimentos em rodovias, os investimentos em comunicações, os investimentos no transporte, seja aéreo ou rodoviário, mas também o investimento efetivo na segurança pública.

E para isto não há apenas a necessidade de se fazer discurso. O componente de segurança pública não pode apenas ser vinculado ao número de assaltos, ao número de roubos, ao número de seqüestros; ele é um componente estratégico para poder minimizar a maior preocupação deste Estado e deste País.

Quando ao turismo, precisa obrigatoriamente haver, no lugar que pretendemos visitar, segurança pública e infra-estrutura. E aí, mais uma vez o alerta, para que este Estado possa não apenas contratar policiais, não apenas ter mais delegacias, mas estabelecer um novo componente, uma nova visão de segurança pública, de um aparato policial comprometido com a comunidade. E ao resgatar modelos que já foram experimentados e deram certos em outras comunidades, nós neste quesito, poderemos somar efetivamente uma proposta de turismo também.

É uma abordagem pontual e não uma abordagem global que pretendo fazer neste momento. Apenas fiz uma associação entre aquilo que é o discurso de todos e necessidade de trabalho, a necessidade de dignidade à população, a necessidade do recebimento justo e honrado de rendimentos. Este é o discurso. Por outro lado, o turismo como grande alavanca, tendo no meio a questão da segurança pública.

Não quero apenas falar de segurança pública quando tivermos assaltos a relatar, não quero apenas destacar a questão da segurança pública quando houver seqüestros, não quero apenas falar da necessidade de segurança pública, Deputado Odacir Zonta, para dizer o quanto temos problemas nesta área. Eu quero falar de qualidade de vida, e ao falar de qualidade de vida, ao falar de trabalho, ao falar de geração de renda, eu preciso obrigatoriamente abordar esta questão.

Isto não tem sido feito, as questões estão sendo tratadas de forma desconectadas.

Para haver uma política global de investimentos para este Estado, para este País, precisa-se, no mínimo, copiar o exemplo de Nova Iorque, além de nós começarmos a falar um pouco de tolerância zero.

Tolerância é aquilo que hoje consideramos como deslize menor, como infração menos grave. Precisamos parar de nos acostumar a apenas tratar desta tribuna as questões que nós, no nosso conceito, consideramos como maiores, como mais graves, e entender que delito é delito, infração é infração, seja qual for o tamanho dos mesmos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado João Henrique Blasi, por 17 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, senhores Deputados, quero me ocupar neste ensejo de três assuntos com eventos pontuais, verificados no último final de semana.

O primeiro deles, a Convenção Estadual do PMDB, realizada no sábado pela manhã aqui em Florianópolis, que definiu a chapa majoritária do PMDB ao pleito eleitoral de outubro vindouro, com a candidatura do Governador Paulo Afonso, ladeado pelo ex-Prefeito e então candidato a Deputado Estadual Arnaldo Schmitt, da cidade de Itajaí, cobrindo, portanto, a região da Foz do Rio Itajaí, e pelo Deputado Valdir Colatto, da região Oeste do Estado, muito conhecido por sua competência e seu trabalho em prol da agricultura de Santa Catarina.

Se, como todos sabemos, não foi, de fato, a chapa ideal que se pretendia ou que a maioria entendia para o Partido, foi a chapa possível, a qual certamente haverá de contar com o empenho, com a participação e com apoio da militância peemedebista nessa luta para o pleito que se avizinha.

Também quero fazer uma referência à convenção ou à não-convenção nacional do PMDB ocorrida ontem na Capital da Nação, na qual, por falta de quórum, acabou não sendo possível haver a deliberação em torno da candidatura própria.

Por inúmeras vezes já ocupei a tribuna para afirmar o meu entendimento, o meu pensamento, a minha convicção pessoal no sentido de que um Partido da pujança, da postura, do potencial do PMDB não pode nunca, em tempo algum, dar-se ao luxo de permitir não-participar ou não lançar candidato próprio em um pleito eleitoral. Mas o Partido esteve dividido ao meio e, em razão disso, acabou acontecendo esse lamentável ocorrido no último domingo, quando a falta de quórum impediu a deliberação e, como via consequencial, a impossibilidade de o PMDB ter o seu candidato a Presidente no pleito de outubro.

O que significa dizer, na prática, que a militância, os filiados estarão liberados, a meu juízo, para fazer a opção que mais lhes parecer adequada entre a candidatura do Presidente da República, perfilada por um segmento do Partido, e um outro segmento que se opunha a esta candidatura, o qual tem, agora, condições de se galvanizar em torno de um apoio a uma outra candidatura, já que o ideal que perseguíamos, o ideal da candidatura própria, acabou não sendo factibilizado.

Quero ainda, senhor Presidente, fazer uma referência ao evento ocorrido, na última sexta-feira, na cidade de Joinville, do

qual tive a ventura de participar: a inauguração do Centreventos Cau Hansen, que marca, que assinala, que simboliza a segunda passagem do Prefeito Luiz Henrique da Silveira à frente daquele próspero Município.

Há pouco ocupou a tribuna o Deputado Eni Voltolini, que falou sobre turismo, sobre segurança pública, e eu pensei que fosse ouvir de S.Exa., no mínimo, uma referência a esse centro de eventos, que é a maior arena multiuso, multifuncional da América do Sul e que vai mudar, certamente, o eixo e a concepção da cidade de Joinville, que se até agora firmou-se como sendo um pólo industrial do nosso Estado, a partir de agora, com aquela construção, com aquele empreendimento, haverá de ter transmutada a sua vocação (é claro que mantendo o seu potencial industrial), para ser um pólo turístico, para ser um pólo de negócios, para ser um pólo gerador de cultura no Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Quero lhe dizer, Deputado João Henrique Blasi, que se não fiz referência, não foi em questão do mérito, apenas estava seguindo um raciocínio em que pretendia esposar, e continuarei a fazê-lo, a defesa do turismo associado às questões ligadas à segurança pública e as perdas que o nosso País e o nosso Estado têm, às vezes, por não ofertar essa condição clara para as pessoas que desejam gastar recursos em locais onde a infra-estrutura e a segurança pública estejam presentes.

Quero também lhe dizer que não tive nenhuma dificuldade em conceder uma entrevista, no dia do lançamento do Centreventos, a uma emissora de televisão oficial do Governo do Município, e sabendo que esta entrevista seria utilizada posteriormente, falei da relevância da obra, cumprimei-as as pessoas que iniciaram essa obra, as que deram continuidade e as que estão finalizando, porque é um projeto feito a três mãos, V.Exa. sabe disso. Ali, três Governos Municipais se empenharam no processo.

Então, de todos eles há méritos. Se é maior para "a" ou para "b", eu não quero discutir, mas certamente existem méritos em todas as gestões, e Joinville, Santa Catarina, o Sul do Brasil ganharam um aparato importantíssimo nas áreas que V.Exa. destacou, ganharam um apoio às artes, aos esportes e aos negócios.

Sou adversário político do Prefeito Luiz Henrique, mas não sou inimigo dele. E como adversário político, questiono as questões que ainda não estão resolvidas no nosso Município, mas sei também destacar as questões boas, positivas. Fiz questão de dizer isso também, e gostaria de torná-las públicas neste momento.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço o seu aparte, Deputado Eni Voltolini.

Com certeza, antes e acima de tudo está de parabéns a população de Joinville, e por extensão o nosso Estado, por passar a contar com um equipamento digno de registro, uma obra portentosa, como bem acentuou o Deputado Eni Voltolini, a qual passou por algumas administrações. Houve ali a construção, parece-me, de um teatro municipal, que ficou paralisada, pelo meio, e isso mostra que tem que haver a continuidade da gestão no âmbito municipal e do Estado.

Se cada nova gestão que inicia significar um marco zero em relação àquilo que foi

feito anteriormente, nós teremos um desperdício inaceitável do dinheiro público.

E o que fez o Prefeito Luiz Henrique com a sua capacidade de empreendedor? Recolheu os escombros de uma obra que estava paralisada e na qual já havia sido injetado dinheiro público e, sem mobilizou sequer um centavo da municipalidade local, foi buscar apoio nas leis de incentivo à cultura. E na sexta-feira o que vimos foi uma obra tão grandiosa que até o Presidente da República veio a Joinville para a sua inauguração.

Portanto, estão de parabéns, repito, Deputado Eni Voltolini, todos aqueles que contribuíram para que esta obra se tornasse uma realidade, sobretudo para que outros Municípios também possam estar atentos a essas perspectivas firmes, no entendimento de que no próximo milênio a grande indústria vai ser a indústria do setor terciário, a prestação de serviços, o turismo. E aí, evidentemente, Joinville já deu mais um passo à frente, fez mais um ato de vanguarda no sentido de colocar-se adiante de tantos outros Municípios do nosso Estado e do nosso País.

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Deputado João Henrique Blasi, não estive na abertura oficial desse centro de eventos, até porque estava acompanhando o Movimento dos Sem-Terra (e foram distribuídos alguns litros de leite da produção de Abelardo Luz) inclusive para reverter uma posição fascista de setores da imprensa de Joinville, que diziam que ia jorrar sangue na cidade naquela sexta-feira.

Efetivamente correu muito sangue: houve mais de 190 doações de sangue por parte de companheiros do MST. Aconteceu por uma manifestação basicamente dos professores universitários, que pelo jeito agora receberam novo apelido, porque o "sociólogo" anda bem de vocabulário: é caipira, é vagabundo; era cacarejar e agora parece que é mugido. Parece que para ele o povo é gado, é boi! E acha que está correta a forma como ele administra!

Deputado João Henrique Blasi, esta discussão do centro de eventos é antiga na cidade, e V.Exa. conhece alguns dados. Até lembro que, quando fui Vereador, juntamente com o agora Deputado Estadual Sergio Silva, nós inauguramos a primeira CPI da cidade de Joinville, justamente em função de apurar dados gravíssimos acontecidos naquele local, que antes era um teatro municipal.

Na época, presidia a CPI o Deputado Sergio Silva, eu fui o Relator. Inclusive, e coincidentemente, neste final de semana eu estava verificando o relatório das irregularidades. Há quatro anos, em abril de 1994, nós entregamos no Centro de Promotoria da Coletividade as irregularidades, que confirmavam cerca de R\$2.000.000,00 de desvio de dinheiro público. Infelizmente, até agora nenhuma medida foi tomada.

Sempre lutamos para que efetivamente aquele espaço fosse concluído. Na época, já dizíamos que o projeto original era extremamente elitista, que o teatro teria no máximo sete ou oito grandes ocupações durante o ano (porque era simplesmente um teatro), e falávamos que era importante aproveitar aquele local para um espaço de multiuso, como é hoje, do ponto de vista da utilização correta do essencial.

Nos Estados Unidos vê-se muito disso, e na Europa já tem muitos espaços como o Centreventos. Então, nós lutamos o

tempo todo para que aquele espaço surgisse. Espero que efetivamente se transforme num espaço público, porque observei na noite da estréia, e principalmente no sábado, quando do show da Rita Lee e dos Titãs, com certa tristeza, a privatização daquele espaço, inclusive com uma empresa efetuando a venda e ficando com todo o lucro dos shows.

Caro Colega, não sabemos quanto custou aquela obra, fala-se de seis a treze milhões, e tentou-se até a semana passada dizer que foi só dinheiro privado. Vamos utilizar o espaço, até porque, pelas informações que temos, 100% do local foi construído com dinheiro público, e não com dinheiro privado, como tentaram passar na cidade até a semana passada.

Estamos felizes, como catarinense, como joinvilense, por ver a retomada de uma obra que estava parada já há mais de cinco anos por irregularidades gravíssimas, por desvio de dinheiro público. E vamos acompanhar, sim, a utilização correta daquele espaço, que pode abrigar desde uma convenção até a competição de diversos esportes.

Desde 1988 falávamos que Joinville não poderia suportar mais o modelo taylorista de emprego. Parece-me que na época as elites da cidade preferiram não ouvir, tanto é verdade que só foi possível construir shoppings na cidade a partir do dia 23 de dezembro de 1993, porque a Lei Orgânica do Município assim proibia.

De uma vez por todas conseguimos separar a elite retrógrada que havia através de novos empreendimentos, de pessoas que têm outra visão e que estão transformando Joinville numa grande cidade em todos os setores.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço o seu aparte, caro Colega.

Que bom, Deputado Carlito Merss, que num determinado momento em que houve uma dúvida, não foi na gestão do Prefeito Luiz Henrique - de que houve má aplicação dos recursos, o que gerou uma CPI.

O Sr. Deputado Carlito Merss - Foi no Governo de Luiz Gomes, do PTB.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agora o que se verifica é que, acima de tudo, a obra está concluída e está à disposição da população de Joinville e de Santa Catarina.

Como V.Exa. observou bem, o modelo taylorista ou a linha de produção concebida por Ford passou a ser algo que vai continuar, como sempre, na história de Joinville, mas paralelo a isso começa a fortalecer-se o setor terciário de turismo, de prestação de serviços, que será o grande gerador de emprego e renda no milênio que se avizinha.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Nobre Deputado, V.Exa. está enaltecendo aquela ação de Joinville, e queremos enaltecer uma outra região.

Na quinta-feira, participamos do III Fórum Brasileiro Pró-Construção da Usina da Barra Grande, no Município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, sendo que esta usina será construída no Município de Anita Garibaldi, Santa Catarina, através de um trabalho que vem sendo coordenado pela Delegacia do Ministério de Minas e Energia de Santa Catarina, na pessoa do delegado Paulo Boabaid.

Esse evento contou, principalmente, com participação de vários Deputados Federais

e Estaduais do Rio Grande do Sul. E nós, catarinenses, temos certeza absoluta de que no primeiro semestre de 1999 vai ser iniciada aquela obra, que reputamos como redentora da região serrana e do Meio-Oeste, que ficou muito carente de investimentos, quer da atividade pública, quer da atividade privada.

E, Deputado João Henrique Blasi, sentimos a sua ausência, já que também ajuda a representar o Município de Campos Novos e região, tendo participado do I Fórum Pró-Construção da Usina de Campos Novos. No dia 4 de agosto serão colocados os editais de licitação para a construção daquela importante obra, com um investimento inicial em torno de 550 milhões (em Campos Novos) e um bilhão na usina da Barra Grande, em Anita Garibaldi.

A nossa região começou a despertar um interesse muito grande naquela reunião. Inclusive, expliquei que V.Exa. tinha a convenção do seu Partido, por isso não estava presente, mas lá estavam presentes os Deputados Romildo Titon, Gervásio Maciel, Noberto Stroisch, para que nossa região seja contemplada com investimentos importantes.

Queria fazer este registro, já que V.Exa. demonstra satisfação e alegria porque o Norte do Estado foi contemplado com obras importantes, para dizer que nós também, na nossa região, estamos felizes, porque, se Deus quiser, essas duas obras vão se realizar por uma questão de justiça, Deputado João Henrique Blasi, pois a nossa região já contribuiu muito para o crescimento de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Fica, então, consignado o registro do Deputado Onofre Santo Agostini a respeito desse outro empreendimento numa outra região do Estado, também muito importante para alavancar o crescimento de Santa Catarina.

Concluo, senhor Presidente, deixando os meus cumprimentos a esta iniciativa de Joinville, a esta iniciativa do Prefeito Luiz Henrique da Silveira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Volnei Morastoni, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, estou dando entrada no dia de hoje nesta Casa a um novo projeto de lei que autoriza a Secretaria da Saúde a distribuir seringas e agulhas descartáveis, mediante trocas, para usuários de drogas injetáveis com o objetivo de reduzir a transmissão do vírus da Aids, e que este processo seja através de um programa de redução de danos.

Na verdade, já tenho nesta Casa, desde novembro do ano passado, um projeto de lei, o de nº 381/97, que versa sobre esta matéria de uma forma mais ampla: propõe uma política estadual em termos de prevenção ao uso de drogas e da Aids, de tratamento aos dependentes químicos e de combate ao tráfico de drogas.

É um projeto amplo, entra em vários detalhamentos, como incluir no currículo escolar, em todos os níveis da rede pública privada, um conteúdo relacionado à prevenção do uso de drogas psicoativas e à transmissão de Aids. Entra,

ainda, na questão de se criar delegacias especializadas em relação ao combate ao tráfico de drogas em Santa Catarina, onde não temos nenhuma; entra na questão do apoio aos centros de tratamento, criando um fundo com a finalidade, digamos, de amparo à prevenção, ao tratamento e ao combate ao uso e tráfico de drogas.

Então, é um projeto de lei amplo, complexo e polêmico. E por ocasião da realização, no início deste mês de junho, do I Encontro Catarinense de Redutores de Danos, que reuniu, além de experiências de Municípios catarinenses, experiências de vários Estados da Federação sobre programas de redução de danos, assumi um compromisso de apresentar de forma separada um projeto de lei que tratasse especificamente da redução de danos, é e exatamente o que estou fazendo através deste projeto.

Embora, como disse, o projeto anterior, no seu art. 4º, autoriza a Secretaria de Estado da Saúde a distribuir, mediante troca, seringas e agulhas descartáveis aos usuários de drogas injetáveis visando reduzir a transmissão do vírus da Aids, através de um programa estadual de redução de danos, este projeto continua tramitando normalmente para uma discussão mais ampla sobre o binômio droga-Aids.

Apresento este novo projeto para que possamos tratar de uma forma mais específica da redução de danos e justifico, porque a situação é muito grave em Santa Catarina, eis que entre as dez cidades brasileiras com índice maior de Aids, três são catarinenses. Itajaí e Balneário Camboriú ocupam o primeiro e segundo lugar em nível de Brasil, enquanto Florianópolis fica em sétimo lugar em número de casos de Aids referenciados por cem mil habitantes.

Está ocorrendo em Santa Catarina um maior aumento dos casos de Aids em relação ao Sul do Brasil. Observa-se uma infantilização - aumento no meio de crianças -, uma juvenilização - aumento acentuado entre jovens na faixa de 15 a 24 anos - e também um aumento entre mulheres. Drogas e Aids têm andado de mãos dadas em nosso Estado e ambas estão correlacionadas com um outro fenômeno que detectamos: a chamada pauperização. As camadas mais pobres da população estão sendo contaminadas cada vez mais pelo vírus da Aids, e também tem aumentando o consumo de drogas nessa parcela da população.

Em Santa Catarina, estima-se hoje que 40% dos casos de Aids sejam devido ao uso de drogas injetáveis. Em Itajaí, chega a 71%; em Florianópolis, a 43%. Portanto, é um problema concreto, verdadeiro, perante o qual não podemos continuar nos escondendo, nem varrendo o problema para debaixo do tapete.

E a única forma de enfrentarmos esta situação é encarmos de frente, através do que se chama Programa de Redução de Danos, que tem alguns princípios, entre os quais aproximar-se dos usuários de drogas e conquistá-los para que possam a vir abandonar o uso ou convencê-los a não usarem drogas; mas se usarem, que não usem as injetáveis, e se usarem drogas injetáveis, que façam o uso limpo.

Vejam o que diz o projeto de lei que nós apresentamos:

(Passa a ler)

"Fica a Secretária do Estado da Saúde autorizada a adquirir, distribuir seringas e agulhas descartáveis aos usuários de drogas intravenosas com o objetivo de prevenir, controlar, reduzir a transmissão do vírus da

Aids em Santa Catarina, mediante atividades de redução de danos.

§ 1º - As atividades de redução de danos previstas no caput deste artigo, incluindo a troca de agulhas e seringas descartáveis dirigidas aos usuários de drogas injetáveis, deverão contemplar as seguintes ações:

I - orientar e aconselhar sobre riscos à saúde decorrente de usos de drogas;

II - orientar e aconselhar procedimentos destinados a minimizar os riscos inerentes ao uso de drogas, incluindo os métodos de desinfecção de agulhas e seringas;

III - orientar sobre a prevenção da transmissão sexual da infecção pelo vírus da Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis;

IV - distribuir preservativos;

V - oferecer encaminhamento dos usuários de drogas injetáveis aos serviços de tratamento de dependência química e atenção integral à saúde, bem como a outros serviços públicos que estimulem o exercício da cidadania."

Hoje, quando dependentes químicos resolvem partir para um tratamento, infelizmente não temos serviços públicos à disposição. O Estado, portanto, tem que se responsabilizar neste sentido.

Também está colocado no projeto que "é facultado à Secretária da Saúde celebrar convênios com Municípios, universidades e organizações não-governamentais, visando ao acompanhamento, à execução e avaliação dessa lei". E mais: que "o Poder Executivo deverá desenvolver campanhas públicas massivas de prevenção ao uso de drogas e Aids no Estado."

Inclusive, quero dizer que em Santa Catarina há uma manifestação do Ministério Público do Estado favorável a esses procedimentos, porque isto não significa nenhuma forma de estímulo ao tráfico de drogas, muito pelo contrário, representa um dever do Estado pela vida e pela saúde pública, que tem que ser garantida de forma igualitária para todos os cidadãos.

Assim, do ponto de vista da defesa da vida e do ponto de vista da saúde, justifica-se o programa de redução de danos, como essa distribuição, mediante troca, de seringas descartáveis. Porque aqui não se está discutindo a legalidade ou a ilegalidade, quem é a favor ou contra o uso de drogas. Eu, pessoalmente, sou radicalmente contra o uso de drogas, sou pelo combate sem trégua, vinte e quatro horas por dia, ao tráfico de drogas. Mas, neste caso, o que nós estamos discutindo é uma realidade que existe, com centenas, milhares de jovens...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Deputado Volnei Morastoni, V.Exa. conta com mais cinco minutos do rateio de tempo.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Agradeço, senhor Presidente, pois assim eu posso falar um pouco mais devagar e de uma forma um pouco mais tranquila, uma vez que estava aqui agilizando a minha manifestação pela exigüidade do tempo.

Então, aqui junto a este projeto anexei vários documentos. Um dos documentos, o Documento nº 1, é uma matéria produzida a partir de uma entrevista com o Dr. Antônio Miranda, diretor do Hospital Nereu Ramos, de Florianópolis, que analisa a situação da Aids no Estado. Ele coloca uma situação muito preocupante, inclusive que, no ritmo em que estamos caminhando, nos próximos anos teremos dezenas de milhares de pessoas, de cidadãos catarinenses infectados pelo vírus da Aids e desenvolvendo a doença.

Temos um outro documento, produzido justamente por ocasião do I Fórum e I Encontro Catarinense de Redutores de Danos, convocado pela Secretaria Estadual da Saúde e por várias Secretarias Municipais, em cuja justificativa colocaram a seguinte menção:

(Passa a ler)

"O Estado de Santa Catarina, de acordo com os últimos registros do boletim epidemiológico, apresenta índices dos mais elevados de notificação pelo vírus HIV, sendo que grande parte destes acontecem entre usuários de drogas injetáveis, atingindo também os seus/suas parceiros/parceiras sexuais."

Então, na verdade não são apenas os usuários de drogas que se contaminam, mas indiretamente, por relações sexuais ou por outras formas, acabam disseminando essa infecção, que se multiplica no seio da sociedade.

Apresentamos aqui um boletim epidemiológico do Estado registrando que a maior forma de exposição à Aids no Estado é através das drogas injetáveis.

Relacionamos aqui, também, vários documentos do Ministério da Saúde, do Programa Nacional de DST-Aids, sobre diretrizes para os projetos de redução de danos, sobre prevenção e outras orientações sobre drogas de DST-Aids, sobre protocolos e redução de danos em relação à questão das drogas e da Aids e propostas de projetos específicos para a redução de danos entre usuários de drogas injetáveis.

Da mesma forma, acrescentei aqui uma lei, que hoje já foi aprovada em São Paulo, por enquanto o único Estado da Federação. Eu me referenciei nesse projeto de lei de São Paulo e fiz as adaptações necessárias justamente para apresentar esse projeto de lei aqui. É a Lei nº 9.758, de 17 de setembro de 97, que coloca São Paulo como o único Estado da Federação hoje que tem uma lei autorizando a Secretaria Estadual a fazer programas de redução de danos. E tem a de 13 de março de 98. Quer dizer, mesmo aprovada a lei em setembro, seis meses depois o Governador Mário Covas baixou decreto regulamentando, e hoje está em pleno funcionamento em São Paulo, com todo o detalhamento.

Hoje, Santa Catarina pode ser o segundo Estado. E eu sei que estamos caminhando contra o relógio porque, inclusive, estamos às vésperas do recesso Parlamentar e com um calendário especial em relação às eleições deste ano.

Peço uma atenção muito especial aos Parlamentares desta Casa, à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, para que possam analisar com brevidade, com urgência este projeto, para que possamos dotar o nosso Estado, de uma forma legal, de uma forma reconhecida, da autorização para esse tipo de programa. Que não seja feito às escondidas, que não seja feito com temor, com receio, porque poderão, a princípio, estar praticando algum ato ilegal.

Felizmente já tenho uma posição do Ministério Público reconhecendo no seu despacho uma posição favorável a esse tipo de programa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Olives Santini - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Olives Santini.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do Prefeito Municipal de Cunha Porã, bem como do Presidente do nosso Partido, o PPB, o nosso companheiro Claudir Boering.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Pelo rateio, cabe agora ao PPB cinco minutos.

Com a palavra o senhor Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhor Presidente e senhores Deputados, Santa Catarina teve, neste final de semana, a oportunidade de receber, nos Municípios de Joinville, Jaraguá do Sul, em visita às obras do túnel no Morro do Boi, em Balneário Camboriú, o Presidente da República.

O Presidente vem, com toda determinação, pedindo o aceleração da finalização da duplicação da BR-101. Esta obra é para Santa Catarina um marco histórico. Esta obra podemos considerar, hoje, a prioridade das prioridades não só para Santa Catarina mas para os três Estados do Sul.

Esta obra, que tem um custo vultoso, é uma obra difícil, porque está sendo feita em cima da rodovia atual, dificultando o trabalho, criando problemas para o tráfego, mas as empreiteiras, com todas as dificuldades, com muito cuidado e dedicação, vêm tratando de minimizar os problemas.

O que nos alegra ainda mais não é somente ver a obra andando a todo vapor. Ao contrário do túnel da Ilha, Expresso Sul, que é uma obra do Governo Estadual, o túnel do Morro do Boi está com suas obras além do cronograma físico-financeiro, o que é muito importante.

O mais importante, Deputado Lício Silveira, é que o Presidente veio assinar o compromisso da realização da complementação da obra que vai de Palhoça, advinda do Paraná, até a divisa do Rio Grande do Sul, no encontro com a Freeway.

Tenho certeza, senhores Deputados, que esta obra será a obra do século, inclusive irá ultrapassá-lo, porque o trecho de Palhoça ao Rio Grande do Sul deverá adentrar no século futuro. Esta obra trará a Santa Catarina e ao Brasil o desenvolvimento, porque trata hoje da rodovia do Mercosul, onde o Uruguai e a Argentina se beneficiarão, trazendo e levando as riquezas deste grande acordo.

O Presidente da República foi muito feliz ao elogiar o povo catarinense. Disse que aqui vale a pena investir, porque o Sul do País está dando uma demonstração de tenacidade, de luta e de força de vontade.

O Presidente fez comentários sobre o parque empresarial de Santa Catarina, sobre a diversificação dos produtos aqui fabricados, sobre a diversificação na agricultura na pequena propriedade, na propriedade familiar. Anunciou também um reforço nos recursos para a agricultura da família, do pequeno produtor.

Demonstrou também uma grande preocupação com a micro e pequena empresa no incremento para o desenvolvimento e, acima de tudo, a disponibilidade futura de oferecer mão-de-obra ao brasileiro.

Hoje conversei com dirigentes da Caixa Econômica Federal a respeito do incentivo e da deliberação do Presidente da República para que a Caixa agilize o processo de financiamento na área da construção civil, que é o ramo que deverá absorver um grande número de trabalhadores, depois da agricultura, é claro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Dentro do rateio, o próximo horário pertence ao PMDB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados do PMDB.

(Pausa)

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Desejamos, senhor Presidente, registrar a presença nesta Casa de Vereadores do nosso Partido, o PMDB, do Município de Tunápolis, que vêm em busca de ações e realizações para as suas comunidades.

Gostaria de aproveitar o ensejo, senhor Presidente, para desejar-lhes boas-vindas e uma boa estada neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Fica, portanto, registrada a presença dos senhores Vereadores de Tunápolis neste Parlamento.

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência do senhor Deputado Ivo Konell.

Senhores Deputados, consta da Ordem do Dia uma mensagem de veto e outros projetos, mas há uma solicitação de inversão de pauta das matérias que não exigem quórum qualificado.

A Presidência consulta aos senhores Líderes se podemos fazer a inversão da pauta. (As Lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 37/98, de procedência governamental, que concede pensão especial a Jussiria Januária, residente em Jaguaruna.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 040/98, de procedência governamental, que concede pensão especial a Verônica Karvat, residente em Papanduva.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 076/98, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Chapecó.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 077/98, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Treze de Maio.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 083/98, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Campo Belo do Sul.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 084/98, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Itapiranga.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 089/98, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Rio do Sul.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 093/98, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Água Doce.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 103/98, de procedência governamental, que concede pensão especial a Aldo Luiz Felisberto.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 107/98, de procedência governamental, que altera o art. 1º da Lei nº 10.426, de 28 de maio de 1997, que autoriza a doação de imóveis no Município de Abelardo Luz.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 112/98, de procedência governamental, que cria o Conselho Estadual de Proteção Contra Incêndio - Ceproi.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 147/98, de procedência governamental, que concede pensão especial a Giovana Isonir Maria da Silva.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 153/98, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de São Bonifácio.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Passaremos agora à discussão e votação da Mensagem nº 3612/98 e, posteriormente, ao Projeto de Lei Complementar nº 007/98.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, gostaria de solicitar a inclusão na pauta da Ordem do Dia de hoje do Projeto de Lei nº 133/98, que trata da transposição de cargo para o Ministério Público.

Esta solicitação, senhor Presidente, prende-se ao fato da aproximação da vigência da lei eleitoral. Se este projeto for aprovado e não for para o Governo antes do dia 3, evidentemente haverá impossibilidade dessa transposição.

Assim sendo, já que é uma matéria que não é polêmica, solicito mais uma vez a V.Exa. que coloque na pauta da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - A assessoria já está providenciando a localização do projeto. Tão logo ele chegue às mãos da Presidência, consultaremos os Líderes para a inclusão na pauta da Ordem do Dia de hoje.

O Sr. Deputado Carlito Merss - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente, eu gostaria de pedir, como Autor do Projeto de Lei nº 363/96, que cria o Conselho Estadual de Direitos Humanos, para ser incluída amanhã a discussão e votação da mensagem de veto total ao projeto, até porque necessita de quórum qualificado. Inclusive, há a vontade de Lideranças de outros Partidos, como do Deputado João Henrique Blasi, que acompanha esta discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - A Mensagem nº 3612/98 fica retirada da pauta da Ordem do Dia de hoje e será incluída na pauta da Ordem do Dia de amanhã.

Discussão e votação em 1º turno do Projeto de Lei nº 007/98, de procedência do Ministério Público, que ajusta os cargos de carreira do Ministério Público Estadual à Divisão de Organização Judiciária do Estado.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum, uma vez que se trata de matéria que exige quórum qualificado.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 23 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

Em votação.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos Senhores Deputados para a votação nominal.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) -

DEPUTADO ADELOR VIEIRA	ausente
DEPUTADO AFONSO SPANIOL	sim
DEPUTADO CARLITO MERSS	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	ausente
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO ENI VOLTOLINI	sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim
DEPUTADO GELSON SORGATO	sim
DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL	ausente
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	ausente
DEPUTADO GILSON DOS SANTOS	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADA IDELI SALVATTI	sim
DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO	sim
DEPUTADO IVAN RANZOLIN	ausente
DEPUTADO IVO KONELL	ausente
DEPUTADO JAIME MANTELLI	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	ausente
DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA	ausente
DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI	sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	sim
DEPUTADO LUIZ HERBST	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MIGUEL XIMENES	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	ausente
DEPUTADO NEODI SARETTA	Presidente
DEPUTADO NORBERTO STROISCH	sim
DEPUTADO ODACIR ZONTA	sim
DEPUTADO OLICES SANTINI	ausente
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	ausente
DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT	ausente
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERGIO SILVA	ausente
DEPUTADO UDO WAGNER	ausente
DEPUTADO VANDERLEI ROSSO	ausente
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	ausente
DEPUTADO WILSON WAN-DALL	sim

Temos 23 votos "sim".

Está aprovado em primeiro turno o Projeto de Lei Complementar nº 007/98.

Senhores Líderes, há uma solicitação de inclusão na pauta de votações do Projeto de Lei nº 133.6/98, de origem governamental, que transpõe cargo do quadro de pessoal da Fundação Catarinense de Cultura para o quadro de pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça.

O Relator manifestava-se contrário ao projeto.

O Relatório, de autoria do Deputado Pedro Uczai, foi rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça. Em vista disso, foi designado o Deputado Olices Santini como Relator. O Deputado Olices Santini pugnou pela sua aprovação e a Comissão de Constituição e Justiça aprovou por maioria. Foi à Comissão de Finanças e distribuído ao Relator, Deputado Eni Voltolini, que relatou não haver nada que obstaculizasse a aprovação do projeto na Comissão. A Comissão aprovou por maioria.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público foi distribuído ao Relator, Deputado Pedro Bittencourt, cujo relatório é pela aprovação do projeto.

Portanto, encontra-se com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Sindicato dos Representantes Comerciais de Blumenau, cumprimentando-o pela posse no importante sindicato.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Delegado do Ministério das Minas e Energia, cumprimentando-o pelos relevantes esforços envidados em favor da gente catarinense, bem como pela postura competente com que conduziu os trabalhos do III Fórum Pró-Usina Hidrelétrica Barra Grande/Esmeralda, Rio Grande do Sul, e I Fórum Pró-Usina Hidrelétrica Campos Novos.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura e ao Presidente da Cidasc, considerando o teor da reivindicação subscrita pelo Prefeito Municipal e Secretário da Agricultura do Município de Iraceminha, pedindo providências no sentido de destinar um veículo para o uso do médico veterinário e da Secretaria da Agricultura daquele Município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário da Agricultura, considerando o teor da reivindicação subscrita pelo Prefeito Municipal e Secretário da Agricultura do Município de Iraceminha, pedindo providências no sentido de promover a liberação do financiamento de uma retroescavadeira, através do FDR.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

O senhor Deputado Afonso Spaniol pede para subscrever os dois requerimentos.

(O Autor dos requerimentos aquiesce.)

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, a senhora Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente, eu gostaria somente de pedir um esclarecimento, porque ao final da sessão nós teremos reunião conjunta das Comissões.

Então, eu quero saber se isso está devidamente convocado. E esta reunião conjunta, conforme acordo de Líderes, será para debater o Projeto do ICMS, o Projeto da Gestão Democrática e do Sistema Estadual de Ensino.

Então, isso implica na reunião conjunta das Comissões de Justiça, Finanças, Serviços Públicos e Educação.

Então, eu quero saber se está mantido este calendário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Estas comissões já haviam sido convocadas anteriormente. Na última reunião da Comissão de Constituição e Justiça a Presidência, em contato com as Comissões, manteve o calendário, mas consulto os Presidentes ou representantes das Comissões.

(Os senhores Líderes ou representantes das Comissões confirmam.)

Fica confirmada, portanto, a reunião conjunta.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Para as 17h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Para as 17h.

Lembro também aos senhores Líderes que na quarta-feira deveremos ter votação de diversas matérias, conforme acordo anteriormente feito.

Embora tenhamos sessão na quinta-feira, lembro que teremos também a audiência do Orçamento Regionalizado.

Portanto, a intenção é de que possamos fazer todas as votações na quarta-feira, se possível.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhor Presidente, somente para comunicar aos Membros da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo que vamos antecipar a reunião da Comissão de Transporte para amanhã, às 9h30m, tendo em vista as convenções.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Senhor Presidente, eu estou ficando confuso. Estava falando com o Deputado Gilson dos Santos que há poucos instantes foi entregue nos gabinetes um convite pelo Presidente da Comissão de Justiça, convocando uma reunião para as 18h, exclusivamente sobre a questão do projeto do ICMS. Agora, parece-me que está sendo anunciada uma outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Para as 17h. Na última reunião da Comissão de Constituição e Justiça ficou acertado que seria debatido o Sistema Estadual de Ensino.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Há duas convocações, então. Uma às 17h e outra às 18h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Exatamente!

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente, gostaria de convocar os Membros da Comissão de Saúde e Meio Ambiente para uma reunião, juntamente com os representantes da Federação Catarinense dos Hospitais, das clínicas, das entidades médicas, das entidades sindicais dos servidores, às 16h30min, para debatermos sobre a situação atual do Ipescc.

Infelizmente temos mais um incêndio para apagar aqui. Ao invés de irmos direto ao

assunto, que seria um projeto futuro para o Ipesc, a reunião, no início, será diferente, em função da paralisação dos serviços do Ipesc, uma vez que o Governo do Estado não tem cumprido os acordos propostos.

Da última vez foi o senhor Governador que assumiu, por escrito, através de uma carta, um compromisso de regularização das parcelas em atraso, mas não cumpriu nem na primeira parcela, e mais uma vez o Ipesc está nesta situação: os prestadores de serviços estão suspendendo o atendimento.

Mas independente dessa situação, de mais um incêndio para apagar neste momento, também vamos, na segunda etapa dessa reunião, debater sobre um projeto futuro para o Ipesc.

Amanhã farei um pronunciamento especialmente sobre este assunto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, anunciamos a pauta da Ordem do Dia da sessão de amanhã:

Além do veto que deixamos de votar hoje, temos os Requerimentos nºs 377 a 384 e 386 a 388.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DA PROCURADORIA

PROCURADORIA

Michel Curi, Procurador-Geral

Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária

ATA DA 1271ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e oito (1998), às quatorze (14) horas, sob a Presidência do Procurador Chefe, Dr. Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da 1271ª sessão ordinária, com a presença dos Procuradores, Drs. Paulo Rocha Faria, Harry Egon Krieger, Sérgio Carriço de Oliveira, Anselmo Inácio Klein e Mª Margarida B. Ramos. Havendo número legal, o Senhor Presidente colocou em votação a ata da sessão anterior, distribuída antecipadamente aos Senhores Procuradores, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida iniciaram-se os trabalhos da sessão, com a apreciação dos processos do módulo do Procurador Paulo Rocha Faria: 290/98 de Eder de Quadra Salgado, 766/98 de Lauri Tomazoni, 780/98 de João Ari dos Santos Dutra, 783/98 de Sandra Regina Guimarães e 792/98 de Célia Maria Silva; após discussão, o proc. 766/98 saiu de pauta com pedido de vista do Procurador Anselmo Inácio Klein e os demais, em votação, foram aprovados por unanimidade, pelo deferimento. O mesmo Procurador deu a conhecer o Voto emitido ao proc. 647/98 de Nilza Vargas Fernandes, parecer já apreciado e votado na sessão anterior. Coube ao Procurador Harry Krieger, relator os processos 2778/97 de Paulo Cavalheiro Mendes, 709/98 de João Carlos dos Santos, 770/98 de Adriano Ribeiro Cargnin, 807/98 de Vilson José Floriano, cujos pareceres foram deferidos à unanimidade do Colegiado, e, deu conhecimento das informações prestadas ao Mandado de Segurança 98.006830-4, em que é impetrante Maria Aparecida Orsi. O Procurador Sérgio Carriço de Oliveira, emitiu pareceres aos processos 2907/97 de Juçara Helena Rebelato e 5909/98 de Célio Antônio, sendo os mesmos aprovados por unanimidade, pelo indeferimento e deferimento, respectivamente; continuando, deu conhecimento das Consultas do Chefe de Gabinete da Presidência, referente a "Previdência Social de Parlamentares" e "Representação 002.3/96, denúncia por crime de responsabilidade", que também tiveram os pareceres aprovados, e, comunicou que no prazo legal, prestou informações ao Mandado de Segurança 98.006963-7, em que é impetrante Hildo Tramontin e outros. Deferidos por unanimidade, foram os pareceres emitidos pelo Procurador Anselmo Inácio Klein aos processos 789/98 de José Eduardo Danielewicz e 2299/97 de Cleonir Fátima Manfrin. A Procuradora Maria Margarida B. Ramos, relatou os processos 163/98 de Cenesio Vidal Cândido, 681/98 de Evandro Gonçalves Pereira, 790/98 de Almir Vieira Stadler e 803/98 de Jandira Leonilda Menezes, cujos pareceres foram aprovados, o primeiro por maioria pelo indeferimento com voto contra do Procurador Paulo Rocha Faria e os demais pelo deferimento por unanimidade; deu conhecimento ainda das informações prestadas ao Mandado de Segurança 98.006699-9, em que é impetrante Iolanda da Costa Daux e outros. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão convocando outra ordinária para o próximo dia 1º de julho à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, em 24 de junho de 1998.

*** X X X ***

PROCURADORIA

Michel Curi, Procurador-Geral

Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária

ATA DA 1272ª SESSÃO ORDINÁRIA

Em primeiro de julho de mil novecentos e noventa e oito (1998), às quatorze (14) horas, sob a Presidência do Procurador Chefe, Dr. Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da 1272ª sessão ordinária, com a presença dos Procuradores, Drs. Paulo Rocha Faria, Harry Egon Krieger, Sérgio Carriço de Oliveira, Anselmo Inácio Klein e Maria Margarida Bittencourt Ramos. Havendo número legal, o Senhor Presidente colocou em votação a ata da sessão anterior, distribuída antecipadamente aos Senhores Procuradores, a qual foi aprovada por unanimidade. Iniciando os trabalhos da sessão propriamente dita, o Procurador Anselmo Inácio Klein, deu conhecimento do Voto emitido ao proc. 766/98 de Lauri Tomazoni, que tem como relator originário o Procurador Paulo Rocha Faria; após discussão, o mesmo saiu de pauta com pedido de vista do Procurador Harry Egon Krieger. Foi retirado de pauta pelo Relator Procurador Paulo Rocha Faria, o proc. 1982/97 e relatados os processos 811/98 de Aída Cunha de Oliveira e 874/98 de Adelia Ferrari Cardoso, cujos pareceres foram deferidos por unanimidade; continuando, deu conhecimento do voto dado ao proc. 163/98 de Cenesio Vidal Cândido, matéria já apreciada na sessão anterior. Coube ao Procurador Harry Egon Krieger, relator os processos 760/98 e 817/98 de Vâneo Niehues e Sinara Lúcia V. Dal Grande, respectivamente, que foram aprovados por unanimidade pelo deferimento e o proc. S/N - Deliberação "ASBERI" de 20/5/98, Mesa da Assembléia Legislativa, referente ao MEMO 419/98-CGP que teve o parecer aprovado também por unanimidade. O Procurador Sérgio Carriço de Oliveira, relatou o proc. 702/98 de Roberson Dornbusch cujo parecer foi deferido e comunicou que no prazo legal, entregou as informações prestadas às Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 1835 e 1846, ambas em que o Requerente é o Governador do Estado. Da pauta do Procurador Anselmo Inácio Klein, apreciados os processos 393/98 de Sérgio Luiz Girolla, que após discussão, foi entregue ao Procurador Harry Krieger para emitir voto, já que tem posição contrária ao Relator e proc. 818/98 de Elizabete Olinda Guerra que foi deferido à unanimidade; o mesmo Relator deu conhecimento das informações prestadas ao Mandado de Segurança 98.006698-0em que é impetrante Hugo Gregghi e outros. A Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos, relatou os processos 717/98 de Eduardo Rocha e 813/98 de Sílvia Ribas de Miranda Ramos, sendo os pareceres aprovados pelo deferimento; deu conhecimento ainda das informações prestadas à Ação Ordinária nº 2398013417-2, em que é requerente Armando Jose Muller e requerida Assembléia Legislativa e, ao cumprimento de decisão ao Mandado de Segurança 97006302-4. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão convocando outra ordinária para o próximo dia oito (8) à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, em 1º de julho de 1998.

*** X X X ***

PROCURADORIA

Michel Curi, Procurador-Geral

Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária

ATA DA 1273ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos oito (8) dias do mês de julho de mil novecentos e noventa e oito (1998), às quatorze (14) horas, sob a Presidência do Procurador Chefe, Dr. Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da 1273ª sessão ordinária, com a presença dos Procuradores, Drs. Paulo Rocha Faria, Harry Egon Krieger, Sérgio Carriço de Oliveira, Anselmo Inácio Klein e Maria Margarida B. Ramos. Havendo número legal, o Senhor Presidente colocou em votação a ata da sessão anterior, distribuída antecipadamente aos Senhores Procuradores, a qual foi aprovada por unanimidade. Iniciando os trabalhos da pauta, o Procurador Harry Krieger, solicitou a retirada do proc. 766/98 de Lauri Tomazoni, em seu poder com pedido de vista. Coube ao Procurador Paulo Rocha Faria, relatar os processos, que opinando pelo deferimento, foram aprovados por unanimidade, a saber: 812/98 de Silvia Ribas Miranda Ramos, 826/98 de Maria Lúcia F. Gonçalves, 888/98 de Ademir Gasstmann e 897/98 de Wilfredo Medeiros da Silva. O Procurador Harry Krieger, deu conhecimento do Voto dado ao proc. 393/98 de Sérgio Luiz Girola, que após discussão e votação foi aprovado por maioria, com a consequente rejeição do parecer do Relator, Procurador Anselmo Inácio Klein, e, às informações prestadas ao Mandado de Segurança 98.006962-9, em que é impetrante Murilo Fôes e outros; continuando solicitou a inclusão na ordem dos trabalhos do processo 646/98 de Vilson Antonio Vieira que depois de amplamente debatido foi retirado de pauta pelo Procurador Chefe. Do módulo do Procurador Sérgio Carriço de Oliveira, foram deferidos por unanimidade os processos 703/98 de Rosane Maria K. Dornbusch, 821/98 de Wilfredo Medeiros da Silva e 835/98 de Nali Stella Bossle. Igualmente aprovados os processos relatados pelo Procurador Anselmo I. Klein: 824/98 de Pedro Ideraldo Sampaio, 828/98 de Lóris Nassar Camisão e 831/98 de Domingos Luiz Cardoso; do mesmo Relator, rejeitado por maioria parecer emitido ao proc. 757/98 de Paulo Gustavo Salomon. Os últimos processos constantes da pauta, 833/98 de Heitor Tafner, 843/98 de Clarice Rosa Kuhl, 896/98 de Wilfredo Medeiros da Silva, relatados pela Procuradora Maria Margarida B. Ramos, tiveram os pareceres aprovados por unanimidade, pelo deferimento e comunicou que no prazo legal, entregou as informações ao Mandado de Segurança 98.007197-6, em que é impetrante Saulo Varella de Carvalho e outros. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia quinze (15), à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, em 8 de julho de 1998.

*** X X X ***

DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso VI, da Constituição do Estado, e art. 254 do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.105/98

Susta o Decreto nº 2.469, de 11 de dezembro de 1997, do Governador do Estado

Art. 1º Fica sustado o Decreto nº 2.469, de 11 de dezembro de 1997, do Governador do Estado, que "Institui o Conselho Estadual do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF".

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 17 de julho de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

*** X X X ***

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso IV, alínea "c" e art. 70 da Constituição do Estado, e art. 115, inciso IX do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.106/98

Autoriza licença ao Vice-Governador do Estado para ausentar-se do País.

Art. 1º Fica autorizada licença ao Senhor Vice-Governador do Estado para que possa ausentar-se do País, no período de 13 a 23 de julho do corrente ano para, a convite do Governador da Província de Aomori, Japão, participar da solenidade "Declaração para o Turismo e a Cultura de Aomori", bem como de outros

eventos agendados, visando estreitar ainda mais os laços de amizade e cooperação existente entre estes Estados-Irmãos.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 13 de julho de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 204/98

Estabelece linha de correlação no âmbito das extintas Fundações Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade - FUCADESC e Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor - FUCABEM, para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83, de 18 de março de 1993.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Decreta:

Art. 1º Para efeitos de aplicação do disposto na Lei Complementar nº 83, de 18 de março de 1993, no âmbito das extintas Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade - FUCADESC e Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor - FUCABEM, ficam estabelecidas as linhas de correlação constantes dos Anexos I e II, partes integrantes desta Lei.

§ 1º. O disposto no "caput" deste artigo aplica-se à Fundação Catarinense do Trabalho - FUCAT.

§ 2º. O disposto no "caput" deste artigo aplica-se à Fundação Hospitalar de Santa Catarina - FHSC, e ao Departamento Autônomo de Saúde Pública - DSP.

Art. 2º A vantagem prevista no artigo 7º da Lei nº 9.751, de 06 de dezembro de 1994, passa a ser devida aos servidores lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 3º Fica estendida a aplicação do artigo 1º da Lei nº 9.818, de 29 de dezembro de 1994, no âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SC, às funções de Coordenador de Reconstrução e Programas Especiais - DAS-1 e Assessor - DAS-2, conforme linha de correlação constante do Anexo III, parte integrante desta Lei.

Art. 4º Fica estendida a aplicação do artigo 1º da Lei nº 10.782, de 26 de junho de 1998, no âmbito do extinto Departamento Autônomo de Edificações - DAE, a função de Assessor - DAS-2, conforme linha de correlação constante do Anexo IV, parte integrante desta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações do orçamento do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 01 de julho de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente da CCJRL

Deputado Olices Santini - Membro

Deputado Romildo Titon - Membro

Deputado Jorginho Mello - Membro

ANEXO I	
Cargos e Funções Anteriores	Níveis para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83/93
Chefe de Assessoria - DAC - 4 Chefe de Gabinete - DAC - 4 Assessor de Superintendente Adjunto - DAC - 4 Gerente Administrativo/Financeiro - DAC - 4 Assessor Especial - DAC - 4 Gerente Técnico - DAC - 4 Coordenador Regional - DAC - 2 e 3 Chefe de Departamento - DAC - 3 Assessor - DAC - 2 e 3	DASU-2
Assessor - DAC - 1 Chefe de Setor - FG - 2 Chefe de Seção - FG - 3	DASU-1

ANEXO II

Cargos e Funções Anteriores	Níveis para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83/93
Coordenador Geral - DAC - 2 e 3 Assessor - DAC - 3 Chefe de Unidade - DAC - 2 Coordenador Regional - DAC - 2 Coordenador Geral - FG - 3 Coordenador de Programas - FG - 3 Coordenador de Programa - FG - 1 Coordenador do SINE/SC - FG - 1 Assessor - FG - 1 Gerente de Departamento - FG - 2 Supervisor do SINE/SC - FG - 2 Chefe de Gabinete - FG - 3 Assistente de Superintendente Adjunto - FG - 4 Chefe de Divisão - FG - 4	DASU-2
Chefe de Setor - DAC - 1 Coordenador Administrativo - DAC - 1 Assessor - DAC - 1 Coordenador Técnico - DAC - 1 Chefe do Setor de Administração da Sede - FG - 2 Chefe do Setor de Transporte e Segurança - FG - 2 Chefe do Setor de Pessoal e Serviços Gerais - FG - 2 Chefe do Setor de Oficinas - FG - 3 Chefe do Setor de Serviços Gerais - FG - 3 Administrador de Centro de Treinamento - FG - 5 Coordenador de Núcleo - FG - 5 Gerente de Loja - FG - 6 Chefe de Setor - FG - 6 Chefe de Posto do SINE/SC - FG - 6 Chefe de Serviço de Centro de Treinamento - FG - 6	DASU-1

ANEXO III	
Funções Anteriores - Níveis	Níveis para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83/93
Coordenador de Reconstruções e Programas Especiais de Transportes DAS-1 e Assessor DAS-2	DAS-3

ANEXO IV	
Funções Anteriores - Níveis	Níveis para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83/93
Assessor DAS-2	DAS-3

*** X X X ***

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3704/98

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Em estrita observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea "c" e 70 da Constituição Estadual, solicito a essa augusta Casa Legislativa a necessária licença para que o Vice-Governador possa ausentar-se do País, no período de 13 a 23 de julho do corrente ano, com destino especialmente ao Japão, onde, a convite do Governador da Província de Aomori, participará tanto da solenidade "Declaração para Turismo e a Cultura de Aomori", como de outros eventos agendados, visando tornar ainda mais estreitos os laços de amizade e cooperação existentes entre os nossos Estados-Irmãos.

Palácio Santa Catarina, 03 de julho de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/98

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3705/98

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a Vossas Excelências que sancionei o projeto de lei que "Dispõe sobre normas de administração tributária para estimular o cumprimento voluntário de obrigações fiscais e estabelece outras providências", opondo, entretanto, veto os artigos 15, 17 e 36, por serem contrários ao interesse público e apresentarem inconstitucionalidade.

O parecer da Secretaria de Estado da Fazenda, que acato integralmente e permito-me incluir como parte integrante desta mensagem, fornece os elementos justificadores do veto

Palácio Santa Catarina, em 03 de julho de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/98

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Florianópolis, 03 de julho de 1998

Do Secretário de Estado da Fazenda

MARCO AURÉLIO DE ANDRADE DUTRA

Ao Governador do Estado

Dr. PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 137/98. PROPOSIÇÃO DE VETOS.

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência as sugestões de veto a dispositivos do Projeto de Lei nº 137/98.

2. Cuida-se de substitutivo, aprovado pela Assembléia Legislativa, a Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo sobre "normas de administração tributária para estimular o cumprimento voluntário de obrigações fiscais".

3. Examinamos o texto aprovado, identificando os dispositivos alterados que contêm inconstitucionalidades ou sejam contrários ao interesse público, razão porque sugerimos vetos, conforme a Constituição do Estado, art. 54, § 1º. São os seguintes os vetos sugeridos:

a) - Art. 15 que acrescenta parágrafo único ao art. 213 da Lei nº 3.938/66.

Parágrafo único. O julgamento favorável ao sujeito passivo, desde que a decisão final seja unânime e não decorrente de vício formal, obrigará o Poder Executivo a proceder o ressarcimento das despesas incorridas no processo contencioso de 10% (dez por cento) do valor cancelado corrigido, independentemente de petição, através de crédito do ICMS.

Justificativa: o lançamento de ofício do tributo, pela autoridade administrativa, é obrigatório e vinculado. Encerra a fase oficiosa do processo administrativo tributário, assim como a decisão do Conselho Estadual de Contribuintes encerra a fase contenciosa. O dispositivo proposto é descabido na medida que impõe sanção ao exercício de dever funcional. Observe-se que a decisão do contencioso administrativo pode apenas refletir divergências de ordem interpretativa e não necessariamente uma falha da administração. Quanto a esse último aspecto, o dispositivo proposto é incoerente pois exclui da "indenização" os lançamentos decorrentes de "vício formal" que, estes sim, refletem uma falha do agente do fisco. Ademais, qualquer abuso do agente no exercício de suas funções pode configurar crime de exação, previsto no Código Penal, o que torna a medida proposta despropiciada.

b) - Art. 17 que dá nova redação ao § 1º do art. 31 da Lei nº 10.297/96.

§ 1º Poderão também ser transferidos outros saldos credores acumulados, considerando-se ainda como tais os adquiridos por empresas prestadoras de serviços de transporte rodoviário, sujeitas ao regime de substituição tributária, observado o disposto neste artigo, no art. 25 desta Lei e nas hipóteses previstas em regulamento, ainda que para pagamento de créditos tributários, próprios ou de terceiro contribuinte, constituídos de ofício, lançados ou informados em GIA.

Justificativa: o crédito fiscal do ICMS é conceituado como um direito de "compensar o que for devido em cada operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal" (C.F. art. 155, § 2º, I). O dispositivo proposto deforma o instituto, convertendo-o em verdadeiro meio de pagamento, na medida em que amplia o seu uso a situações diversas, com prejuízo para as finanças públicas estaduais.

c) - Art. 36.

Art. 36. A Procuradoria Geral do Estado solicitará ao representante do Ministério Público ou do Poder Judiciário, conforme o caso, o sobrestamento do processo-crime deflagrado contra sócio ou administradores da sociedade ou titulares de firma individual, desde que o processo tenha por causa fato relativo a tributos estaduais, quando as respectivas sociedades comerciais regularizarem seus débitos tributários junto ao Estado de Santa Catarina e, ainda, na hipótese de parcelamento previsto no artigo 24 desta Lei.

Justificativa: a regularização do débito tributário somente é causa excludente de punibilidade quando anterior ao oferecimento da denúncia. Além disso, sendo crime de ação penal pública incondicionada, não cabe ao Estado pedir o sobrestamento do processo-crime. O dispositivo proposto altera a legislação processual cuja competência legislativa é privativa da União, conforme disposto na Constituição Federal, art. 22, I.

Respeitosamente,

Marco Aurélio de Andrade Dutra
Secretário de Estado da Fazenda

Dispõe sobre normas de administração tributária para estimular o cumprimento voluntário de obrigações fiscais e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Decreta:

Capítulo I

Das Diretrizes Permanentes

Seção I

Do Incentivo à Regularidade no Recolhimento do ICMS

Art. 1º. Ficam concedidos prazos adicionais para o recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, declarado em Guia de Informação e Apuração - GIA, ao contribuinte que, a partir de 1º de janeiro de 1998, mantenha a regularidade no pagamento do imposto, dentro dos prazos estabelecidos na legislação tributária.

§ 1º Os prazos adicionais, não cumulativos, são de 03 (três), 06 (seis) e 10 (dez) dias, para o contribuinte que pagar o imposto devido durante 06 (seis), 12 (doze) e 18 (dezoito) meses consecutivos.

§ 2º O contribuinte que nos períodos referidos no parágrafo anterior houver infringido norma da legislação relativa à obrigação tributária principal do ICMS perde o direito ao prazo ampliado.

§ 3º A Fazenda Pública Estadual fornecerá, decorridos os prazos de que trata o § 1º, atestado de regularidade no recolhimento do ICMS declarado.

§ 4º O prazo ampliado não se aplica ao ICMS devido por substituição tributária ou responsabilidade tributária e ao relativo a operações com combustíveis, energia elétrica e telecomunicações.

Seção II

Do Parcelamento de Créditos Tributários

Art. 2º. Ficam alterados os §§ 1º e 2º do art. 68 da Lei nº 5.983, de 27 de novembro de 1981, que passam a vigorar com a redação abaixo, acrescentando-se os §§ 3º, 4º e 5º:

"Art. 68.....

§ 1º No caso de parcelamento de crédito tributário constituído de ofício e que for requerido no prazo referido no art. 63, a multa exigida por notificação fiscal será reduzida, proporcionalmente aos valores recolhidos:

I - em 50% (cinquenta por cento), no caso de recolhimento no mesmo prazo;

II - em 45% (quarenta e cinco por cento), no caso de recolhimento até a data de vencimento da segunda parcela;

III - em 40% (quarenta por cento), no caso de recolhimento até a data de vencimento da terceira parcela;

IV - em 35% (trinta e cinco por cento), no caso de recolhimento até a data de vencimento da quarta parcela;

V - em 30% (trinta por cento), no caso de recolhimento até a data de vencimento da quinta parcela;

VI - em 25% (vinte e cinco por cento), no caso de recolhimento até a data de vencimento da sexta parcela;

VII - em 20% (vinte por cento), no caso de recolhimento até a data de vencimento da sétima parcela;

VIII - em 15% (quinze por cento), no caso de recolhimento até a data de vencimento da oitava parcela;

IX - em 10% (dez por cento), no caso de recolhimento até a data de vencimento da nona parcela;

X - em 5% (cinco por cento), no caso de recolhimento até a data de vencimento da décima parcela em diante.

§ 2º A aplicação da redução da multa prevista para cada parcela fica condicionada à quitação das anteriores.

§ 3º Considera-se como prazo de pagamento e, em consequência, como limite para aplicação da respectiva redução de multa, a data de vencimento da parcela, nos seguintes casos:

I - regularização de parcelas vencidas;

II - antecipação de parcelas vincendas.

§ 4º O contribuinte poderá, após o prazo de vencimento da nona parcela, antecipar o recolhimento de 5 (cinco) ou mais parcelas vincendas, com redução de 10% (dez por cento) da multa relativa às parcelas que antecipar, observado o disposto no § 2º.

§ 5º A Fazenda Pública poderá adotar termo de pré-parcelamento de créditos tributários, remetendo-o ao contribuinte como opção de pagamento, que será considerado aceito com o pagamento da primeira parcela."

Art. 3º. Fica acrescido o seguinte parágrafo ao art. 72 da Lei nº 5.983, de 27 de novembro de 1981:

"Art. 72.....

Parágrafo único. O parcelamento poderá ser restabelecido, segundo critérios previstos em decreto, se antes de findar o prazo para inscrição em dívida ativa, o contribuinte recolher as prestações vencidas."

Seção III

Da Dívida Ativa Tributária

Art. 4º. O art. 134, §§ 1º, 2º e 3º da Lei nº 3.938, de 26 de dezembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 134. A dívida ativa do Estado será apurada e inscrita por órgão próprio da Secretaria de Estado da Fazenda, definido em ato do Poder Executivo.

§ 1º O termo de inscrição em dívida ativa e a Certidão de Dívida Ativa dele extraída poderão ser subscritos manualmente, ou por chancela mecânica ou eletrônica.

§ 2º Tratando-se de dívida ativa tributária, de um mesmo contribuinte, cujo montante ultrapasse a 1000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIRs, a inscrição será efetuada em até 90 (noventa) dias, contados, conforme o caso:

I - do vencimento da obrigação tributária;

II - da ciência da decisão administrativa da qual não caiba mais recurso;

III - do cancelamento do parcelamento.

§ 3º A Certidão de Dívida Ativa - CDA será encaminhada à Procuradoria Geral do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a qual, em igual prazo, promoverá seu ajuizamento se frustrada cobrança amigável."

Seção IV

Dos Créditos de Pequeno Valor

Art. 5º. Ficam remitidos os créditos tributários relativos ao mesmo contribuinte:

I - lançados de ofício até a data da publicação desta Lei, cujo montante, original ou residual, seja de valor inferior a 200 (duzentas) Unidades Fiscais de Referência - UFIRs;

II - por ele declarados ou devidos por estimativa, até a data de publicação desta Lei, desde que o somatório de seus valores, em cada ano civil, seja inferior a 200 (duzentas) UFIRs.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Art. 6º. Ficam remitidos os créditos tributários do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA relativos a fatos geradores anteriores ao exercício de 1995.

Parágrafo único. Em se tratando das ocorrências previstas na alínea "i" do inciso V do artigo 8º da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, a remissão alcança todos os débitos relativos à propriedade do veículo até que ocorra a reintegração da posse pelo proprietário do mesmo.

Art. 7º. Fica a Fazenda Pública Estadual autorizada a desconsiderar para fins de Certidão Negativa de Débitos Estaduais, os débitos de natureza tributária inferiores a 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência - UFIRs e dispensada de exigir, por notificação fiscal, os débitos fiscais não recolhidos, mesmo que residuais, inclusive os decorrentes do ICMS declarado pelo contribuinte em Guia de Informação e Apuração - GIA, enquanto o valor do crédito tributário a ser constituído não atingir a 100 (cem) Unidades Fiscais de Referência - UFIRs.

Seção V

Da Transação

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar transação nos termos do art. 82 da Lei nº 3.938, de 26 de dezembro de 1966, e dos demais diplomas específicos concernentes à matéria, mediante prévia e expressa autorização conferida, caso a caso, pela Assembléia Legislativa, estendida esta obrigatoriedade, também, para os casos previstos no art. 9º, desta Lei.

§ 1º São competentes para transigir o Secretário de Estado da Fazenda e o Procurador Geral do Estado, no âmbito de suas atribuições previstas em lei, observada a expressa autorização legislativa constada no "caput" deste artigo.

§ 2º A competência legal referida no parágrafo anterior é indelegável.

§ 3º A autorização legislativa referida no "caput" deste artigo só será necessária quando o crédito tributário, objeto da transação, for superior a 50.000 (cinquenta mil) UFIRs.

Art. 9º. A transação, na modalidade de dação em pagamento de bens e direitos, deverá observar o seguinte:

I - os imóveis oferecidos deverão estar situados neste Estado, matriculados no Cartório de Registro de Imóveis, desembaraçados e livres de quaisquer ônus, aptos à imissão imediata de posse pelo Estado, condicionando-se a extinção do crédito tributário à confirmação definitiva da regularidade aqui exigida;

II - os bens serão previamente avaliados, inclusive quanto ao real interesse da administração pública, pelo órgão competente da Secretaria de Estado da Administração em conjunto com órgão de Auditoria da Secretaria de Estado da Fazenda;

III - tratando-se de títulos emitidos pela União, o seu recebimento está condicionado a que possam ser utilizados na amortização da dívida pública do Estado, observado ainda o seguinte;

a) deverão estar registrados na Central de Liquidação e Custódia de Títulos Públicos - CETIP, se for o caso;

b) o valor de avaliação será aquele que os órgãos e entidades da administração direta e indireta da União atribuírem ao título na data da dação.

§ 1º. Para fins de liquidação, serão considerados valores do bem e do crédito tributário na data da celebração do acordo.

§ 2º. Entende-se por real interesse da administração, para os fins referidos no inciso II, deste artigo, aquelas operações que envolvam bens destinados à utilização exclusiva às áreas de saúde, educação, cultura, habitação e segurança pública.

Art. 10. Na hipótese da administração pública estadual não utilizar os imóveis recebidos pelo Estado, fica autorizado dar-lhes ainda a seguinte destinação:

I - amortização da dívida pública do Estado;

II - alienação;

III - formação de distritos industriais;

IV - capitalização de empresas de economia mista.

Parágrafo único. A transferência de imóvel recebido pelo Estado será feita, no mínimo, pelo valor da avaliação do mesmo.

Art. 11. O Município que manifestar interesse na aquisição de imóvel recebido pelo Estado deverá habilitar-se mediante pedido acompanhado de cópia de lei que autoriza a alienação e o desconto do respectivo valor do repasse do ICMS.

Parágrafo único. O pagamento poderá ser feito em até 240 (duzentas e quarenta) prestações consecutivas, mediante deduções mensais do repasse do ICMS, formalmente autorizadas pelo Município.

Seção VI

Da Administração Tributária

Art. 12. A Secretaria de Estado da Fazenda, visando o crescimento da arrecadação tributária, adotará, entre outras, as seguintes diretrizes para otimizar a fiscalização e a cobrança de tributos:

I - ação coordenada para orientar o contribuinte, prevenindo a inadimplência de tributos e a ocorrência de infração à legislação tributária;

II - fixação de metas globais e setoriais de incremento da arrecadação estadual;

III - intensificação da cobrança amigável dos créditos tributários;

IV - fiscalização planejada e concentrada visando coibir a evasão fiscal e a sonegação.

Parágrafo único. Para dar efetividade ao disposto neste artigo, fica instituído, para os servidores de que trata o art. 1º, da Lei nº 8.248 de 91 o Pró-labore de Êxito Fiscal, com o tratamento previsto no art. 3º, da Lei nº 10.287, de 05 de dezembro de 1996, a ser regulamentado por Decreto do Chefe do Poder Executivo, especialmente quanto aos valores e respectivas incidências, à forma de cálculo e pagamento e, ainda, limites, observado o disposto no § 4º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 13. A gratificação de que trata o artigo 8º da Lei nº 8.411, de 28 de novembro de 1991, será devida aos servidores lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Estado da Fazenda, ressalvados os casos já assegurados pelo "caput" do art. 1º, da Lei nº 10.035, de 26 de dezembro de 1995, os casos de cargo de provimento em comissão nesta Secretaria e o exercício, por servidor nela lotado, de cargo de provimento em comissão em órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, assegurada,

no mínimo, a partir do mês de abril de 1998, a percepção dos valores correspondentes à média dos contidos nas folhas de pagamento dos meses de janeiro, fevereiro e março de 1998, atualizados na mesma data e pelos mesmos índices de reajustes concedidos aos servidores públicos, não podendo ultrapassar a 1,70 (um inteiro e setenta centésimos) do valor médio acima referido.

Seção VII

Das Alterações na Legislação Tributária

Subseção I

Das Alterações Relativas à Legislação de Normas Gerais

Art. 14. O inciso XIII do art. 212 da Lei nº 3.938, de 26 de dezembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 212 XIII - da decisão não unânime, proferida pelo Conselho

Estadual de Contribuintes, caberá pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, dirigido ao próprio órgão, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência do respectivo acórdão."

Art. 15. O art. 213, da Lei nº 3.938, de 26 de dezembro de 1966, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 213 Parágrafo único. O julgamento favorável ao sujeito passivo,

desde que a decisão final seja unânime e não decorrente de vício formal, obrigará o Poder Executivo a proceder o ressarcimento das despesas incorridas no processo contencioso de 10% (dez por cento) do valor cancelado corrigido, independentemente de petição, através de crédito de ICMS."

Subseção II

Das Alterações Relativas à Legislação do ICMS

Art. 16. A alínea "b" do inciso III do art. 9º da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º III -

b) os encarregados pelos estabelecimentos dos órgãos da administração pública, entidades da administração indireta e fundações instituídas e mantidas pelo poder público que autorizarem a saída ou alienação de mercadorias ou a prestação de serviços de transporte ou de comunicação;"

Art. 17. O § 1º do art. 31 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31 - § 1º Poderão também ser transferidos outros saldos

credores acumulados, considerando-se ainda como tais os adquiridos por empresas prestadoras de serviço de transporte rodoviário, sujeitas ao regime de substituição tributária, observado o disposto neste artigo, no art. 25 desta Lei e nas hipóteses previstas em regulamento, ainda que para pagamento de créditos tributários, próprios ou de terceiro contribuinte, constituídos de ofício, lançados ou informados em GIA".

Art. 18. O inciso IV do art. 103 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 103 IV - a partir de 1º de janeiro do ano 2000, quanto ao direito

ao crédito relativo às mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento."

Subseção III

Das Alterações Relativas à Legislação de Infrações

Art. 19. O artigo 62 da Lei nº 5.983, de 27 de novembro de 1981, fica acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 62 Parágrafo único. O imposto apurado, e declarado pelo sujeito

passivo por determinação da legislação, não pago no prazo nela estabelecido, inclusive a respectiva multa, juros de mora e demais acréscimos legais, poderá ser automaticamente inscrito em dívida ativa, independente de notificação ao devedor".

Subseção IV

Das Alterações Relativas à Legislação do ITCMD

Art. 20. O art. 7º e o inciso V, mantidas as suas alíneas, do art. 8º da Lei nº 7.540, de 30 de dezembro de 1988, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º As alíquotas do imposto são:

I - 2% (dois por cento), quando a base de cálculo for de até 40.000 (quarenta mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIRs;

II - 4% (quatro por cento), no que exceder à base de cálculo prevista no inciso anterior.

Art. 8º V - o herdeiro, legatário ou donatário que houver sido

aquinhado com bens imóveis de valor não superior ao equivalente a 20.000 (vinte mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIRs, relativamente à transmissão ou doação destes bens, desde que cumulativamente:

Art. 21. Ficam remetidos os créditos tributários e concedida redução total da multa e juros, referentes ao Imposto de Transmissão "Causa Mortis" e Doações - ITCMD, relativos a fatos geradores ocorridos até a data da publicação desta Lei, quando o valor total do débito do contribuinte não for superior a 500 (quinhentas) UFIRs (Unidades Fiscais de Referência).

Subseção V

Das Alterações Relativas à Legislação do IPVA

Art. 22. O inciso I do art. 10 da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a redação abaixo, após 120 (cento e vinte) dias da data da publicação desta Lei:

"Art. 10.

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia até o limite de 20% (vinte por cento), no caso de recolhimento espontâneo;"

Capítulo II

Das Diretrizes Temporárias

Seção I

Do Incentivo ao Recolhimento de Créditos Tributários Pendentes

Subseção I

Do Recolhimento Integral

Art. 23. Fica concedida a redução total da multa e dos juros de mora para os créditos tributários decorrentes do ICMS, vencidos até a data da publicação desta Lei, desde que recolhidos integralmente em até 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Para os créditos tributários constituídos somente de multa, ou de multa e juros, a redução prevista neste artigo fica limitada a 80% (oitenta por cento).

Subseção II

Do Recolhimento Parcelado

Art. 24. Os créditos tributários relativos ao ICMS, decorrentes de imposto apurado pelo próprio contribuinte, denunciados espontaneamente ou não, vencidos até a data da publicação desta Lei, poderão ser pagos em até 100 (cem) prestações mensais com redução de 80% (oitenta por cento) da multa e juros, que será concedida automaticamente no ato de pagamento de cada prestação dentro do prazo do respectivo vencimento, desde que o parcelamento seja solicitado em até 120 (cento e vinte) dias da publicação desta Lei.

§ 1º Para os demais créditos tributários será concedido os benefícios do "caput" deste artigo, excluía a redução de 80% (oitenta por cento) dos juros.

§ 2º Nos parcelamentos efetivados na forma prevista neste artigo, os juros de mora incidentes sobre as prestações serão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês ou fração, não capitalizáveis e incidentes somente sobre a parcela relativa ao imposto.

§ 3º Para os créditos tributários constituídos somente de multa, ou multa e juros, a redução prevista neste artigo fica limitada a 60% (sessenta por cento).

§ 4º O parcelamento será concedido pela autoridade competente mediante o oferecimento de garantia real ou fidejussória, equivalente ao valor do crédito e a comprovação, pelo contribuinte, do recolhimento de uma ou mais prestações, como antecipação, até o ato concessório.

§ 5º O Secretário de Estado da Fazenda e o Procurador Geral do Estado, este quando se tratar de créditos inscritos em dívida ativa, poderão delegar, com ou sem estabelecimento de alçadas de valor, a competência para autorizar o parcelamento.

§ 6º O disposto neste artigo aplica-se inclusive aos créditos tributários já parcelados ou reparcelados, aos em discussão no contencioso administrativo tributário e aos inscritos ou não em dívida ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada.

§ 7º As prestações terão vencimento mensal e consecutivo, sendo que a falta de recolhimento de montante equivalente a 03 (três) prestações implicará renúncia do benefício, com o imediato cancelamento do parcelamento e, conforme o caso, inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, vedado, em qualquer caso, o reparcelamento.

Art. 25. A Secretaria de Estado da Fazenda implementará automaticamente a redução da multa e a taxa de juros de mora previstas no artigo anterior aos créditos tributários do ICMS já parcelados ou reparcelados, mantido o número de prestações.

Parágrafo único. Para alterar o número de prestações, que será fixado a critério da Secretaria de Estado da Fazenda, o contribuinte deverá apresentar solicitação de reparcelamento, o qual não está condicionado a ter havido recolhimento de 1/3 (um terço) do parcelamento ou reparcelamento anterior.

Seção II

Dos Honorários Advocatícios e da Sucumbência

Art. 26. Não incidirão honorários advocatícios sobre o crédito tributário, ajuizado ou não, para os casos em que for deferido ao sujeito passivo o benefício da redução da multa, em recolhimento integral ou parcelado, ou de transação previstos nesta Lei.

Art. 27. Fica dispensado do recolhimento dos honorários de sucumbência o autor de demanda de natureza tributária, proposta contra a Fazenda Pública Estadual, que desistir da ação e renunciar judicialmente ao direito sobre o qual ela se funda, desde que:

I - a decisão judicial não tenha transitado em julgado;

II - a renúncia judicialmente efetuada e o pedido de conversão do depósito em renda do Estado, se for o caso, sejam protocolizados até 60 (sessenta) dias da data da publicação desta Lei.

Capítulo III

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 28. Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a celebrar, com órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, ajustes acordos ou convênios, com o objetivo de transferir imóveis urbanos e rurais, neste caso destinados à reforma agrária, em abatimento da dívida do Estado, mediante prévia autorização legislativa.

Art. 29. Ficam ratificados os atos administrativos relativos aos benefícios fiscais concedidos às cooperativas de produtores pelos Convênios ICMS 10/93 e 62/94.

Art. 30. Ficam remetidos os créditos tributários, constituídos ou não de ofício, referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS:

I - relativos a operações de simples remessa de argamassa armada destinada à edificação dos Centros de Atenção Integral à Criança, do Governo Federal, ocorridas no período de 1992 a 1994;

II - decorrentes da utilização, para fins de compensação, da parte dos depósitos levantados conforme autorização expressa no artigo 2º da Lei nº 8.944, de 30 de dezembro de 1992, mediante a conversão em moeda com base na UFR do dia do pagamento, inclusive se o creditamento total ou parcial das importâncias apropriáveis como crédito tiver sido feito em mais de 12 (doze) meses;

III - decorrentes do não recolhimento, na qualidade de responsável solidário sobre as aquisições, efetuadas até 31 de dezembro de 1994, de derivados de petróleo, quando o remetente localizado em outra unidade da Federação tiver omitido sua retenção ou recolhimento, desde que os produtos tenham sido utilizados por empresa prestadora de serviços tributados cuja base de cálculo seja fixada pelo Poder Público.

IV - relativos à operação de saída interestadual de mercadorias destinadas a empresas de construção civil, ocorridas até a data de publicação desta Lei.

Art. 31. A opção pela redução da base de cálculo prevista para as prestações de serviço de transporte rodoviário até 31 de dezembro de 1996, em hipótese alguma poderá implicar utilização superior a 80 % (oitenta por cento) dos valores dos créditos por entradas escriturados nos livros fiscais, sendo que o saldo remanescente, apurado de ofício ou não, será estornado através de pagamento podendo, ainda, eventuais saldos credores acumulados no período prescricional, serem compensados com débitos próprios ou transferidos para outros contribuintes, visando o pagamento de créditos tributários, com a faculdade constante dos artigos 23 ou 24, "caput" e seu § 1º, desta Lei.

Art. 32. A adjudicação em juízo de bens e direitos e a utilização do instituto de que tratam os artigos 8º e 9º, desta Lei, não prejudicam a fruição do benefício previsto no art. 23. Em se tratando de adjudicação, a Procuradoria Geral do Estado só poderá solicitar a extinção do feito ao Juiz onde tramitar o processo de execução fiscal, após prévia e expressa autorização legislativa, conforme estatuído no "caput" do art. 8º, e seu § 3º, desta Lei.

Art. 33. A extinção do crédito tributário com os benefícios previstos nesta Lei não importa, em qualquer hipótese, restituição ou compensação das importâncias pagas.

Art. 34. O requerimento do sujeito passivo solicitando benefício previsto nesta Lei implica reconhecimento do débito e renúncia ao direito em que se funda eventual ação ou recurso judicial relativo ao crédito tributário a ser abatido ou quitado e, se for o caso, desistência de impugnação ou recurso na esfera administrativa.

Art. 35. Toda a receita oriunda da aplicação desta Lei será destinada, exclusivamente, aos repasses previsto na Constituição Estadual, ao pagamento do funcionalismo público e ao pagamento da dívida do Estado junto ao Governo Federal, sendo obrigatória a remessa, pelo Poder Executivo, de balancetes mensais à Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado dando conta, pormenorizadamente, das receitas e respectiva aplicação.

Art. 36. A Procuradoria Geral do Estado solicitará ao representante do Ministério Público ou ao Poder Judiciário, conforme o caso, o sobrestamento do processo-crime deflagrado contra sócios ou administradores da sociedade ou titulares de firma individual, desde que o processo tenha por causa fato relativo a tributos estaduais, quando as respectivas sociedades comerciais regularizarem seus débitos tributários junto ao Estado de Santa Catarina e, ainda, na hipótese de parcelamento previsto no artigo 24 desta Lei.

Art. 37. Na aplicação desta Lei, eventuais custas judiciais serão suportadas pelo sujeito passivo.

Art. 38. O artigo 104 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se os demais dispositivos:

"Art. 104 - Aplica-se às operações envolvendo a circulação das mercadorias denominadas "areia", "pedra britada" e "pedra ardósia" o mesmo tratamento tributário dispensado às mercadorias "telha, tijolo, tubo e manilha", sem prejuízo do disposto no art. 43, desta Lei."

Art. 39. Para efeitos de tributação estadual, as saídas interestaduais destinadas a empresas de construção civil, equiparam-se a saídas a contribuintes do ICMS.

Art. 40. O disposto no artigo 7º da Lei 10.475, de 18 de agosto de 1997, aplica-se, também, a quaisquer dos programas do âmbito do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC.

Art. 41. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias do Orçamento do Estado.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 02 de julho de 1998.

Deputado Francisco Küster - 1º Vice-Presidente

Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3706/98

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a Vossas Excelências que sancionei o projeto de lei que "Estabelece linha de correlação no âmbito das extintas Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade - FUCADESC e Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor - FUCABEM, para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83, de 18 de março de 1993", opondo, entretanto, veto aos § 1º e § 2º do art. 1º, ao art. 2º, ao art. 3º, ao art. 4º, ao anexo II, parcialmente, ao anexo III e ao anexo IV, por inconstitucionalidade.

O veto aos dispositivos se impõe porque, tendo sido inseridos pela Assembléia Legislativa, contrariam o princípio estabelecido no inciso II do § 2º do art. 50 da Constituição do Estado, que determina ser da competência privativa do Governador do Estado a iniciativa das leis que disponham sobre cargos e funções públicas bem como de sua remuneração.

Os vetos visam obstar, também, a prevalência de emendas parlamentares geradoras de aumento de despesa prevista em projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, conforme determina o disposto no art. 53, inciso I, da Constituição do Estado.

Estas ponderações, Senhores Deputados, contém fundamentalmente as razões de veto que, por certo, serão acolhidas por Vossas Excelências.

Palácio Santa Catarina, 03 de julho de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/98

Estabelece linha de correlação no âmbito das extintas Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade - FUCADESC e Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor - FUCABEM, para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83, de 18 de março de 1993.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Decreta:

Art. 1º Para efeitos de aplicação do disposto na Lei Complementar nº 83, de 18 de março de 1993, no âmbito das extintas Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade - FUCADESC e Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor - FUCABEM, ficam estabelecidas as linhas de correlação constantes dos Anexos I e II, partes integrantes desta Lei.

§ 1º. O disposto no "caput" deste artigo aplica-se à Fundação Catarinense do Trabalho - FUCAT.

§ 2º. O disposto no "caput" deste artigo aplica-se à Fundação Hospitalar de Santa Catarina - FHSC, e ao Departamento Autônomo de Saúde Pública - DSP.

Art. 2º A vantagem prevista no artigo 7º da Lei nº 9.751, de 06 de dezembro de 1994, passa a ser devida aos servidores lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 3º Fica estendida a aplicação do artigo 1º da Lei nº 9.818, de 29 de dezembro de 1994, no âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SC, às funções de Coordenador de Reconstrução e Programas Especiais - DAS-1 e Assessor - DAS-2, conforme linha de correlação constante do Anexo III, parte integrante desta Lei.

Art. 4º Fica estendida a aplicação do artigo 1º da Lei nº 10.782, de 26 de junho de 1998, no âmbito do extinto Departamento Autônomo de Edificações - DAE, a função de Assessor - DAS-2, conforme linha de correlação constante do Anexo IV, parte integrante desta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações do orçamento do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 02 de julho de 1998.

Deputado Francisco Küster - 1º Vice-Presidente

Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

ANEXO I	
Cargos e Funções Anteriores	Níveis para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83/93
Chefe de Assessoria - DAC - 4 Chefe de Gabinete - DAC - 4 Assessor de Superintendente Adjunto - DAC - 4 Gerente Administrativo/Financeiro - DAC - 4 Assessor Especial - DAC - 4 Gerente Técnico - DAC - 4 Coordenador Regional - DAC - 2 e 3 Chefe de Departamento - DAC - 3 Assessor - DAC - 2 e 3	DASU-2
Assessor - DAC - 1 Chefe de Setor - FG - 2 Chefe de Seção - FG - 3	DASU-1

ANEXO II	
Cargos e Funções Anteriores	Níveis para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83/93
Coordenador Geral - DAC - 2 e 3 Assessor - DAC - 3 Chefe de Unidade - DAC - 2 Coordenador Regional - DAC - 2 Coordenador Geral - FG - 3 Coordenador de Programas - FG - 3 Coordenador de Programa - FG - 1 Coordenador do SINE/SC - FG - 1 Assessor - FG - 1 Gerente de Departamento - FG - 2 Supervisor do SINE/SC - FG - 2 Chefe de Gabinete - FG - 3 Assistente de Superintendente Adjunto - FG - 4 Chefe de Divisão - FG - 4	DASU-2
Chefe de Setor - DAC - 1 Coordenador Administrativo - DAC - 1 Assessor - DAC - 1 Coordenador Técnico - DAC - 1 Chefe do Setor de Administração da Sede - FG - 2 Chefe do Setor de Transporte e Segurança - FG - 2 Chefe do Setor de Pessoal e Serviços Gerais - FG - 2 Chefe do Setor de Oficinas - FG - 3 Chefe do Setor de Serviços Gerais - FG - 3 Administrador de Centro de Treinamento - FG - 5 Coordenador de Núcleo - FG - 5 Gerente de Loja - FG - 6 Chefe de Setor - FG - 6 Chefe de Posto do SINE/SC - FG - 6 Chefe de Serviço de Centro de Treinamento - FG - 6	DASU-1

ANEXO III

Funções Anteriores - Níveis	Níveis para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83/93
Coordenador de Reconstruções e Programas Especiais de Transportes DAS-1 e Assessor DAS-2	DAS-3

ANEXO IV

Funções Anteriores - Níveis	Níveis para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83/93
Assessor DAS-2	DAS-3

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 294/98**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR ROSELI TEREZINHA GOEDERT DE SOUZA, matrícula nº 0989, na Procuradoria Jurídica.

Palácio Barriga-Verde, em 15/07/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 295/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR MIGUEL ANTÔNIO ATHERINO APÓSTOLO, matrícula nº 1474, na Comissão de Finanças e Tributação.

Palácio Barriga-Verde, em 15/07/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 296/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

SUSTAR, a partir de 01 de julho de 1998, as férias relativas ao exercício de 1998, da funcionária NIRACI CHIMINELLI, matrícula nº 1671, marcadas anteriormente para o mês de julho, devendo ser usufruídas em data oportuna.

Palácio Barriga-Verde, em 15/07/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 297/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

SUSTAR, a partir de 07 de julho de 1998, as férias relativas ao exercício de 1998, da funcionária MARIA CELESTE F. MONTEIRO, matrícula nº 1389, marcadas anteriormente para o mês de julho, devendo ser usufruídas em data oportuna.

Palácio Barriga-Verde, em 15/07/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 298/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

SUSTAR, a partir de 09 de julho de 1998, as férias relativas ao exercício de 1998, do funcionário FREDERICO ALEXANDRE CRIPPA, matrícula nº 2037, marcadas anteriormente para o mês de julho, devendo ser usufruídas em data oportuna.

Palácio Barriga-Verde, em 15/07/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 299/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

SUSTAR, a partir de 10 de julho de 1998, as férias relativas ao exercício de 1998, do funcionário LUIZ CARLOS MUNIZ, matrícula nº 3035, marcadas anteriormente para o mês de julho, devendo ser usufruídas em data oportuna.

Palácio Barriga-Verde, em 15/07/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 300/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

SUSTAR, a partir de 13 de julho de 1998, as férias relativas ao exercício de 1998, da funcionária AIDA CUNHA DE OLIVEIRA, matrícula nº 2126, marcadas anteriormente para o mês de julho, devendo ser usufruídas em data oportuna.

Palácio Barriga-Verde, em 15/07/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 301/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a WANDA MARIA NUNES, matrícula nº 1115, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 22/06/98.

PORTARIA Nº 302/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a JORGE JOSE SALUM JUNIOR, matrícula nº 1970, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 25/06/98.

PORTARIA Nº 303/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a SANTOS JUSTINO TOME, matrícula nº 2185, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 29/06/98.

Palácio Barriga-Verde, em 15/07/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 304/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições e tendo em vista os termos do of. nº 005/98, da Comissão de Sindicância nº 008/98, constituída pela Portaria nº 242/98, de 02/06/98,

RESOLVE: com fulcro no parágrafo único, do artigo 158, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 242, de 02/06/98.

Palácio Barriga-Verde, em 15/07/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 305/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

SUSTAR, a partir de 15 de julho de 1998, as férias relativas ao exercício de 1998, da funcionária ANA VANDERLITA MAGNABOSCO, matrícula nº 3054, marcadas anteriormente para o mês de julho, devendo ser usufruídas em data oportuna.

Palácio Barriga-Verde, em 15/07/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***